

Anuário Brasileiro da Educação Básica



TODOS PELA EDUCAÇÃO



MODERNA

Anuário Brasileiro da Educação Básica

2013





SUMÁRIO

■ Apresentação	4
■ Guia de Consulta	5
■ A Educação Brasileira em 2012	7
■ Os números da Educação Brasileira	13
■ Educação Infantil	14
▶ Educação Infantil – Educação Indígena	18
▶ Educação Infantil – áreas de Quilombos	19
▶ Educação Infantil – unidades da federação	20
■ Ensino Fundamental	22
▶ Ensino Fundamental – Educação Indígena	26
▶ Ensino Fundamental – áreas de Quilombos	27
▶ Ensino Fundamental – unidades da federação	28
■ Ensino Médio	30
▶ Ensino Médio – Educação Indígena	33
▶ Ensino Médio – áreas de Quilombos	33
▶ Ensino Médio – unidades da federação	34
▶ Artigo Priscila Cruz – Universalização: um desafio ainda a ser vencido	36
■ Educação Especial	38
▶ Educação Especial – unidades da federação	40
■ Alfabetização até 8 anos	42
■ Educação em Tempo Integral	44
▶ Educação em Tempo Integral – unidades da federação	46
■ Fluxo e Qualidade	48
▶ Fluxo e Qualidade – unidades da federação	54
◆ DE OLHO NA QUALIDADE	56
◆ PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES	58
▶ Artigo Célio da Cunha – Os muitos “Brasis” e a qualidade da Educação	60
■ Escolaridade	62
▶ Escolaridade – unidades da federação	66

■ Alfabetização	68
▶ Alfabetismo Funcional	70
▶ Analfabetismo – unidades da federação	72
■ EJA – Educação de Jovens e Adultos	74
▶ EJA – Educação de Jovens e Adultos – unidades da federação	76
■ Educação Profissional	78
▶ Educação Profissional – unidades da federação	80
■ Educação Superior	82
▶ Graduação	84
▶ Pós-Graduação	85
▶ Educação Superior – unidades da federação	86
■ Professores – Formação	88
▶ Graduação em Educação	91
▶ Professores – Formação – unidades da federação	92
▶ Artigo Mozart Neves Ramos – Os desafios da formação de professores	94
■ Professores – Remuneração e Carreira	96
▶ Professores – Remuneração	96
▶ Professores – unidades da federação	98
▶ Artigo Roberto Franklin Leão – A valorização dos profissionais da educação como pilar da qualidade	100

Gestão e Financiamento 103

■ Gestão	104
◆ O CAMINHO DE UM PROJETO	106
◆ O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	108
▶ Artigo Cybele Amado de Oliveira – Gestão Democrática	110
▶ Financiamento	112
◆ FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	118

Glossário 121

◆ LINHA DO TEMPO	122
■ Índice Remissivo	142



APRESENTAÇÃO

EXPEDIENTE

Organização

Priscila Cruz (Todos Pela Educação)
Luciano Monteiro (Editora Moderna)

Pesquisa e edição de texto

Fernando Leal e Paulo de Camargo,
com consultoria de Diana Fekete

Todos Pela Educação

Gerência de conteúdo

Ricardo Falzetta

Gerência técnica

Alejandra Meraz Velasco

Produção técnica

Isabela Furtado

Gabriela Thomazinho

Coordenação de design e projetos visuais:

Sandra Botelho de Carvalho Homma

Projeto gráfico e Capa: Marta Cerqueira Leite

Coordenação de produção gráfica: André Monteiro,
Maria de Lourdes Rodrigues

Edição de arte: APIS design integrado

Editoração eletrônica: APIS design integrado

Ilustrações: Mario Kanno

Cartografia: Anderson de Andrade Pimentel

Revisão: Mauro Negri, Paula Bosi,
Todos Pela Educação

Pesquisa iconográfica: Luciano Baneza Gabarron,
Evelyn Torrecilla, Maria Magalhães

As imagens identificadas com a sigla CID
foram fornecidas pelo Centro de Informação e
Documentação da Editora Moderna.

Coordenação de bureau: Américo Jesus

Tratamento de imagens: Fábio N. Precendo,
Bureau São Paulo

Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L.

de Oliveira Silva, Helio P. de Souza Filho,
Marcio H. Kamoto

Coordenação de produção industrial:

Wilson Aparecido Troque

Impressão e acabamento: Ricargraf

TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho

São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento: Tel. (0__11) 2602-5510

Fax (0__11) 2790-1501

www.moderna.com.br

2013

Impresso no Brasil

Lançar a segunda edição de uma publicação da envergadura do *Anuário Brasileiro da Educação Básica* traz o desafio de unir a disciplina para manter o que foi conquistado na primeira edição e a disposição para levar adiante aperfeiçoamentos e correções de rumo. Esperamos ter conseguido alcançar esses objetivos com sucesso.

Este Anuário foi desenvolvido para ser uma ferramenta útil para todos os que querem compreender a situação da Educação brasileira e, assim, contribuir para os debates sobre a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, esta segunda edição traz como principal novidade a organização do conteúdo com base nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Acreditamos que, além de facilitar a leitura, as metas do PNE jogam uma luz importante sobre os números da Educação e são uma referência fundamental para o pleno entendimento do momento em que vivemos no País, assim como do cenário que precisamos construir.

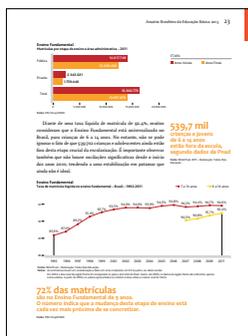
Fruto da parceria da Editora Moderna, reconhecida por seus mais de 40 anos de compromisso com o trabalho das escolas e dos professores, com o movimento Todos Pela Educação, que congrega sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos em torno do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade, esta publicação busca oferecer um panorama amplo, com os dados oficiais mais recentes. Para isso também buscamos incluir com maior frequência séries históricas e mais dados dos Estados e do Distrito Federal.

Boa leitura!

Guia de Consulta

O *Anuário Brasileiro da Educação Básica* está organizado de forma a facilitar a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas. Na edição 2013, o eixo de organização é o Projeto de Lei nº 8.530, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE). Embora ao tempo de conclusão do Anuário o PNE esteja à espera de votação final no Congresso Nacional, o texto oferece uma proposta de organização das principais questões a serem enfrentadas na Educação brasileira. O Anuário segue, portanto, a ordem das 20 metas inicialmente propostas (ainda que não votadas definitivamente até o fechamento desta edição), como forma de permitir uma melhor compreensão e acompanhamento dos desafios a serem enfrentados. Em cada uma das metas, além das estatísticas principais relativas a cada tema, será possível encontrar informações relacionadas às unidades da federação, entre outras.

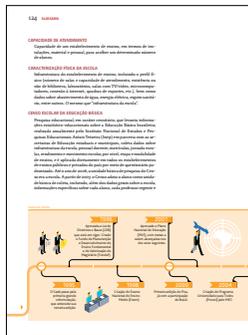
Gráficos e tabelas mostram de forma clara o que há de mais relevante nos dados oficiais, de fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



Artigo de opinião ou texto de especialistas comentando aspectos centrais da educação brasileira, conforme a proposta do PNE. Inclui uma seção de citações de especialistas.

Em cinco artigos distribuídos ao longo do Anuário, especialistas comentam alguns dos aspectos centrais a serem enfrentados, conforme a proposta do PNE. Neste Anuário, são discutidas as questões do Acesso, da Qualidade de Ensino, da Formação de Professores, da Valorização do Magistério e da Gestão Democrática.

Conceitos, definições, programas governamentais e outros verbetes que ajudam na compreensão dos dados apresentados no Anuário estão reunidos no Glossário.

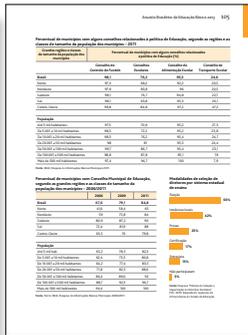


ÍNDICE REMISSIVO

Lista de palavras-chave e seus respectivos locais no anuário para facilitar a consulta rápida.

Esta edição do *Anuário Brasileiro da Educação Básica* incorpora uma nova ferramenta de consulta, o Índice Remissivo, que permite uma consulta mais rápida e direta para as estatísticas e estudos aqui reunidos.

Em cada uma das metas, foram elencadas estatísticas centrais disponíveis sobre cada um dos Estados brasileiros. Os números e textos estão distribuídos em uma página dupla, ao final de cada seção.



Além de uma grande variedade de informações estatísticas, o Anuário Brasileiro traz informações relativas à estrutura de gestão e financiamento da Educação brasileira, em textos e infográficos explicativos.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire, educador





A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2012

Em suas 20 metas, o Plano Nacional de Educação (PNE) em discussão propõe uma agenda para o desenvolvimento da Educação brasileira, legitimada por sua construção democrática, por meio da qual toda a sociedade pode acompanhar o processo e pressionar por mudanças.

Existem muitas formas de se analisar a Educação brasileira, com base nas estatísticas e pesquisas disponíveis em cada área. Ao longo dos últimos anos, uma diversidade de estudos tem sido produzida pelos especialistas para lançar luz sobre a complexidade dos desafios brasileiros, em todas as etapas e modalidades de ensino. Contudo, são trabalhos focados em problemas específicos, raramente permitindo uma abordagem sistêmica.

O Plano Nacional de Educação (PNE) representa, em si, uma excelente oportunidade para que a sociedade construa uma visão global dos problemas da Educação – ainda que o projeto de lei, pelo menos até maio de 2013, não tenha sido votado definitivamente pelo Poder Legislativo, com muitas questões importantes pendentes.

Evidentemente, é possível haver posicionamentos contrários ou favoráveis a qualquer uma das metas e estratégias propostas no PNE, mas não se pode contestar sua legitimidade e o processo democrático pelo qual se construiu, por meio de debates, audiências e emendas. Assim, é possível também assumir que o PNE estabelece, mesmo antes de aprovado, uma agenda nacional de compromissos e metas, balizados pelo próprio texto da lei – cuja organização orienta também esta edição do *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013*.

As primeiras quatro metas do PNE buscam tirar o Brasil de um atraso histórico, enfrentando uma questão que muitos países desenvolvidos equacionaram ainda nos séculos 19 e 20: a universalização do atendimento escolar. Os dados apresentados neste Anuário mostram que a democratização do acesso à escola não está resolvida plenamente em nenhuma das etapas da Educação Básica. Mais do que isso, como discutido em um dos artigos centrais desta edição, é preciso um olhar focado sobre os números para que se abandone o conforto das médias, que tão pouco revelam sobre o estado real da Educação. Para ampliar o acesso de forma equitativa, urgem políticas atentas e inclusivas, voltadas às desigualdades regionais, de renda e de raça – para que as médias globais não cresçam apenas porque o sistema tende a se aprimorar onde é mais simples e rápido avançar.

As metas 5, 6 e 7 referem-se diretamente ao par indissociável do acesso: a qualidade. Não há mais tempo para avanços no atendimento sem incremento na eficiência do sistema e, como consequência, da aprendizagem dos alunos. É preciso reduzir a defasagem idade-série, por meio da diminuição da evasão, da repetência e do abandono. E, acima de tudo, o País precisa garantir a todas as crianças e adolescentes o direito à efetiva aprendizagem.

Mas de qual aprendizagem falamos? O sistema educacional brasileiro ainda precisa expressar claramente quais conhecimentos os alunos devem ter o direito de construir, ou seja, o que é essencial saber para viver a cidadania plena, para

crescer como indivíduo autônomo e comprometido com a melhoria sustentável da sociedade. Pela primeira vez, o PNE aponta uma direção, ao estabelecer como meta a alfabetização até o final do 3º ano do Ensino Fundamental para todas as crianças. Hoje, como mostra a Prova ABC 2011, com resultados detalhados nesta edição, 56,1% das crianças atingem o grau adequado de proficiência em leitura ao final dos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

É um desafio gigantesco, mas que certamente terá repercussão sobre todas as etapas posteriores. Os resultados das avaliações, também registradas no *Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013*, mostram as imensas dificuldades dos jovens com a leitura e a interpretação de textos – que acarretam o atraso em todas as disciplinas e, mais à frente, influenciam os elevados índices de analfabetismo funcional da população adulta, como também revelam os números apresentados.

Por fim, vale ressaltar que faz parte desse conjunto de metas de ampliação do acesso e da qualidade a expansão da Educação em Tempo Integral, medida que impacta todas as dimensões do ensino – se realizada de forma pedagogicamente consistente – ao expandir o tempo de aula, induzir maior fixação do professor na escola e abrir novas oportunidades de aprendizagem, acesso às artes, aos esportes e ao exercício da cidadania. Neste aspecto, cabe lembrar a importância dos investimentos necessários na ampliação da infraestrutura de ensino e na formação dos recursos humanos que atuarão nessa modalidade. Ao mesmo tempo, desde já é preciso ficar atento para as contradições internas do PNE, que por vezes coloca metas ambiciosas sem antes avaliar exatamente o que elas representam em termos de investimento ou de medidas que efetivamente viabilizem o cenário buscado.

As metas enumeradas de 8 a 12 expressam, entre outros objetivos, uma atenção aos desafios vividos pelos jovens brasileiros, em especial no que se refere ao combate à desigualdade. Como informam os números reunidos no Anuário, a população brasileira ainda tem baixa escolaridade – hoje, 7,3 anos de estudo, em média –, embora ano a ano esse índice venha melhorando. Contudo, a situação se torna mais grave quando se analisam as desigualdades internas da escolaridade da população. Tomando-se por base os quintos de renda, por exemplo, há uma inaceitável diferença de quatro anos de escolaridade entre os brasileiros mais ricos e os mais pobres.

O impacto dessas defasagens na inserção no mercado de trabalho e na geração de renda é evidente. Menor escolaridade implica menores salários e menos expectativa de progresso profissional. Num cenário de crescimento econômico, o Brasil já vive o que se chama de “apagão” do emprego. Por isso, é preciso encontrar caminhos que ofereçam a possibilidade de recuperar o atraso escolar,

como os programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como desenvolver conhecimentos, habilidades e competências requeridas no mundo do trabalho, nas oportunidades de Educação Profissional.

Como ocorre em relação a todo o PNE, contudo, o fato de as metas estarem expressas nos termos da lei não as tornam automaticamente realidade. Tanto no âmbito do Ensino Médio, que busca sua identidade, como no da Educação Profissional e no da EJA, há uma grande indagação sobre os modelos mais adequados para o Brasil, em seus diferentes contextos regionais. No caso da EJA, por exemplo, os programas estão fragmentados em diversos âmbitos de governo e carecem de monitoramento e avaliação. Este é um exemplo de metas que podem cair no vazio diante da indefinição de políticas públicas para o setor.

Na agenda estabelecida pelo PNE, está também contemplado, diretamente, o Ensino Superior. Das 20 metas, três são dedicadas ao tema. Embora a formação em nível superior e a pós-graduação tenham sido, historicamente, as mais bem estruturadas no sistema educacional brasileiro, há muito a ser feito – seja na perspectiva do acesso, seja no desenvolvimento das universidades.

Hoje, o Brasil tem cerca de 11% dos adultos com idade entre 35 e 44 anos com formação universitária, número muito defasado em relação às nações desenvolvidas. No Chile, esse percentual é de 27% e, nos Estados Unidos, chega a 43%. A pretensão do PNE é elevar a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, o que representa mais do que dobrar os números hoje existentes.

O Ensino Superior também vive o desafio da expansão com qualidade – problema que afeta igualmente os cursos de Pedagogia e, assim, se liga ao conjunto da crise educacional brasileira –, que precisa ser enfrentado no âmbito do PNE. Por fim, uma perspectiva sistêmica permite ver que o aprimoramento das etapas iniciais da escolaridade não se pode dar em prejuízo da graduação, da pós-graduação e da pesquisa, se o Brasil quiser se inserir na sociedade do conhecimento, que requer um número crescente de profissionais voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Professores

Nas metas de 15 a 18, o Plano Nacional de Educação explicita uma questão que vem sendo continuamente debatida ao longo dos últimos anos: a valorização do professor. Este é, talvez, um dos pontos historicamente mais relevantes do atual PNE. Equiparar o salário dos docentes com os dos profissionais de mesmo nível de formação é um primeiro passo. Mas há muitos outros a serem dados: valorizar o professor passa pela estruturação de planos de carreira condizentes com o compromisso do educador e das escolas com a efetiva aprendizagem – ou

seja, que estimulem o professor a melhorar, a se aprimorar, a se fixar na escola, deixando de contabilizar apenas o tempo de serviço como fator de progressão. Também neste ponto, o PNE depende de um conjunto de medidas estruturantes, como a concretização do regime de colaboração e a definição de princípios que organizem o sistema educacional – hoje fragmentados em tantos sistemas quanto o número de Estados e de municípios. A diferença de políticas regionais e locais não pode ser impeditiva para uma visão de Estado da Educação – haja vista o que vem ocorrendo em relação a uma medida institucionalmente mais simples, que foi a adoção do piso salarial de referência para os professores, em 2010, ainda descumprida em muitos lugares.

Completa o quadro a gestão democrática da Educação, talvez a meta mais conceitual, entre as propostas no Plano Nacional de Educação. Em síntese, busca-se promover a participação da comunidade na escola e reforçar os mecanismos de controle social, como os conselhos municipais e outras instâncias participativas. Será um grande avanço se o Brasil, em uma década, conseguir vencer uma cultura na qual a escola se encontra isolada dos problemas da comunidade, desarticulada com outras esferas da administração (como a saúde e as áreas sociais) e pouco convidativa à presença da família, que, por sua vez, ainda não desenvolveu plenamente a consciência de reivindicar qualidade de ensino como direito fundamental de seus filhos.

A última meta, que fecha o Plano Nacional de Educação, definirá, em grande medida, a distância entre a letra morta e uma agenda de transformação: trata-se do financiamento da Educação. Há mais do que uma discussão entre índices. É uma escolha indicativa da verdadeira prioridade que uma nação confere à Educação dos seus cidadãos. O fato concreto é que o País precisa investir mais e melhor, aumentando a proporção dos gastos em relação ao PIB, mas assegurando que os recursos não se percam na malha burocrática, na corrupção e nas atividades-meio e que cheguem à escola.

A possibilidade do uso dos *royalties* do petróleo não pode ser a única alternativa em discussão, até porque se baseiam em projeções de difícil confirmação e, no cenário mais provável, com resultados concretos bem inferiores ao esperado, no que tange ao incremento dos investimentos públicos em Educação. Este tema também é proposto como uma reflexão importante, que encerra o grande retrato oferecido pelo *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013*.

Aprovar o PNE é apenas o primeiro e necessário passo. Como sociedade, é fundamental agora que possamos ter instrumentos de análise do desenvolvimento dos programas, de cobrança de resultados, de garantia do cumprimento das metas, para que reflitam efetivamente na melhoria dos indicadores educacionais brasileiros.

*“A Educação é a arma
mais poderosa que se
pode usar para mudar
o mundo.”*

Nelson Mandela





OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil construiu um eficiente sistema de informação na área da Educação — mas que pode ser sempre aprimorado. Diante da complexidade do mundo contemporâneo e da velocidade das transformações, é fundamental que todos os gestores, pesquisadores — enfim, toda a sociedade —, possam contar com o mais completo arsenal de informações, que permitam análises verticais dos problemas a serem enfrentados.

EDUCAÇÃO INFANTIL

META DO PNE

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

O percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches e de crianças de 4 e 5 anos que frequentam Pré-Escola aumenta a cada ano. Em 2011, o atendimento chegou a 81,7% das crianças de 4 e 5 anos. No entanto, o horizonte de universalização da Pré-Escola, proposto no texto do Plano Nacional de Educação (PNE), ainda está distante. E, quando se trata das creches, persistem filas à espera de vagas em muitas cidades brasileiras — sem que sequer haja um dimensionamento da demanda.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e obrigatória a partir dos 4 anos de idade. Pesquisas têm demonstrado a importância dos primeiros anos de escolaridade para o desenvolvimento integral das crianças, com impacto nas etapas seguintes de ensino. O desafio é conferir maior qualidade e um projeto pedagógico mais bem definido aos estabelecimentos que oferecem Creche e Pré-Escola.

Além disso, as desigualdades são significativas na Educação Infantil e se expressam quando se analisam os números pelos critérios de renda familiar, cor, raça ou regiões.

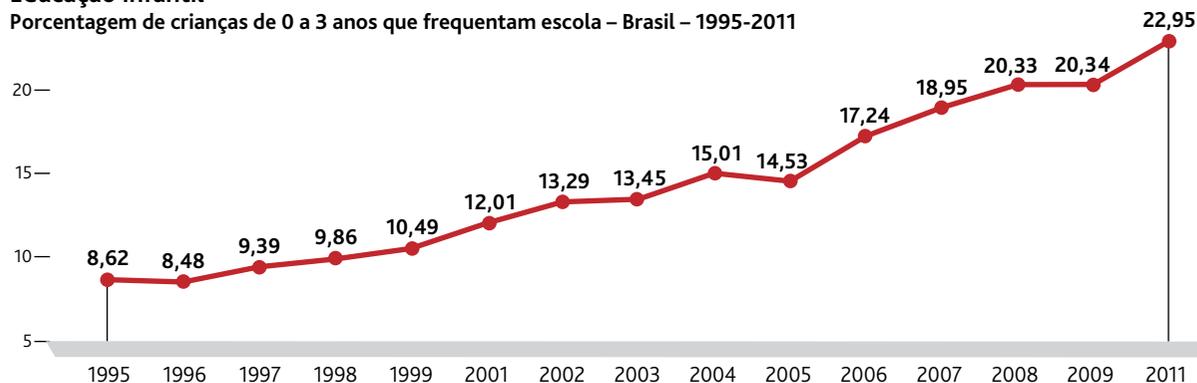
25,5%
das crianças brancas e amarelas de 0 a 3 anos frequentam a escola

20,5%
das crianças negras e pardas de 0 a 3 anos frequentam a escola

Fonte: Pnad 2011 - Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Infantil

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2011



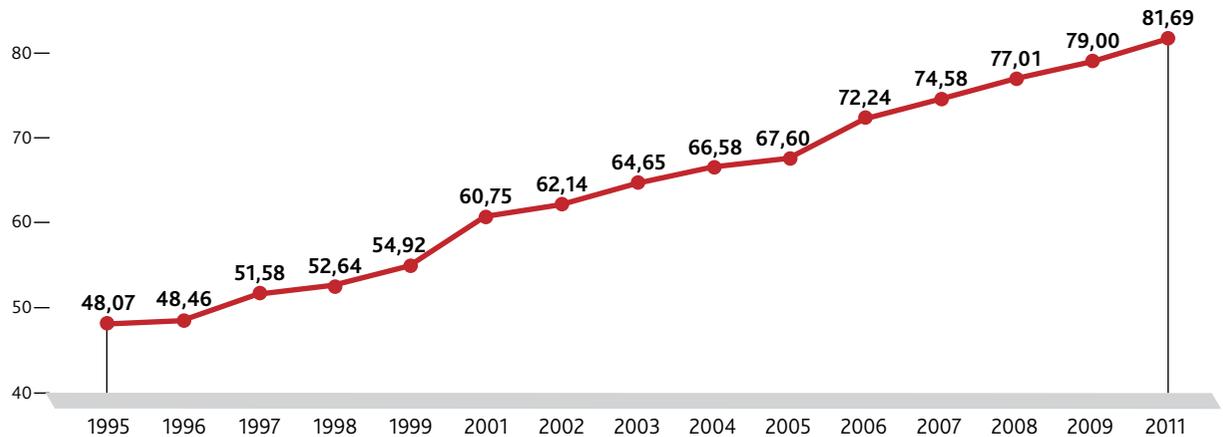
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Educação Infantil

Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2011



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

A diversidade de estabelecimentos que oferecem a Educação Infantil é muito grande, assim como a heterogeneidade das condições de seu funcionamento. Do mesmo modo, é preciso ampliar o conhecimento sobre aspectos como gestão, infraestrutura, remuneração e formação dos profissionais desses locais. Uma referência importante é o estudo “A Gestão da Educação Infantil no Brasil”, realizado pela Fundação Victor Civita e pela Fundação Carlos Chagas, disponível no *site* www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas.

1 milhão
de crianças de
4 e 5 anos
estão fora
da escola,
segundo dados
da Pnad

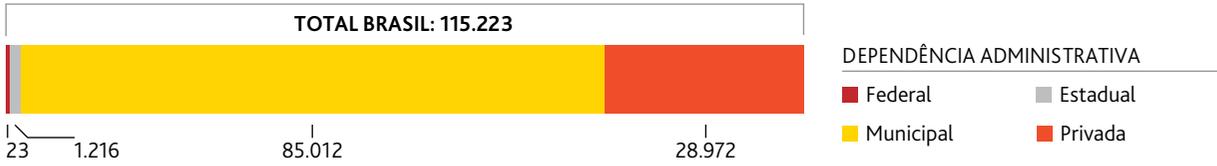
Fonte: Pnad 2011 - Elaboração: Todos Pela Educação.



Crianças realizam atividades em creche na cidade de São Paulo (SP)

Educação Infantil

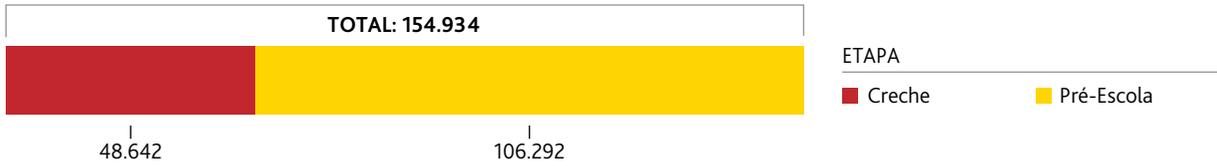
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Infantil

Estabelecimentos por etapa de ensino – 2011

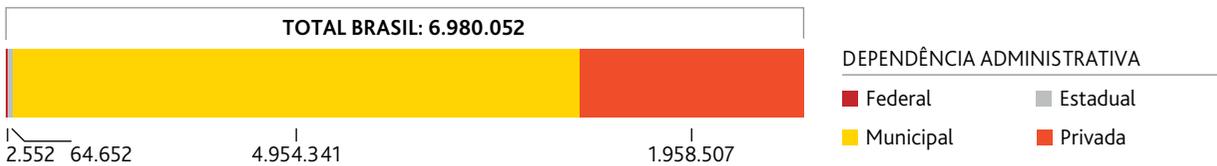


Fonte: MEC/Inep/DEED.

Nota: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa de ensino.

Educação Infantil

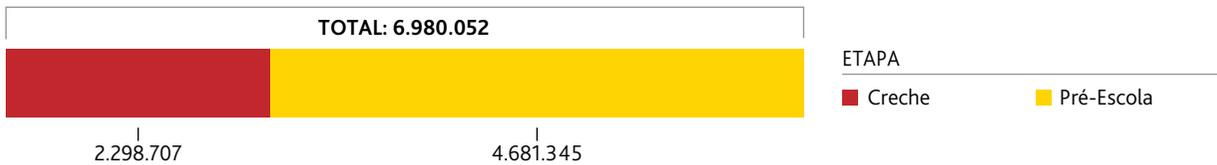
Matrículas por dependência administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Infantil

Matrículas por etapa de ensino – 2011

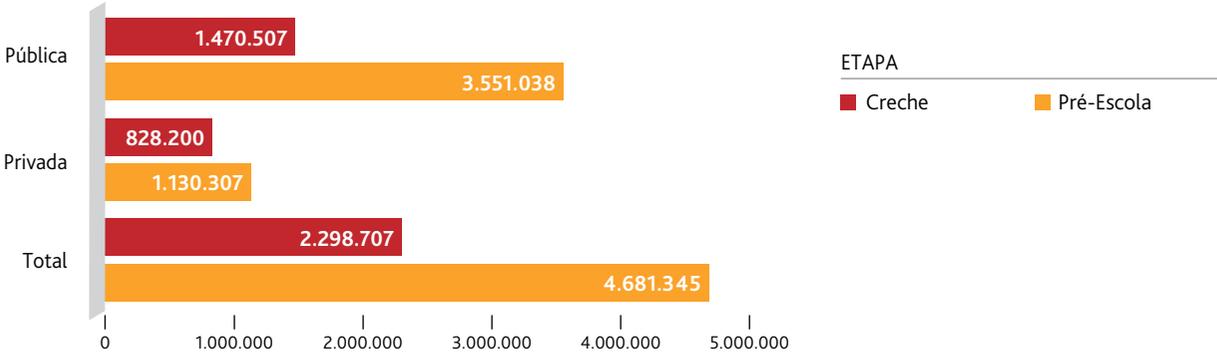


Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
Inclui matrícula em turma unificada na etapa correspondente.

Educação Infantil

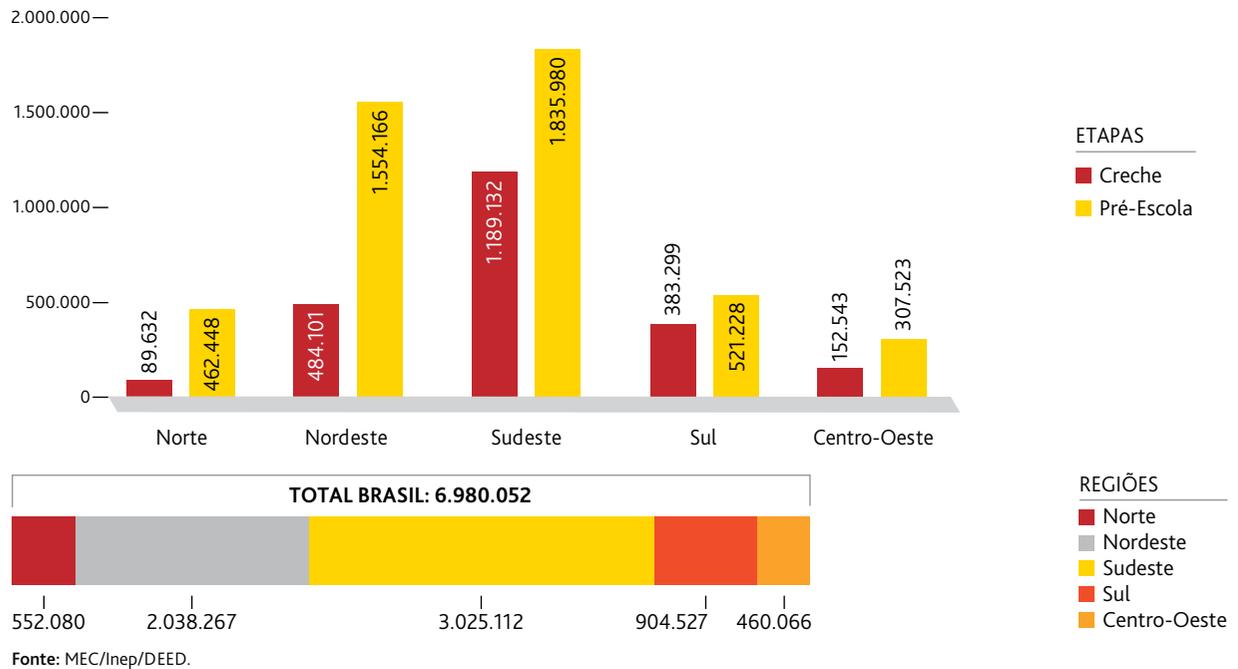
Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Infantil

Matrículas por etapa de ensino e região – 2011



A legislação brasileira atribuiu primordialmente aos municípios a responsabilidade pela oferta de Educação Infantil. Isso se reflete nos números de estabelecimentos e matrículas referentes a esta etapa de ensino, que se concentram nas esferas públicas municipal e privada. Entre 2010 e 2011, houve um pequeno incremento nas matrículas, que passaram de 6,7 milhões para quase 7 milhões, devido exclusivamente ao aumento no número de matrículas nas creches (de 2 milhões para 2,3 milhões). Não obstante, o Censo Escolar 2011 registrou uma queda de 10,7 mil matrículas de Pré-Escola.

Estimativa do déficit de vagas

A matrícula das crianças entre 0 e 3 anos na creche não é obrigatória. O Estado, por sua vez, deve oferecer vagas em creches públicas de acordo com a demanda, mas o cálculo dessa demanda é pouco preciso. Não é o que acontece, por exemplo, em relação à Pré-Escola e ao Ensino Fundamental: sabe-se que, por lei, toda criança de 4 a 14 anos deve estar na escola e, portanto, é possível calcular qual o percentual da população brasileira nessa faixa etária que não está matriculado.

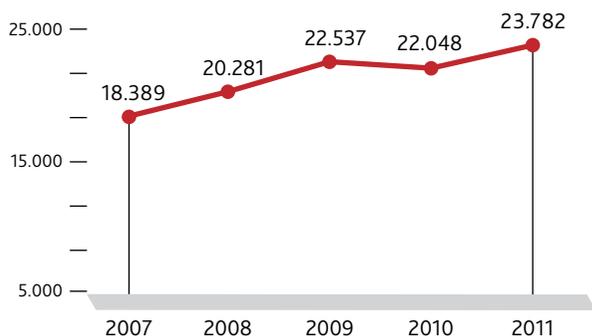
Assim, no caso das creches, de forma geral, só existem estimativas do déficit de vagas, como no relatório do Banco Mundial "Educação Infantil: Programas para a Geração Mais Importante do Brasil". Segundo o estudo, havia, em 2011, uma demanda não atendida de cerca de 1,8 milhão de vagas em creches em todo o País.

Número de matrículas da Educação Indígena por etapas e modalidades de ensino – Brasil – 2007-2011

Ano	Matrículas na Educação Básica								
	Total	Ed. Infantil	Etapas e modalidades de ensino						
			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ed. Especial	Ed. de Jovens e Adultos	Ed. Profissional
Total	Anos Iniciais	Anos Finais							
2007	208.205	18.389	151.323	112.673	38.650	14.987	103	23.403	0
2008	205.871	20.281	151.788	112.358	39.430	11.466	203	20.766	1.367
2009	229.945	22.537	164.727	117.119	47.608	19.021	165	23.343	152
2010	246.793	22.048	175.032	119.597	55.435	27.615	80	20.997	1.021
2011	243.599	23.782	175.098	121.167	53.931	19.193	93	23.794	1.639

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Matrículas na Educação Infantil de Educação Indígena Brasil – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) assegura o direito das comunidades indígenas à Educação. Isso significa, porém, bem mais do que escolas. O poder público deve atender às comunidades indígenas, de forma a respeitar a cultura e a língua materna de cada tribo, assim como fortalecer suas práticas socioculturais.

O desafio de oferecer Educação de qualidade nos termos estabelecidos pela LDB fica mais claro quando se observam os dados do Censo Demográfico de 2010. Há 817 mil indígenas no País (0,4% da população brasileira), sendo que 60% estão na região Norte. São identificados 250 povos vivendo em terras indígenas e 214 primeiras línguas indígenas, presentes em 24 unidades da federação (Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal não apresentam povos vivendo em terras indígenas).

As matrículas na Educação Infantil de Educação Indígena têm apresentado crescimento discreto desde 2007, apesar de um leve recuo em 2010. Veja dados sobre as demais etapas de Educação Indígena nas páginas 26 e 33.

36,2%
é a proporção de crianças e jovens de 0 a 14 anos na população indígena

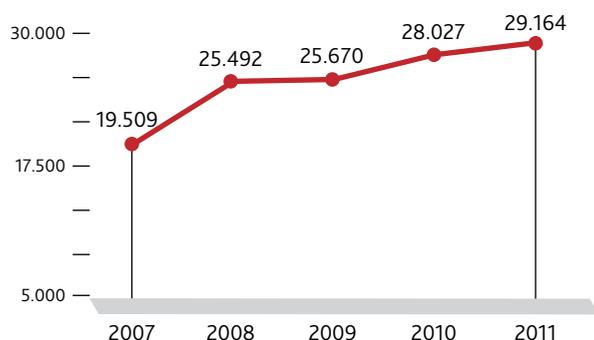
Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos por etapas e modalidades de ensino – Brasil – 2007-2011

Ano	Matrículas na Educação Básica								
	Total	Educação Infantil	Etapas e modalidades de ensino						
			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
Total	Anos Iniciais	Anos Finais							
2007	151.782	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	115	18.914	48
2008	196.866	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	102	24.977	749
2009	200.579	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	63	26.055	534
2010	210.485	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	134	25.052	55
2011	214.502	29.164	148.982	92.110	56.872	11.036	17	24.669	634

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Número de matrículas da Educação Infantil em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos Brasil – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Existem hoje, no Brasil, aproximadamente 1.200 comunidades quilombolas, a maior parte na Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará. Apesar do aumento no número de matrículas nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, ainda persiste o desafio de atendimento educacional de qualidade a essas comunidades.

Na Educação Básica, o número de alunos inscritos passou de 151,7 mil em 2007 para 214,5 mil em 2011, com destaque para os números da Educação Infantil, que apresenta crescimento expressivo no mesmo período (*veja também págs. 27 e 33*).

Além da construção de novas unidades e do investimento em infraestrutura, debate-se cada vez mais como incorporar os diversos aspectos da cultura quilombola ao currículo das escolas, a fim de garantir o respeito à identidade cultural das comunidades, a preservação das tradições e a superação de práticas de racismo.

Educação Infantil**Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2011**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	6,84	6,50	6,60	7,23	7,19	8,65	9,26	9,57	7,14	6,87	9,37	8,76	10,02	10,50	10,03
Rondônia	6,47	5,79	5,45	5,05	7,69	5,27	5,16	5,75	4,77	5,79	9,28	7,48	7,93	9,93	7,76
Acre	11,58	6,73	8,60	4,63	1,68	4,33	4,47	4,48	3,78	4,21	5,13	7,44	8,21	6,26	9,27
Amazonas	5,43	6,91	5,06	8,11	5,97	6,32	8,27	6,41	4,62	5,51	8,10	7,08	7,42	9,18	6,55
Roraima	8,62	16,67	13,91	7,04	12,87	15,47	16,02	14,91	15,09	13,04	11,40	13,16	13,69	16,74	12,11
Pará	8,61	7,78	8,09	8,31	10,29	10,87	12,31	12,01	9,08	7,47	10,43	9,11	11,15	10,75	11,78
Amapá	1,25	0,00	2,29	4,84	3,08	16,07	6,20	12,31	3,82	6,32	8,12	9,59	10,63	5,46	8,44
Tocantins	4,07	3,17	5,63	5,92	2,64	4,19	3,98	8,90	5,58	7,50	9,49	11,74	12,53	16,54	13,26
Região Nordeste	8,65	8,19	9,92	10,27	11,21	12,38	12,57	13,21	14,05	13,86	15,57	16,59	17,41	17,97	19,85
Maranhão	6,86	7,11	7,80	7,13	9,74	9,63	9,48	10,76	10,00	10,17	12,16	15,08	13,79	14,04	18,88
Piauí	8,75	8,11	13,29	12,08	11,11	12,00	10,97	12,06	12,71	11,14	10,00	17,45	16,55	19,66	20,00
Ceará	10,47	10,23	12,97	12,17	14,17	18,67	17,20	17,97	16,60	18,75	20,63	20,33	24,42	21,94	26,39
Rio Grande do Norte	13,70	13,55	15,10	14,67	16,16	18,00	17,96	20,60	21,66	20,37	21,73	21,55	22,59	26,20	23,43
Paraíba	6,38	6,22	6,59	8,22	10,93	10,73	11,89	13,40	13,88	14,41	16,64	16,39	16,87	16,67	21,96
Pernambuco	10,04	9,65	9,11	11,87	11,26	13,19	13,75	12,81	15,65	15,29	17,17	18,16	18,66	18,26	18,40
Alagoas	8,28	4,99	11,84	12,12	10,87	9,17	8,85	7,52	9,09	9,34	11,97	12,27	11,84	15,37	14,99
Sergipe	11,07	8,99	16,51	14,11	16,27	13,29	12,45	15,58	17,29	14,18	17,53	15,47	17,03	16,56	16,98
Bahia	6,73	6,70	6,91	7,94	8,44	9,32	10,93	11,57	13,35	12,38	13,70	14,12	15,40	16,65	17,72
Região Sudeste	9,27	9,53	9,78	10,23	10,70	13,05	14,86	14,71	17,84	17,27	21,22	23,90	24,64	24,75	28,38
Minas Gerais	5,63	5,96	7,26	7,99	8,57	10,08	10,70	10,17	13,79	12,85	15,03	17,40	17,93	18,54	21,27
Espírito Santo	7,86	11,31	11,31	11,51	12,17	14,57	15,17	19,14	18,28	20,74	17,58	25,18	30,02	21,52	29,21
Rio de Janeiro	12,15	13,04	13,07	14,15	13,82	14,19	17,65	16,40	19,99	18,05	23,37	24,76	23,68	23,32	28,29
São Paulo	10,48	9,97	9,83	9,85	10,56	14,03	16,00	16,01	19,05	18,88	23,97	26,83	27,78	28,56	31,90
Região Sul	8,67	8,67	9,78	10,73	11,28	12,38	14,62	15,40	19,09	16,96	19,50	22,59	25,95	25,46	29,09
Paraná	8,66	6,93	7,68	9,49	10,28	11,74	14,75	13,93	18,83	17,56	19,20	21,89	25,99	23,23	26,50
Santa Catarina	9,21	11,83	12,21	13,73	13,62	16,08	19,69	22,39	26,61	21,85	24,57	29,08	33,08	35,73	36,41
Rio Grande do Sul	8,36	8,87	10,77	10,42	11,16	11,21	11,63	13,13	15,00	13,21	16,79	19,64	21,39	21,87	27,28
Região Centro-Oeste	6,29	5,56	6,44	6,34	7,49	7,51	9,80	8,74	9,89	10,74	12,69	14,76	16,95	15,95	17,16
Mato Grosso do Sul	7,61	6,67	8,11	7,05	8,40	8,11	12,58	10,45	12,60	16,06	18,65	22,32	21,71	22,76	22,72
Mato Grosso	4,77	1,83	4,07	4,61	5,34	7,14	8,17	8,55	8,61	9,30	11,24	13,41	15,84	18,20	19,25
Goiás	3,72	4,67	5,35	5,03	6,60	5,12	7,42	6,69	7,12	7,37	8,49	10,50	14,65	10,48	12,47
Distrito Federal	13,02	11,52	10,04	10,93	11,11	12,55	14,43	12,19	15,11	14,73	18,30	19,63	18,54	18,93	19,85
Regiões Metropolitanas															
Belém	13,16	12,67	11,82	9,35	15,76	12,61	13,68	16,05	15,14	14,80	14,71	17,58	18,46	14,85	21,02
Fortaleza	14,64	14,14	15,39	15,58	16,31	17,57	17,13	21,74	20,02	20,39	21,35	22,37	24,85	23,38	23,84
Recife	15,97	16,75	14,88	19,06	18,20	22,85	25,22	22,22	24,98	24,67	26,94	25,91	26,20	24,94	28,26
Salvador	12,11	13,34	13,13	14,92	16,20	18,64	20,79	21,39	23,30	24,42	23,36	24,33	26,32	26,74	25,97
Belo Horizonte	8,65	10,39	9,45	10,86	11,06	12,82	16,17	15,46	16,08	16,50	22,75	23,74	25,54	24,72	25,08
Rio de Janeiro	13,03	14,03	14,67	15,05	14,32	14,71	17,79	15,32	19,05	19,09	21,67	26,11	23,38	22,00	28,33
São Paulo	11,97	10,95	10,71	11,47	10,71	12,48	16,31	16,58	20,09	19,79	24,96	27,00	27,31	30,85	31,74
Curitiba	14,43	9,67	10,26	10,74	12,62	14,73	15,62	18,17	20,77	23,29	21,62	27,77	28,84	26,97	30,90
Porto Alegre	10,99	11,63	14,84	12,29	12,62	15,89	12,61	15,28	17,84	16,66	19,69	22,79	23,73	23,35	25,84

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Educação Infantil**Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2011**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	51,45	46,68	54,24	50,27	58,28	55,65	57,10	58,33	52,18	54,72	58,79	64,15	68,80	69,79	71,32
Rondônia	50,00	42,16	39,57	38,05	49,52	44,66	40,81	46,37	39,84	40,12	45,40	46,66	46,67	58,51	53,27
Acre	48,21	55,56	64,72	50,91	50,02	50,00	56,91	55,40	48,41	44,92	50,34	53,76	59,52	56,77	73,06
Amazonas	49,60	50,92	53,54	51,88	57,52	49,17	50,55	49,87	47,64	50,84	56,01	67,01	72,14	63,05	66,42
Roraima	50,01	45,47	62,86	60,02	68,76	74,08	56,10	69,13	63,89	67,49	79,32	78,56	84,47	78,52	77,45
Pará	58,64	50,87	62,12	55,28	64,93	64,53	66,46	66,56	58,02	59,94	61,27	67,18	71,87	76,50	76,90
Amapá	47,21	40,00	50,00	41,67	53,31	49,44	61,31	58,39	51,25	54,14	63,12	54,76	63,70	56,34	70,83
Tocantins	39,04	30,35	36,84	41,76	47,58	45,53	45,46	52,61	44,76	54,74	62,11	65,52	66,25	68,95	69,19
Região Nordeste	52,25	52,53	58,69	60,64	63,82	66,99	69,02	69,75	73,22	75,10	78,26	81,31	83,83	85,64	87,23
Maranhão	51,04	53,92	59,90	59,88	67,85	66,32	68,22	69,43	74,25	72,13	77,23	81,90	87,04	89,82	91,82
Piauí	56,60	59,66	64,44	67,10	64,65	69,69	61,09	68,67	76,33	77,82	76,00	73,37	88,46	91,33	92,12
Ceará	53,76	59,05	60,98	68,50	69,97	77,86	79,10	79,53	81,75	85,07	87,68	89,36	90,56	93,30	90,78
Rio Grande do Norte	61,95	60,70	69,57	62,18	73,48	73,26	76,32	75,10	84,50	78,06	87,02	87,24	86,47	84,46	85,16
Paraíba	59,92	52,24	66,34	64,90	68,77	66,77	70,46	71,62	70,06	80,38	81,03	83,75	85,43	85,96	84,83
Pernambuco	51,68	54,59	57,00	60,88	62,19	62,77	68,00	68,49	68,97	71,19	76,40	78,48	80,63	80,66	81,08
Alagoas	41,26	40,36	48,76	52,75	45,95	58,99	60,44	56,67	63,37	63,58	67,05	76,06	68,92	77,00	83,42
Sergipe	61,79	64,88	71,94	70,87	75,46	72,53	71,14	80,26	74,14	76,89	80,09	83,50	82,03	85,43	90,87
Bahia	48,73	45,22	51,93	53,74	58,22	62,35	64,98	65,16	70,14	73,34	74,95	78,70	82,64	83,14	86,22
Região Sudeste	49,03	50,56	50,88	52,47	53,67	63,64	64,52	68,00	71,74	71,80	77,82	79,21	80,39	83,47	85,55
Minas Gerais	40,20	39,89	43,80	46,50	47,59	55,63	57,35	60,86	67,12	64,91	69,91	72,12	76,09	77,45	80,13
Espírito Santo	47,46	47,90	51,19	40,26	49,78	58,55	64,81	61,97	69,82	68,60	80,54	77,73	78,90	80,66	83,98
Rio de Janeiro	63,91	65,45	64,85	66,40	65,13	72,40	72,19	76,26	78,16	76,24	81,26	78,39	82,10	82,68	85,16
São Paulo	48,87	51,51	49,70	51,61	53,13	64,85	65,59	68,91	72,00	73,93	80,54	83,26	82,12	86,86	88,57
Região Sul	38,34	39,46	41,86	40,60	43,11	47,70	49,05	53,33	53,65	54,27	59,24	61,38	64,54	64,40	71,40
Paraná	36,36	37,28	38,44	37,04	41,07	47,17	49,88	57,08	58,19	57,99	60,28	67,70	67,56	65,53	73,23
Santa Catarina	47,52	48,46	58,49	59,74	57,02	65,43	61,21	68,69	66,36	72,67	79,05	73,68	77,95	76,66	76,89
Rio Grande do Sul	35,51	36,50	36,00	34,65	37,64	37,84	40,90	40,35	42,11	40,28	49,06	47,90	53,04	55,49	66,31
Região Centro-Oeste	40,34	39,06	40,25	43,02	44,51	46,91	48,96	52,00	54,30	56,59	61,34	60,99	66,50	69,38	71,82
Mato Grosso do Sul	33,08	37,89	31,48	38,95	40,00	43,65	51,92	44,31	48,25	57,30	57,02	61,40	69,72	73,06	73,99
Mato Grosso	35,04	34,21	35,15	35,58	40,19	45,11	42,37	51,43	51,83	53,73	60,51	53,54	56,08	68,83	77,68
Goiás	40,49	36,89	40,31	44,50	43,49	43,53	44,54	51,94	52,55	50,95	57,91	58,98	64,35	63,31	66,36
Distrito Federal	55,89	53,64	59,34	54,56	57,80	59,96	64,52	60,45	66,43	71,60	74,44	73,77	81,25	81,71	75,19
Regiões Metropolitanas															
Belém	72,16	61,88	66,81	61,63	71,37	67,89	69,40	70,57	68,90	75,61	73,60	80,51	79,64	79,78	84,87
Fortaleza	72,51	76,05	73,59	73,09	76,79	82,58	85,06	84,73	87,05	85,13	89,78	89,25	91,03	93,17	85,80
Recife	72,42	71,88	70,00	74,91	71,07	83,09	85,38	83,82	83,68	85,29	88,60	86,92	88,84	89,67	86,66
Salvador	66,25	65,27	70,60	69,12	71,82	78,00	79,64	80,30	84,28	85,33	85,66	86,74	91,26	86,47	88,95
Belo Horizonte	43,30	45,68	45,69	51,30	55,63	61,79	67,04	68,84	74,27	68,84	73,44	77,62	81,59	81,68	77,89
Rio de Janeiro	65,37	65,51	64,79	68,08	64,89	70,24	70,21	73,26	74,82	75,89	77,41	77,73	81,00	80,38	85,54
São Paulo	48,92	53,86	51,03	51,99	51,77	64,16	65,50	68,38	71,60	73,53	79,81	84,73	78,67	83,59	88,21
Curitiba	40,52	40,55	38,09	33,78	40,00	50,56	46,44	57,91	64,62	60,07	68,99	70,21	68,37	70,67	69,44
Porto Alegre	34,75	32,93	40,03	33,01	33,04	33,91	38,23	39,23	38,44	37,92	44,67	43,48	50,10	48,71	56,40

Fonte: IBGE/Pnad - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

ENSINO FUNDAMENTAL

META DO PNE

Universalizar o **Ensino Fundamental** de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Entre 2010 e 2011, as matrículas no Ensino Fundamental apresentaram recuo, passando de 31 milhões para 30,3 milhões. A queda reflete principalmente mudanças demográficas: dados do IBGE mostram que há um envelhecimento evidente da população brasileira. Vale observar que as matrículas se distribuem na razão de 53,9% nos Anos Iniciais e 46,1% nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

131,7 mil estabelecimentos oferecem matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e **62,8 mil**, nos Anos Finais. Parte das escolas atendem aos dois segmentos

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

Estabelecimentos por dependência administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

Matrículas por dependência administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

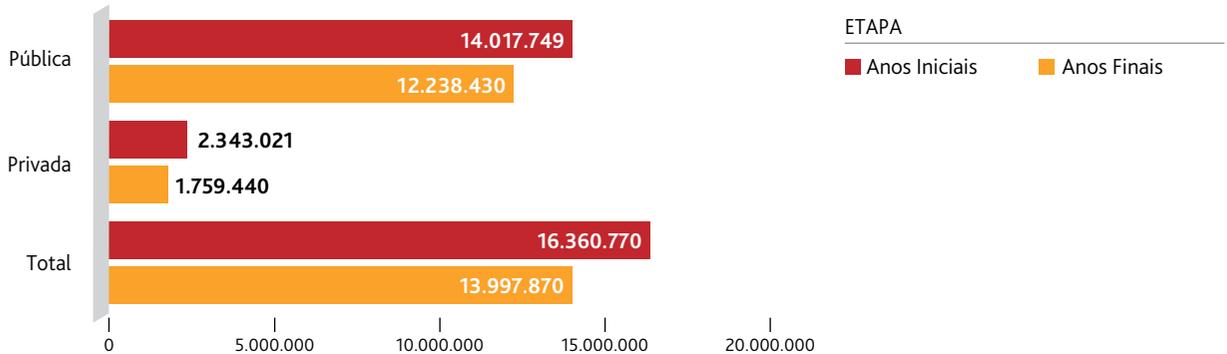
Matrículas por etapa de ensino – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

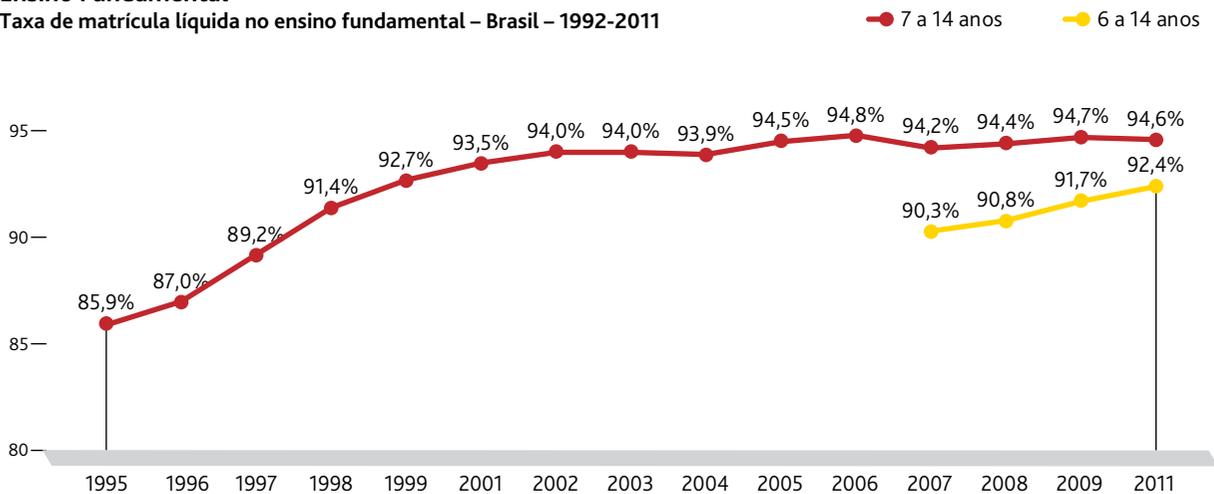
Diante de uma taxa líquida de matrícula de 92,4%, muitos consideram que o Ensino Fundamental está universalizado no Brasil, para crianças de 6 a 14 anos. No entanto, não se pode ignorar o fato de que 539.702 crianças e adolescentes ainda estão fora desta etapa crucial da escolarização. É importante observar também que não houve oscilações significativas desde o início dos anos 2000, tendendo a uma estabilização em patamar que ainda não é ideal.

539,7 mil crianças e jovens de 6 a 14 anos estão fora da escola, segundo dados da Pnad

Fonte: IBGE/Pnad 2011 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Ensino Fundamental

Taxa de matrícula líquida no ensino fundamental – Brasil – 1992-2011



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

72% das matrículas são no Ensino Fundamental de 9 anos. O número indica que a mudança desta etapa de ensino está cada vez mais próxima de se concretizar.

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

Percentual de matrículas no Ensino Fundamental da rede pública por região, segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2011

Região geográfica	MATRÍCULAS					
	Total	Recurso disponível (%)				
		Biblioteca ou sala de leitura	Acesso à internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de esportes
Brasil	26.256.179	73,60%	79,50%	76,90%	30,20%	56,40%
Norte	3.038.532	59,50%	57,60%	58,20%	23,40%	37,40%
Nordeste	8.059.191	56,80%	62,10%	63,40%	26,70%	25,80%
Sudeste	9.720.165	85,40%	93,90%	86,80%	27,90%	79,00%
Sul	3.538.738	91,00%	93,30%	91,80%	42,10%	77,60%
Centro-Oeste	1.899.553	74,00%	89,20%	85,80%	44,80%	61,60%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Tecnologia nas escolas de Ensino Fundamental

Embora os dados mostrem que um percentual elevado das turmas de Anos Finais de Ensino Fundamental conta com laboratório de informática e acesso à internet, isso não significa que a tecnologia já tenha achado seu caminho até a sala de aula. A adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas escolas envolve diferentes dimensões: a formação dos professores, o entendimento das possibilidades pedagógicas que surgem com o uso de tecnologia e a infraestrutura tecnológica mais adequada, entre outras. Mais do que isso: requer uma reflexão sobre o conteúdo dos materiais disponibilizados nas plataformas digitais e sua compatibilização com o projeto pedagógico da escola e o currículo. Em resumo, o cenário ideal inclui um conjunto de recursos que estimulem a aprendizagem, facilitem o acesso à informação e enriqueçam as práticas de ensino.

A pesquisa TIC Educação 2011 traz dados que indicam a dimensão do desafio atual. O levantamento, realizado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), envolveu escolas públicas de áreas urbanas em todas as regiões do País, por meio de entrevistas com professores, alunos, diretores e coordenadores.

Segundo a pesquisa, 77% dos professores aplicam exercícios para prática em aula todos os dias, mas as TICs são utilizadas em apenas 24% dos casos. O uso de tecnologia só está significativamente presente quando os professores ensinam a usar o computador e a internet (64% dos casos).



Estudantes em sala de aula do 8º ano do Ensino Fundamental

Ensino Fundamental

Jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2005-2011

Brasil/Região	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Brasil	56,6%	58,8%	60,5%	61,5%	63,4%	64,9%
Norte	38,9%	46,0%	47,5%	50,1%	49,8%	52,7%
Nordeste	38,2%	40,8%	42,0%	44,9%	49,1%	53,6%
Sudeste	70,8%	71,5%	73,7%	74,4%	73,3%	74,1%
Sul	66,6%	68,3%	70,6%	69,3%	72,6%	69,9%
Centro-Oeste	59,7%	60,2%	63,7%	64,5%	70,6%	74,3%

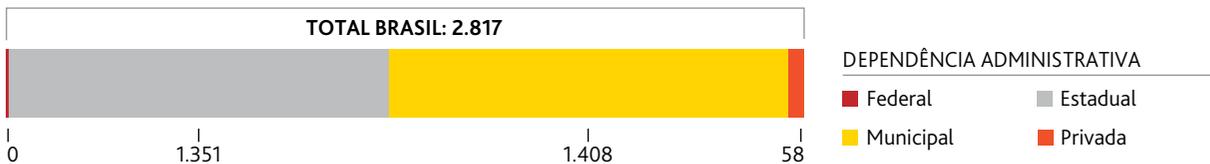
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

O percentual de jovens de 16 anos que concluem o Ensino Fundamental tem aumentado no Brasil a um ritmo de cerca de dois pontos percentuais ao ano. A velocidade ainda é pequena, diante do objetivo de que maior número possível de jovens conclua a trajetória escolar na idade recomendada. E, ainda assim, menos de 70%, na média do País, conseguem assegurar essa conquista. O indicador é uma das formas de avaliar se o sistema educacional está propiciando àqueles que se matriculam na Pré-Escola ou no 1º ano do Ensino Fundamental o progresso escolar adequado ao longo dos anos e, por isso mesmo, faz parte das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Ensino Fundamental

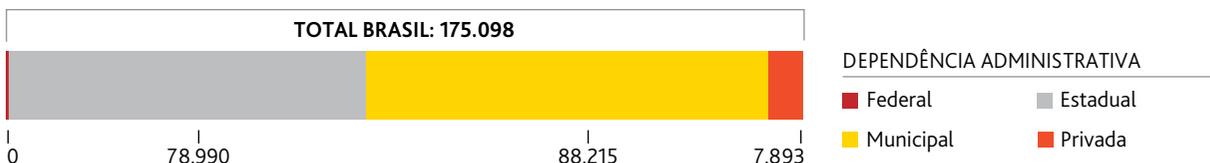
Número de estabelecimentos indígenas – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

Número de matrículas indígenas – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Número de matrículas da Educação Indígena por etapas de ensino – Brasil – 2007-2011

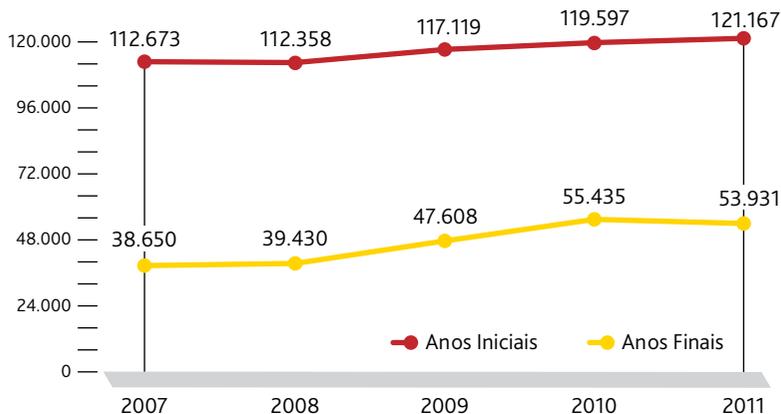
Ano	Matrículas na Educação Básica			
	Total	Ensino Fundamental		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	208.205	151.323	112.673	38.650
2008	205.871	151.788	112.358	39.430
2009	229.945	164.727	117.119	47.608
2010	246.793	175.032	119.597	55.435
2011	243.599	175.098	121.167	53.931

Fonte: MEC/Inep/DEED.

67,2 mil matrículas, mais do que o dobro, são a diferença entre o total de matrículas dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental de Educação Indígena

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Matrículas no Ensino Fundamental de Educação Indígena Brasil – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

Número de estabelecimentos em áreas remanescentes de quilombos – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental

Número de matrículas em áreas remanescentes de quilombos – 2011



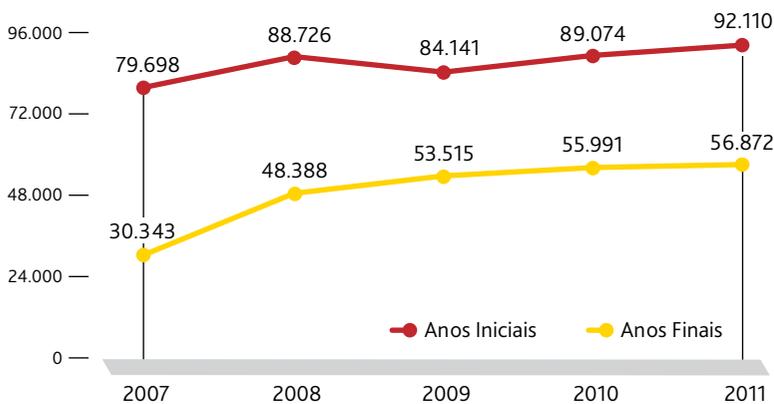
Fonte: MEC/Inep/DEED.

Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos por etapas de ensino – Brasil – 2007-2011

Ano	Matrículas na Educação Básica			
	Total	Ensino Fundamental		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	151.782	110.041	79.698	30.343
2008	196.866	137.114	88.726	48.388
2009	200.579	137.656	84.141	53.515
2010	210.485	145.065	89.074	55.991
2011	214.502	148.982	92.110	56.872

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Número de matrículas de Ensino Fundamental em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos Brasil – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

As redes municipais concentram a oferta de vagas nesta modalidade com **86% das matrículas**

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 1995-2011 – 7 a 14 anos**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	87,40	87,26	87,71	90,92	92,51	92,97	92,71	93,38	92,54	93,26	93,68	93,22	93,59	94,24	94,08
Rondônia	90,48	89,59	89,85	93,55	95,38	93,86	92,68	93,48	91,84	93,55	93,22	92,77	92,64	94,78	92,79
Acre	91,88	90,05	88,06	86,63	90,31	93,74	95,23	95,13	90,81	90,75	92,20	88,35	91,78	93,10	92,70
Amazonas	86,48	86,90	85,42	90,52	92,31	92,66	92,77	93,07	93,88	95,08	95,15	94,21	94,06	94,24	93,67
Roraima	97,06	97,20	91,47	93,92	96,58	94,38	84,45	94,36	95,84	95,70	95,07	94,75	93,51	95,76	96,46
Pará	85,99	86,12	87,49	89,92	91,90	92,74	92,97	93,18	91,79	92,27	92,89	93,08	93,68	93,83	94,34
Amapá	91,35	93,66	89,17	94,85	95,63	96,67	92,08	93,39	94,09	94,21	94,87	92,60	92,45	94,83	94,55
Tocantins	86,38	85,12	89,37	91,97	91,57	92,33	92,94	93,76	93,20	94,16	94,72	94,46	94,55	95,71	94,96
Região Nordeste	77,15	79,06	82,85	87,44	89,88	91,28	92,09	92,20	92,02	92,93	93,58	93,83	94,21	94,25	94,49
Maranhão	73,79	73,43	77,66	85,08	86,28	87,92	89,36	87,73	89,22	89,79	91,99	92,47	94,04	95,36	94,89
Piauí	80,73	78,40	83,83	88,09	90,11	92,92	92,60	94,20	94,14	93,07	95,41	94,74	94,92	95,64	96,27
Ceará	72,07	76,80	85,04	89,80	91,07	92,73	93,38	92,27	93,61	93,42	93,97	94,67	94,85	95,67	94,68
Rio Grande do Norte	85,86	86,04	87,22	90,26	92,90	93,76	93,39	95,15	94,44	94,83	94,18	95,09	95,35	94,40	93,16
Paraíba	78,02	78,79	83,52	89,10	92,97	93,48	93,33	95,56	94,10	94,20	93,88	93,46	95,28	92,64	93,53
Pernambuco	81,53	82,06	83,48	88,25	89,25	90,19	92,45	92,74	92,73	93,50	93,35	93,60	92,90	93,08	93,73
Alagoas	68,51	70,87	78,51	81,36	85,68	91,26	91,83	90,38	92,19	94,42	92,57	93,63	94,00	93,15	93,52
Sergipe	84,32	83,72	88,18	91,40	90,67	92,02	91,58	94,87	92,83	94,48	94,75	93,52	95,32	93,47	95,76
Bahia	77,15	81,37	82,68	86,42	90,70	91,17	91,85	92,26	90,33	92,47	93,84	93,86	93,96	93,98	94,79
Região Sudeste	91,47	91,62	93,26	93,81	94,41	94,91	95,40	95,30	95,45	96,07	95,95	94,94	95,01	95,31	95,23
Minas Gerais	89,77	90,61	93,20	93,65	94,38	95,41	95,99	96,22	95,85	96,35	95,26	94,89	95,03	95,78	96,54
Espírito Santo	87,61	89,38	91,48	90,43	92,63	92,65	93,38	94,74	95,24	93,25	94,89	93,48	95,04	94,50	94,60
Rio de Janeiro	90,01	89,02	90,00	91,06	92,84	92,34	93,77	93,57	93,23	94,43	94,53	94,24	93,54	95,33	95,42
São Paulo	93,19	93,32	94,55	95,22	95,12	95,79	95,88	95,50	96,06	96,80	96,91	95,36	95,54	95,15	94,55
Região Sul	89,42	91,15	92,52	93,47	94,36	94,70	94,91	94,95	94,42	94,93	94,89	93,81	93,94	94,13	93,97
Paraná	88,28	89,66	91,61	92,89	93,12	94,13	94,81	94,14	94,10	94,42	94,13	92,16	93,39	92,81	92,58
Santa Catarina	90,03	92,34	93,43	93,43	95,64	95,70	95,42	95,77	94,83	95,38	95,71	95,17	93,35	94,24	94,31
Rio Grande do Sul	90,22	91,96	92,93	94,10	94,86	94,73	94,72	95,32	94,52	95,20	95,19	94,81	94,86	95,48	95,24
Região Centro-Oeste	88,21	90,21	90,77	92,69	93,52	94,46	94,06	93,96	94,34	94,38	95,02	94,35	93,75	94,49	94,25
Mato Grosso do Sul	87,16	89,87	89,37	92,29	92,96	94,40	93,69	95,28	95,11	94,14	94,69	94,83	95,02	94,80	94,46
Mato Grosso	88,48	89,31	89,60	92,93	91,91	93,67	92,83	92,04	92,80	93,77	94,70	92,47	91,48	94,85	94,24
Goiás	86,49	89,22	90,23	91,81	93,79	94,55	94,74	94,35	94,17	94,63	95,12	94,79	93,55	93,82	94,09
Distrito Federal	93,45	94,37	95,42	95,16	95,63	95,34	94,41	94,28	96,00	94,83	95,54	95,31	95,71	95,40	94,42
Regiões Metropolitanas															
Belém	91,72	90,40	91,22	93,18	93,90	93,60	93,42	94,14	93,48	94,81	94,26	94,55	93,39	94,97	93,39
Fortaleza	83,42	85,68	88,16	90,88	91,37	93,26	94,48	92,23	92,94	94,01	93,86	94,35	94,95	95,84	94,44
Recife	89,34	88,68	88,97	91,62	91,36	91,18	92,63	92,32	94,59	94,33	94,13	94,51	93,33	93,05	93,19
Salvador	88,44	89,57	88,83	91,29	92,86	92,48	93,24	93,86	93,02	93,23	94,14	93,51	94,63	93,56	95,08
Belo Horizonte	92,88	93,80	93,87	94,53	95,51	96,54	97,38	96,23	97,06	96,70	96,44	94,10	95,58	96,47	96,96
Rio de Janeiro	90,61	89,75	90,05	91,08	92,68	92,30	93,45	93,10	93,12	94,49	94,28	93,52	93,02	94,96	95,42
São Paulo	94,05	93,88	94,96	95,44	95,25	96,24	95,78	95,59	95,89	97,12	96,93	95,04	95,34	94,56	94,15
Curitiba	91,59	92,47	91,05	94,42	93,92	93,86	96,23	94,63	94,58	94,85	93,50	91,75	95,77	92,57	92,92
Porto Alegre	92,13	92,97	92,45	94,05	95,25	93,45	94,12	95,14	94,93	95,39	95,12	95,36	95,13	95,16	94,62

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Ensino Fundamental

Taxa líquida de matrícula – 2007-2011 – 6 a 14 anos
Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2007	2008	2009	2011
Região Norte	88,79	88,93	89,75	91,06
Rondônia	87,75	89,12	91,39	89,77
Acre	84,53	88,56	90,54	90,82
Amazonas	90,81	90,19	90,07	91,06
Roraima	90,37	86,25	91,78	92,73
Pará	87,97	88,21	88,24	91,00
Amapá	87,31	87,01	91,15	91,26
Tocantins	91,80	91,59	93,68	92,27
Região Nordeste	89,72	89,96	90,41	91,70
Maranhão	87,89	89,49	90,53	91,74
Piauí	90,83	90,47	91,72	94,26
Ceará	92,27	92,77	94,23	93,50
Rio Grande do Norte	93,32	93,36	92,02	91,21
Paraíba	88,86	90,78	88,67	90,34
Pernambuco	89,28	87,89	88,47	89,65
Alagoas	89,97	87,82	90,30	91,51
Sergipe	89,13	90,86	88,84	92,94
Bahia	88,56	89,15	89,26	91,54
Região Sudeste	90,51	91,41	92,81	93,35
Minas Gerais	90,04	91,88	94,11	94,89
Espírito Santo	88,37	91,22	88,80	91,77
Rio de Janeiro	88,67	88,16	90,44	91,86
São Paulo	91,62	92,38	93,42	93,30
Região Sul	91,40	92,11	92,66	92,35
Paraná	90,29	92,39	91,97	91,71
Santa Catarina	92,67	91,09	92,52	92,64
Rio Grande do Sul	91,86	92,39	93,49	92,84
Região Centro-Oeste	91,39	91,17	91,93	92,03
Mato Grosso do Sul	91,61	93,41	93,57	93,72
Mato Grosso	89,62	87,33	91,48	90,63
Goiás	92,88	91,55	91,18	91,73
Distrito Federal	89,85	92,73	92,62	92,81
Regiões Metropolitanas				
Belém	88,95	87,71	89,50	90,52
Fortaleza	92,35	93,03	94,36	93,25
Recife	89,30	87,02	87,10	89,41
Salvador	87,79	89,13	88,79	92,04
Belo Horizonte	89,92	92,16	94,04	94,95
Rio de Janeiro	88,16	87,64	90,33	92,58
São Paulo	91,65	92,02	92,29	92,43
Curitiba	90,64	94,64	92,02	92,13
Porto Alegre	91,25	92,51	92,75	91,91

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Uma primeira análise da taxa líquida de matrícula do Ensino Fundamental de oito anos, para a faixa etária de 7 a 14 anos (*na tabela da página ao lado*), mostra que as cinco regiões do País registram atualmente percentuais muito semelhantes entre si e em relação à média nacional (94,6%).

Esta realidade indica uma mudança importante no quadro educacional brasileiro. Em 1995, 14,3 pontos percentuais separavam a taxa líquida de matrícula no Nordeste e no Sudeste. Em 2011, essa distância caiu para 0,7 ponto percentual, traduzindo na prática a redução da desigualdade regional, ao menos nessa etapa de ensino e no que diz respeito às matrículas. Analisados individualmente, os 26 Estados e o Distrito Federal também apresentam taxas líquidas de matrícula no Ensino Fundamental de oito anos próximas da média nacional.

A tabela desta página (*ao lado*), também elaborada pelo Todos Pela Educação, com base nos dados da Pnad, traz a taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental de nove anos para a faixa de 6 a 14 anos de idade, em vigor desde 2007. Além das unidades da federação, apresenta informações sobre as regiões metropolitanas do País. Entre elas, destaca-se a de Belo Horizonte (MG), com uma taxa de quase 95%, superior à média nacional e à da região Sudeste.

Ao compararmos as duas tabelas, nota-se que as taxas de 6 a 14 anos são menores. Há dois motivos para isso. O primeiro deles é que ainda há uma quantidade considerável de crianças de 6 anos fora da escola (539 mil). O segundo é que há também um contingente de 475 mil crianças de 6 anos matriculadas ainda na Educação Infantil.

ENSINO MÉDIO

META DO PNE

*Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no **Ensino Médio** para 85%.*

Embora cerca de 80% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola, apenas 52,25% estão no Ensino Médio, etapa apropriada da trajetória escolar para esta faixa etária. A questão, portanto, é saber onde estão esses jovens que não cursam o Ensino Médio. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2011), do IBGE, muitos abandonaram a escola, 15,1% não estudam e 25,5% ainda permanecem no Ensino Fundamental. A meta proposta no Plano Nacional de Educação (PNE) é elevar a taxa de matrícula líquida no Ensino Médio para 85%.

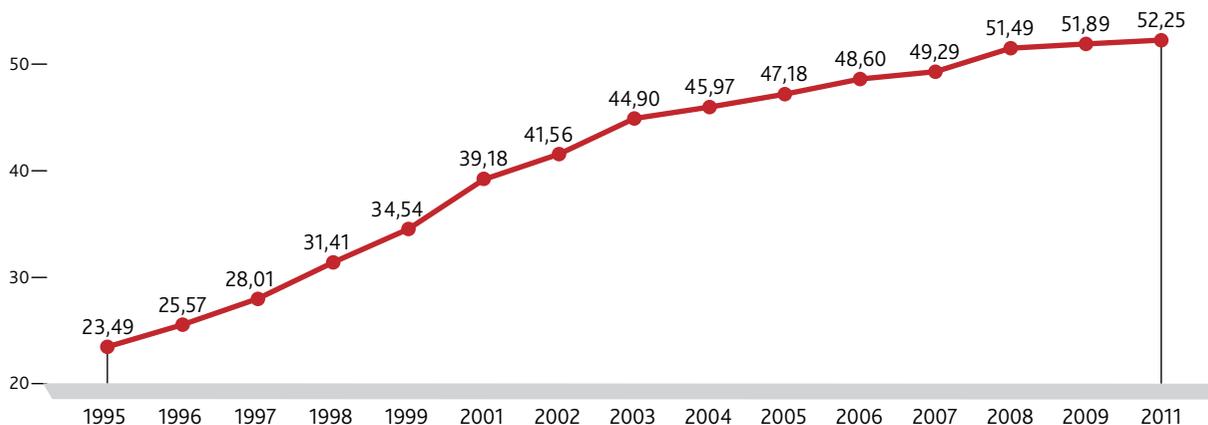
Outro aspecto que chama atenção quando se observam os números relativos ao Ensino Médio é o fato de um percentual relativamente baixo dos jovens conseguir concluir esta etapa de ensino na idade correta, ou mesmo com um pequeno atraso, aos 19 anos. Especialistas apontam o currículo inchado, que nem abre perspectivas profissionais nem prepara para o vestibular, como um dos entraves.

1,6 milhão
de jovens de
15 a 17 anos estão
fora da escola

Fonte: IBGE/Pnad 2011 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Ensino Médio

Taxa de matrícula líquida no Ensino Médio – Brasil – 1995-2011



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.



Alunos aguardam o início das aulas em corredor de escola estadual de Rio Branco (AC)

Onde estão os jovens de 15 a 17 anos

Etapa de ensino	2007		2008		2009		2011	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Ensino Fundamental	2.696.694	26,5%	2.760.585	26,8%	2.860.416	27,7%	2.690.137	25,5%
Ensino Médio	4.975.587	48,8%	5.269.625	51,2%	5.336.474	51,6%	5.490.418	52,0%
Alfabetização de jovens e adultos	17.550	0,2%	13.186	0,1%	21.065	0,2%	16.007	0,2%
Educação de jovens e adultos - Fundamental	199.802	2,0%	169.571	1,6%	137.815	1,3%	141.382	1,3%
Educação de jovens e adultos - Médio	45.408	0,4%	32.251	0,3%	27.875	0,3%	27.371	0,3%
Ensino Superior	117.234	1,2%	124.521	1,2%	118.581	1,1%	144.250	1,4%
Pré-vestibular	30.688	0,3%	27.657	0,3%	32.571	0,3%	27.110	0,3%
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	1.822.710	17,9%	1.677.782	16,3%	1.561.369	15,1%	1.593.866	15,1%
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	280.310	2,8%	221.869	2,2%	241.726	2,3%	430.702	4,1%
Total	10.185.983	100%	10.297.047	100%	10.337.892	100%	10.561.243	100%

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Ensino Médio

Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – Brasil e Regiões – 2005-2011

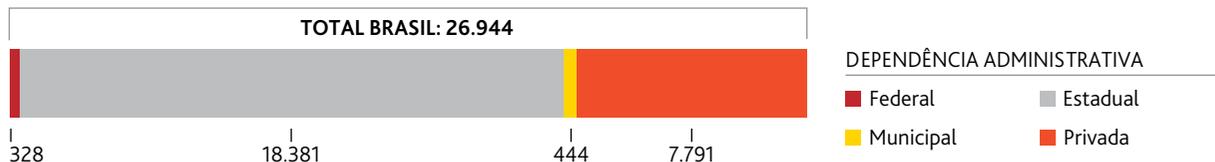
	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Brasil	39,8 %	44,1 %	44,9 %	47,1 %	50,2 %	51,1
Norte	26,0 %	28,9 %	32,3 %	36,3 %	36,6 %	35,1
Nordeste	23,2 %	27,0 %	28,8 %	30,8 %	37,1 %	41,4
Sudeste	52,3 %	56,7 %	57,1 %	58,8 %	59,7 %	59,1
Sul	50,5 %	55,6 %	51,2 %	54,8 %	60,5 %	55,8
Centro-Oeste	40,1 %	41,5 %	45,2 %	48,0 %	49,5 %	58,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Ensino Médio

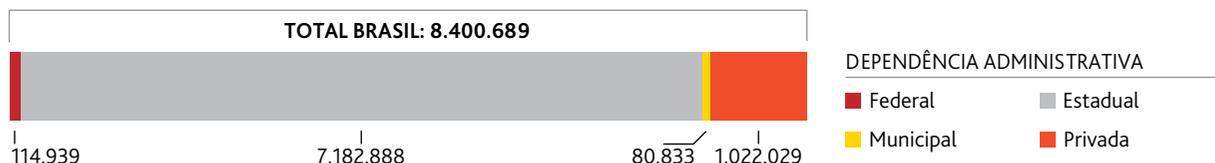
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio

Matrículas por dependência administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado

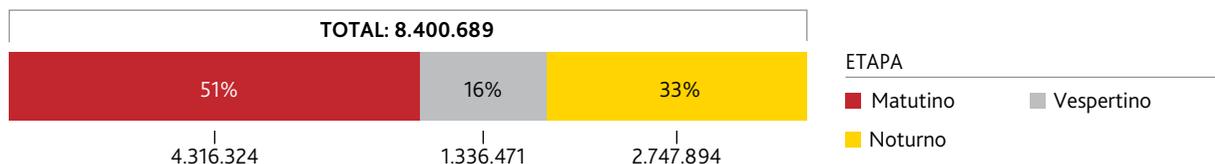
Matrículas por etapa de ensino – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado

Matrículas por turno – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio regular

Percentual de matrículas no Ensino Médio da rede pública por região, segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2011

Região geográfica	MATRÍCULAS					
	Total	Recurso disponível (%)				
		Biblioteca ou sala de leitura	Acesso à internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de esportes
Brasil	7.378.660	91,70%	95,60%	95,10%	37,70%	78,80%
Norte	699.123	88,10%	89,10%	87,90%	32,20%	75,90%
Nordeste	2.146.746	87,00%	91,50%	94,30%	46,60%	57,80%
Sudeste	2.998.401	94,20%	99,10%	96,20%	27,50%	91,80%
Sul	996.845	98,10%	98,90%	98,50%	46,90%	85,80%
Centro-Oeste	537.545	90,10%	95,10%	94,80%	48,70%	81,00%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Na comparação com 2010, o número de matrículas no Ensino Médio permaneceu praticamente estável, em torno de 8,4 milhões, segundo dados do Censo Escolar.

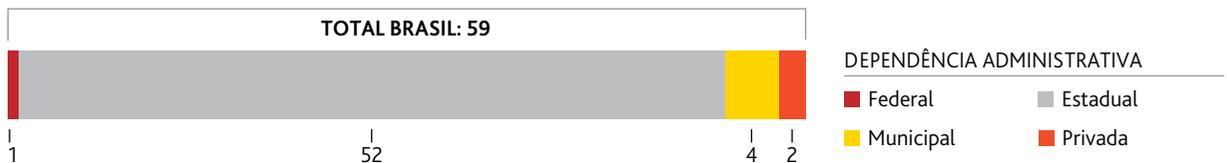
Nas áreas indígenas, após um crescimento entre 2009 e 2010, quando o total de matrículas chegou a cerca de 27 mil, registrou-se recuo em 2011, para o patamar anterior, de 19 mil. Nas áreas de quilombos, entre 2007 e 2010 o número de matrículas foi multiplicado por quatro. Em 2011, porém, permaneceu praticamente estável, com 11 mil matrículas.

Mais de 7 milhões de matrículas estão nas redes estaduais de ensino. As escolas privadas registram pouco mais de 1 milhão de estudantes

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio

Número de estabelecimentos em áreas remanescentes de quilombos – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado

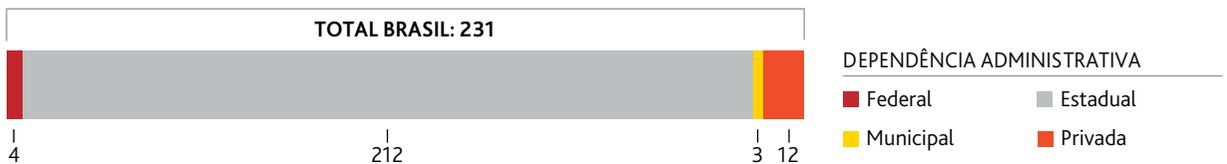
Número de matrículas em áreas remanescentes de quilombos – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio

Número de estabelecimentos no Ensino Médio de educação indígena – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio

Número de matrículas no Ensino Médio de educação indígena – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Ensino Médio**Taxa líquida de matrícula – 1995-2011**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	18,18	17,39	19,64	22,98	26,89	29,08	31,52	34,82	29,50	32,19	36,01	38,30	40,84	40,33	42,98
Rondônia	22,64	28,77	26,32	34,59	34,36	36,86	38,36	39,37	38,16	35,94	39,14	43,21	43,16	48,01	46,25
Acre	20,73	18,98	24,17	23,88	29,49	29,89	33,03	45,31	29,77	37,17	45,26	42,87	44,59	49,28	42,75
Amazonas	17,74	19,00	20,52	23,08	27,39	32,15	35,67	36,73	31,39	35,20	38,52	36,37	40,76	41,19	41,74
Roraima	32,26	33,35	27,01	28,26	45,24	39,82	39,79	50,76	40,40	39,85	47,72	52,88	54,11	54,10	55,28
Pará	17,00	13,75	18,69	19,30	23,52	24,63	25,55	29,54	23,80	26,33	29,09	34,49	35,97	32,66	39,55
Amapá	25,34	15,52	20,45	34,02	33,69	27,95	42,38	39,75	41,42	50,31	49,46	50,56	56,30	51,59	50,43
Tocantins	13,26	14,76	13,15	20,24	24,10	30,55	32,38	36,78	36,75	38,68	46,35	45,97	53,06	56,77	52,94
Região Nordeste	12,41	13,68	14,44	16,27	18,23	22,67	24,23	27,45	29,49	32,40	35,12	36,44	37,91	40,57	44,36
Maranhão	12,45	13,13	13,35	15,20	15,52	19,90	20,00	23,05	28,43	31,26	35,22	36,63	35,68	41,36	45,17
Piauí	10,53	11,90	12,07	10,41	14,99	22,93	16,82	26,79	25,13	28,58	33,84	33,86	36,79	36,52	41,59
Ceará	13,21	15,11	14,75	21,14	21,02	27,11	31,25	31,74	35,79	40,93	45,06	44,40	47,24	50,94	53,76
Rio Grande do Norte	17,24	21,31	19,75	17,45	21,63	31,13	31,12	34,90	36,32	40,05	35,53	40,21	35,93	41,99	48,04
Paraíba	14,03	14,61	17,08	18,14	20,67	20,47	19,74	23,30	25,34	25,32	31,29	33,54	38,10	37,99	43,63
Pernambuco	14,29	15,83	16,84	17,48	19,47	23,83	25,43	28,82	28,08	32,09	34,18	35,54	33,52	38,81	44,03
Alagoas	13,55	10,53	12,94	10,83	14,92	15,02	19,27	18,05	22,30	23,32	28,39	26,02	33,34	34,27	33,86
Sergipe	9,40	11,14	11,86	17,54	17,55	21,81	25,30	31,14	31,38	28,19	30,65	34,98	37,50	39,62	43,09
Bahia	10,40	11,94	12,82	15,07	17,51	21,36	24,24	27,32	28,83	32,09	33,23	35,43	37,48	37,63	40,93
Região Sudeste	30,67	33,71	36,59	41,47	44,70	50,68	54,42	57,73	59,99	59,74	59,98	60,49	63,04	61,60	59,61
Minas Gerais	21,14	23,04	24,47	32,64	36,31	40,86	45,61	50,06	52,02	53,75	53,08	53,26	57,77	55,69	55,95
Espírito Santo	26,27	27,73	30,69	36,10	37,77	43,03	48,48	48,31	53,59	44,96	51,80	43,90	51,53	53,35	53,58
Rio de Janeiro	28,59	30,24	32,39	34,90	38,70	45,25	46,26	49,16	49,23	48,99	52,57	55,48	54,81	51,90	50,91
São Paulo	36,91	41,41	44,61	48,32	51,34	58,04	62,66	65,21	68,21	67,92	67,27	67,61	69,99	69,26	65,76
Região Sul	30,42	33,36	36,55	39,77	45,33	48,80	50,84	52,64	54,39	53,98	54,36	53,53	55,79	56,92	54,41
Paraná	27,36	30,16	33,00	39,01	48,22	48,71	50,64	53,63	53,14	52,08	51,42	56,33	56,61	58,36	57,53
Santa Catarina	29,62	36,08	36,67	41,54	43,06	53,69	55,94	56,56	59,67	64,11	62,37	54,09	59,25	59,65	53,10
Rio Grande do Sul	34,07	34,97	40,19	39,56	43,65	46,01	47,94	49,37	52,54	49,74	52,16	50,14	52,84	53,76	51,81
Região Centro-Oeste	22,57	24,74	29,16	30,35	33,53	39,27	41,46	45,17	46,83	47,08	49,17	51,03	52,51	55,32	56,86
Mato Grosso do Sul	23,71	28,28	29,92	30,50	34,17	35,09	38,46	44,30	42,18	42,82	44,37	41,16	47,98	48,31	47,96
Mato Grosso	19,04	23,33	24,74	24,88	29,14	40,75	38,89	38,57	45,22	46,24	47,21	48,60	50,81	53,99	59,78
Goiás	20,42	19,35	25,79	29,00	31,42	37,40	41,36	44,26	47,62	46,30	49,33	54,04	53,82	55,23	56,31
Distrito Federal	31,36	35,93	40,51	39,63	43,27	46,33	49,20	56,29	51,36	54,75	56,02	57,05	56,54	64,33	63,02
Regiões Metropolitanas															
Belém	27,11	24,08	29,59	23,76	30,93	31,78	32,38	34,46	35,02	38,70	39,91	45,20	49,94	42,91	50,30
Fortaleza	23,08	24,58	25,48	30,32	32,57	37,50	41,79	40,00	46,82	48,53	50,65	48,76	52,00	52,66	55,63
Recife	20,69	24,14	23,15	24,83	28,80	34,16	38,03	38,72	41,22	43,31	46,35	46,73	45,19	48,91	53,88
Salvador	19,35	23,55	25,24	30,09	32,14	35,92	36,85	40,66	40,43	41,73	43,52	46,23	46,00	41,97	47,64
Belo Horizonte	24,70	24,95	28,81	35,10	39,01	51,27	55,23	58,25	60,55	61,01	59,57	58,24	63,79	61,96	59,49
Rio de Janeiro	31,49	32,22	35,52	36,65	39,98	47,98	47,96	51,60	51,49	51,05	54,82	56,32	58,69	52,70	52,70
São Paulo	39,65	43,37	44,20	48,78	51,27	60,47	62,86	64,69	68,69	68,44	68,48	70,50	71,89	69,19	64,92
Curitiba	34,63	32,99	33,22	42,27	47,27	45,50	48,84	56,75	54,83	54,24	51,58	53,03	62,40	58,53	53,41
Porto Alegre	34,99	37,01	38,81	39,55	42,60	49,17	49,13	50,96	50,47	49,73	51,08	51,01	53,61	53,20	51,68

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

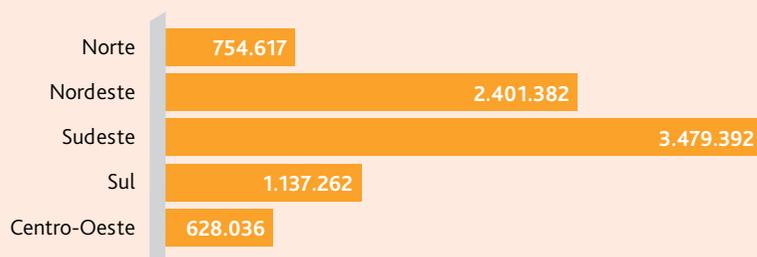
Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.



Escola Estadual de Porto Velho (RO)

Matrículas no Ensino Médio por Região – 2011 Segundo a região geográfica



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Apesar de um salto expressivo na taxa líquida de matrícula entre 1995 e 2011, as regiões Norte e Nordeste ainda estão a meio caminho de alcançar a meta de conseguir colocar 85% dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio, proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Os estados do Norte registram em média taxa líquida de matrícula de 43% para essa etapa de ensino; no caso do Nordeste, esse percentual é de 44,4%. E, em Alagoas, apenas um terço dos jovens está no Ensino Médio.

Diferentemente do que se observa no Ensino Fundamental, as diferenças regionais estão presentes de forma perceptível: 16,6 pontos percentuais separam os resultados do Nordeste e do Sudeste — estes, puxados principalmente por São Paulo, que se coloca num patamar bem superior ao da média nacional, com 65,8% de taxa líquida de matrícula no Ensino Médio.

Algumas regiões metropolitanas apresentam taxas superiores às de seus Estados. Em Belém, por exemplo, essa diferença é de mais de 10 pontos percentuais, de acordo com os dados reunidos na tabela da página ao lado, elaborada pelo Todos Pela Educação, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Ao longo da última década, tornou-se recorrente entre gestores públicos e também educadores o bordão de que o Brasil já venceu o desafio da universalização do ensino e agora todas as políticas devem se concentrar no problema da baixa eficiência do sistema – com as elevadas taxas de abandono, evasão e repetência – e da má qualidade de ensino.

Se, de um lado, é verdade que a garantia do direito à Educação de qualidade deve ser um objetivo central das três esferas de governo, por outro lado, a falsa ideia de que o ensino já está universalizado ou próximo da universalização pode fazer mitigar o olhar do Estado e da sociedade, como um todo, para os desafios que precisam ser enfrentados com urgência.

E há muito a fazer. Em primeiro lugar, por uma boa razão. Precisamos nos lembrar das conquistas sociais dos últimos anos, com a recente extensão do Ensino Fundamental de oito para nove anos e com a Emenda Constitucional que, em 2009, tornou a Pré-Escola parte da Educação Básica obrigatória. Mas, além disso, nunca devemos perder de vista que em um país grande como o Brasil cada ponto percentual estatístico leva à casa do milhão de vidas humanas – e por isso precisa ser considerado com atenção e prioridade.

Os dados de 2011 mostram que o Brasil ainda tem 8% de suas crianças e adolescentes fora da escola, na faixa de 4 a 17 anos, o que representa algo como 3,2 milhões de crianças. Muitos países sequer têm tamanha quantidade de alunos em todo o sistema escolar. Mas é preciso olhar mais de perto para entender que esses números têm significados próprios em cada etapa da escolaridade e apontam para desafios diferentes.

Sem dúvida, a maior defasagem se deve a um avanço recente, ou seja, a inclusão das crianças de 4 e 5 anos nos limites da Educação obrigatória para todo cidadão brasileiro. Neste caso, 18,3% das crianças nesta faixa etária (um milhão) ainda não foram atendidas na Pré-Escola, principalmente pela indisponibilidade de vagas no sistema, constitucionalmente atribuído aos municípios. Os avanços nos últimos anos são importantes, mas refletem também as diferentes prioridades com que a Educação é vista nos diferentes municípios.

O Ensino Fundamental foi, historicamente, a etapa mais amplamente consolidada, chegando a 98,2% de atendimento em 2011. Vale notar, porém, que o 1,8% restante representa mais de 500 mil crianças que não frequentam a escola por razões diversas, que envolvem desde a extrema vulnerabilidade social até a necessidade de atendimento especializado, acesso a equipamentos públicos, entre outros. Ainda que residual, esse universo precisa ser mais bem conhecido, até para que sejam viabilizadas soluções específicas de atendimento.

Para um país que se orgulha de estar entre as sete nações com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, não há razão admissível, porém, para o que acontece no Ensino Médio. São 15,1% de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, um contingente de 1,6 milhão de adolescentes, que não apenas deixam de aprender, mas também se candidatam a engrossar ainda mais os números do desemprego, da marginalidade e dos comportamentos de risco.

Precisamos, portanto, voltar um passo atrás no discurso da universalização, para mantermos um permanente estado de alerta sobre as políticas públicas específicas para esse fim. Esperar que a melhoria da renda ou a lenta melhoria da qualidade e eficiência do sistema retenham ou atraiam essa população desatendida para a escola é pouco.

Do mesmo modo, não é possível aguardar o dia em que as tendências demográficas, que apontam para o envelhecimento progressivo da população brasileira, promovam o ajuste entre a oferta de vagas e a demanda educacional. É preciso dar uma resposta imediata a gerações de crianças que ingressam na escola pública e representam a sociedade brasileira no futuro.

Isso não significa voltar ao tempo em que as verbas e as políticas eram focadas na construção de prédios e salas de aula. A dinâmica populacional, a melhoria do fluxo e ações em parceria entre as esferas administrativas permitem hoje que se tenha um olhar mais abrangente sobre o sistema como um todo, integrando políticas públicas de elevação das taxas de atendimento e ações para garantir o acesso, nos diferentes contextos.

É preciso um olhar, por exemplo, que não se prenda às médias nacionais. Em um país marcado profundamente pela desigualdade, as médias atenuam os diferentes estágios em que se encontra o atendimento não apenas entre as regiões brasileiras, mas também no que se refere às populações socialmente mais vulneráveis, à população que se autodeclara parda ou negra, aos indígenas... Segundo este ponto de vista, os índices são muito mais críticos e mostram o quanto há por se fazer para incluir a população brasileira na escola.

É neste ponto que o tema da universalização encontra outro, cada vez mais urgente no País, o da inclusão. Em primeiro lugar, as crianças e jovens com algum tipo de deficiência, física ou intelectual. Sabe-se que uma parte importante dos 3,2 milhões fora da escola possui necessidades especiais que a escola brasileira, mesmo no século 21, ainda não consegue atender.

A inclusão social é igualmente importante. E sem ela o País não chegará à efetiva universalização da Educação.

Segundo a Pnad 2009, enquanto a taxa de frequência à escola das crianças de 4 a 5 anos das famílias ricas oscila em torno de 92%, a das famílias mais pobres fica em 67,8%. Enquanto é de 77,4% nas regiões urbanas, cai a 63,5% na zona rural. Distâncias semelhantes se repetem quando tomamos a outra ponta da Educação Básica, o Ensino Médio. Enquanto a proporção de jovens cursando o Ensino Médio está em torno de 77,9% entre os 20% mais ricos, cai a 32% entre os 20% mais pobres.

Também cresce o reconhecimento de que a inclusão abarca os alunos com dificuldade de aprendizagem. Estudantes que frequentam a escola, mas que não conseguem acompanhar as aulas, o que muito frequentemente leva ao abandono.

Não adianta fazer mais do mesmo. É preciso atrair para as salas de aula aqueles que, por diversos motivos, se afastaram do caminho da escolarização formal.



Priscila Cruz

Diretora executiva
do movimento Todos
pela Educação.

“Os dados de 2011 mostram que o Brasil ainda tem 8% de suas crianças e adolescentes fora da escola, na faixa de 4 a 17 anos, o que representa algo como 3,2 milhões de crianças. Muitos países sequer têm tamanha quantidade de alunos em todo o sistema escolar.”

EDUCAÇÃO ESPECIAL

META DO PNE

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O fenômeno mais relevante que se observa na Educação Especial é a tendência de crescimento do número de alunos com deficiência nas classes comuns, em oposição às classes especiais e às escolas exclusivamente especializadas. Contabilizando todas as matrículas — na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Educação Profissional —, o aumento entre 2010 e 2011 foi de 15,3%. Em contrapartida, as escolas especiais enfrentaram uma queda de 11,2% no número de alunos. Em 2008, o total de matrículas de crianças com deficiência em salas comuns superou pela primeira vez o de salas especiais.

Educação Especial Matrículas – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

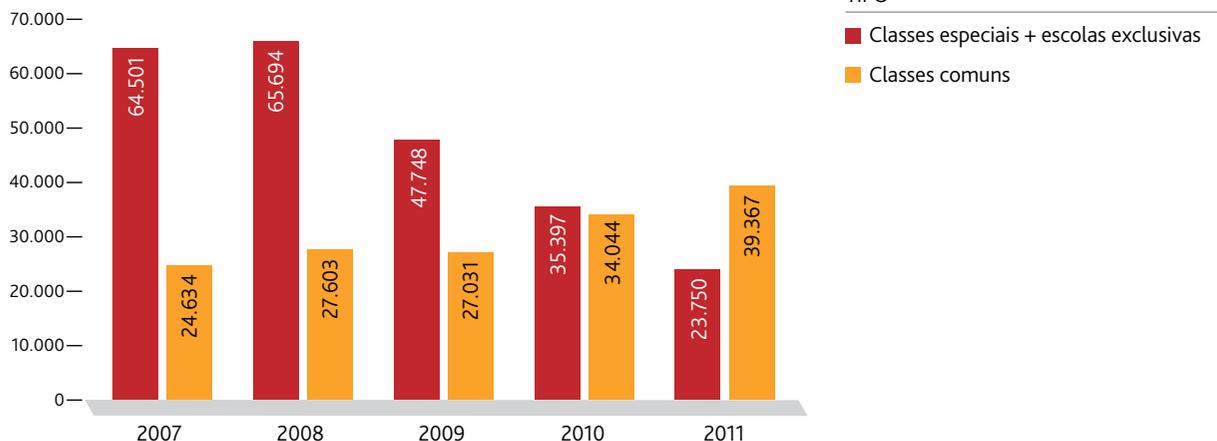
O que diz a lei

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define como Educação Especial a modalidade oferecida aos alunos com necessidades educacionais especiais e estabelece que isso deve ocorrer “preferencialmente na rede regular de ensino”. Também determina que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para esses alunos e que o atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns.

78% dos alunos brasileiros com algum tipo de deficiência estão matriculados na rede pública

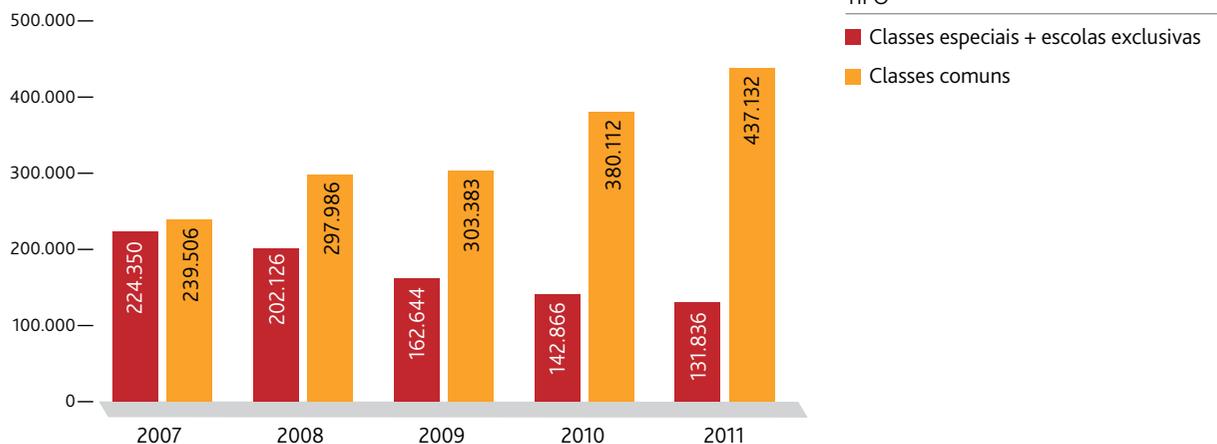
Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Especial
Matrículas na Educação Infantil – 2007-2011



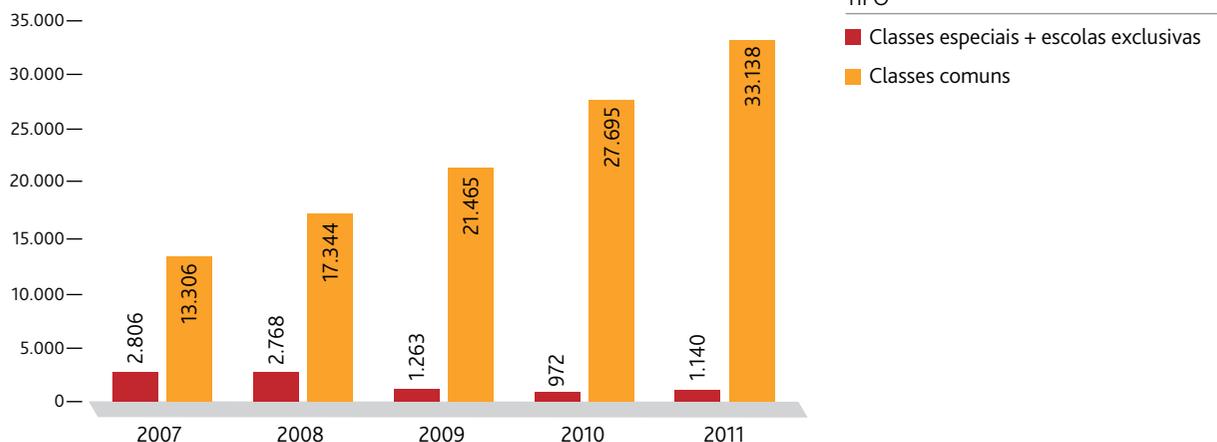
Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Especial
Matrículas no Ensino Fundamental – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Especial
Matrículas no Ensino Médio – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Especial**Matrículas em classes comuns – 2011**

Por dependência administrativa

Unidade da federação	Total	Dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
BRASIL	558.423	896	178.617	346.299	32.611
Região Norte	48.377	52	18.444	28.237	1.644
Rondônia	5.783	5	2.690	2.880	208
Acre	4.387	0	2.652	1.697	38
Amazonas	5.381	8	1.385	3.639	349
Roraima	1.362	7	726	569	60
Pará	20.978	23	4.598	15.629	728
Amapá	2.725	1	1.832	801	91
Tocantins	7.761	8	4.561	3.022	170
Região Nordeste	158.830	361	22.889	126.438	9.142
Maranhão	20.916	40	2.917	17.190	769
Piauí	10.659	37	2.188	8.030	404
Ceará	26.892	35	1.663	23.716	1.478
Rio Grande do Norte	11.261	42	3.520	6.635	1.064
Paraíba	12.812	36	3.264	8.776	736
Pernambuco	19.438	127	3.837	13.815	1.659
Alagoas	11.278	14	1.880	8.844	540
Sergipe	4.286	4	1.399	2.538	345
Bahia	41.288	26	2.221	36.894	2.147
Região Sudeste	209.713	286	75.741	119.086	14.600
Minas Gerais	48.365	79	15.817	29.105	3.364
Espírito Santo	13.445	18	3.342	9.560	525
Rio de Janeiro	30.749	171	5.558	21.479	3.541
São Paulo	117.154	18	51.024	58.942	7.170
Região Sul	94.471	153	38.246	51.823	4.249
Paraná	34.041	26	16.199	16.591	1.225
Santa Catarina	18.339	59	6.437	10.665	1.178
Rio Grande do Sul	42.091	68	15.610	24.567	1.846
Região Centro-Oeste	47.032	44	23.297	20.715	2.976
Mato Grosso do Sul	9.829	3	4.911	4.615	300
Mato Grosso	6.848	17	1.651	4.785	395
Goiás	19.570	17	6.970	11.315	1.268
Distrito Federal	10.785	7	9.765	0	1.013

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Especial**Matrículas em classes especiais e/ou escolas exclusivas – 2011**

Por dependência administrativa

Unidade da federação	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
BRASIL	193.882	724	24.673	37.687	130.798
Região Norte	9.554	0	3.179	2.210	4.165
Rondônia	2.077	0	218	33	1.826
Acre	358	0	245	0	113
Amazonas	2.761	0	555	1.132	1.074
Roraima	0	0	0	0	0
Pará	1.630	0	179	918	533
Amapá	611	0	74	31	506
Tocantins	2.117	0	1.908	96	113
Região Nordeste	24.128	0	7.010	6.354	10.764
Maranhão	4.765	0	869	1.003	2.893
Piauí	415	0	60	75	280
Ceará	4.249	0	1.312	994	1.943
Rio Grande do Norte	125	0	0	96	29
Paraíba	1.072	0	277	217	578
Pernambuco	7.205	0	3.892	2.032	1.281
Alagoas	533	0	131	140	262
Sergipe	1.199	0	357	202	640
Bahia	4.565	0	112	1.595	2.858
Região Sudeste	102.229	724	6.385	18.444	76.676
Minas Gerais	38.139	0	4.344	1.564	32.231
Espírito Santo	37	0	37	0	0
Rio de Janeiro	14.055	724	959	8.632	3.740
São Paulo	49.998	0	1.045	8.248	40.705
Região Sul	42.403	0	3.473	9.875	29.055
Paraná	24.340	0	332	7.778	16.230
Santa Catarina	1.369	0	146	12	1.211
Rio Grande do Sul	16.694	0	2.995	2.085	11.614
Região Centro-Oeste	15.568	0	4.626	804	10.138
Mato Grosso do Sul	4.569	0	76	61	4.432
Mato Grosso	4.771	0	792	112	3.867
Goiás	1.844	0	14	631	1.199
Distrito Federal	4.384	0	3.744	0	640

Fonte: MEC/Inep/DEED.

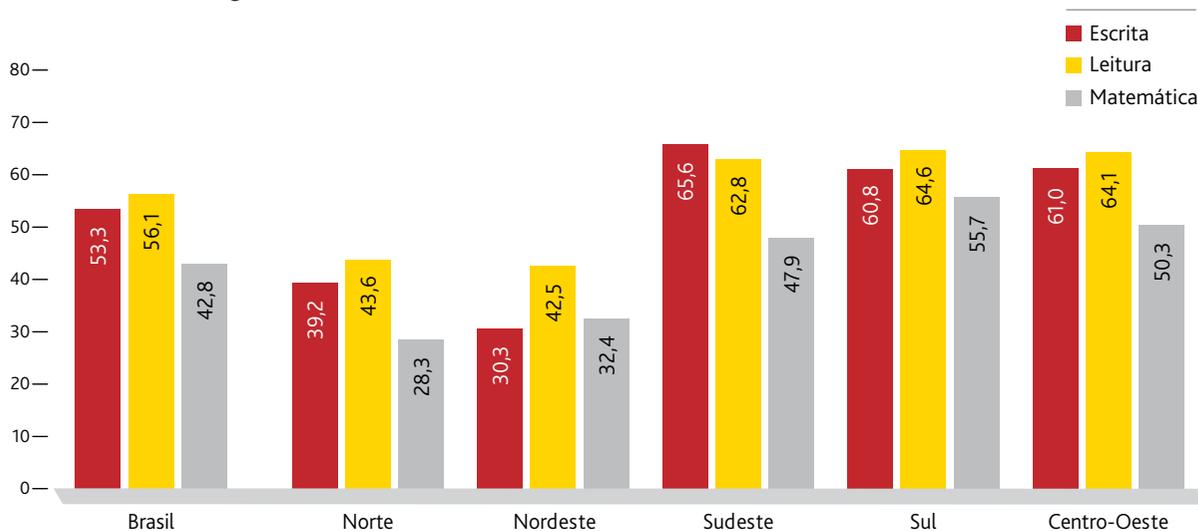
ALFABETIZAÇÃO ATÉ 8 ANOS

META DO PNE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

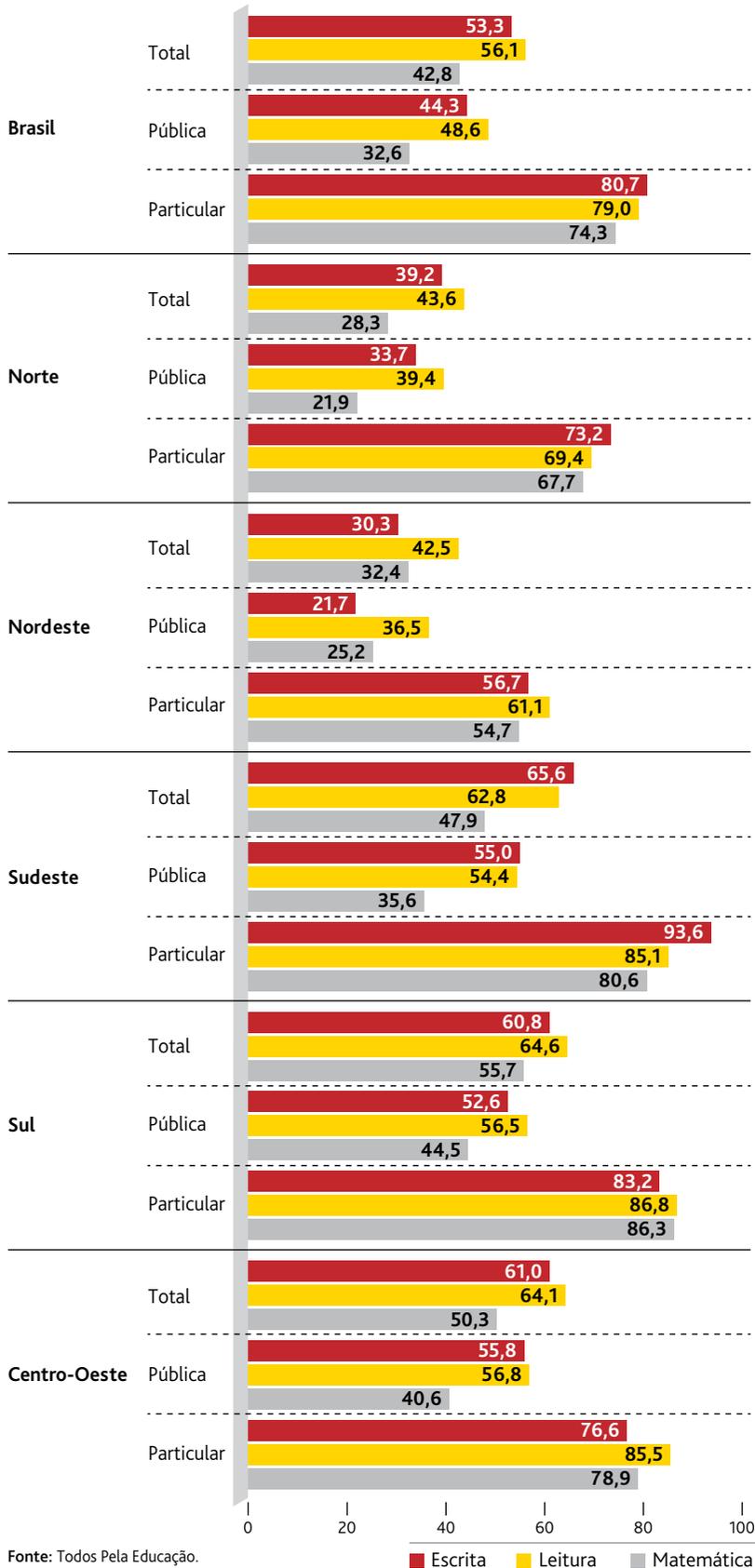
A meta de alfabetizar plenamente as crianças até os oito anos de idade, ou até o 3º ano do Ensino Fundamental, está se consolidando no Brasil, não apenas por conta do Plano Nacional de Educação (PNE), que contemplou esse desafio, como também pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), lançado pelo governo federal. Até 2012, o único instrumento capaz de acompanhar o cenário nacional relativo à alfabetização das crianças foi a Prova ABC. Realizada em 2011 e em 2012, ela deixa de ser aplicada a partir de 2013, quando o MEC deverá dispor de um instrumento próprio de avaliação dos resultados do Pnaic. Fruto da parceria entre o movimento Todos Pela Educação, a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro/Ibope e o Inep/MEC, essa avaliação em larga escala permite verificar o desempenho das crianças em leitura, escrita e matemática, nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Percentual de estudantes que atingiram o conhecimento esperado em escrita, leitura e matemática para o 3º ano do Ensino Fundamental
Prova ABC – Brasil e Regiões – 2011



Fonte: Todos Pela Educação.

Percentual de estudantes que atingiram o desempenho esperado em escrita, leitura e matemática para o 3º ano do Ensino Fundamental
Prova ABC – Brasil, por rede de ensino – 2011



Fonte: Todos Pela Educação.

■ Escrita ■ Leitura ■ Matemática

Entenda a Prova ABC

A Prova ABC foi aplicada, pela primeira vez, nos primeiros meses do ano letivo de 2011 a uma amostra probabilística de 6 mil alunos de turmas de 4º ano (3ª série), pois, nesta fase, devem estar consolidadas as aprendizagens do ano anterior. A seleção dos alunos levou em conta a proporção das escolas de cada rede, nas capitais de todas as regiões do País. No total, 250 escolas participaram.

Apenas uma turma sorteada de 4º ano (3ª série) de cada uma das escolas selecionadas realizou a Prova ABC. Todas as instituições de ensino participaram voluntariamente da prova.

Cada criança respondeu a 20 itens (questões de múltipla escolha) de leitura ou de matemática — o aluno fez testes de apenas uma das duas áreas. Além disso, todas elas escreveram uma breve redação, a partir de um tema único. Cada escola contou com um aplicador externo.

A Fundação Cesgranrio foi responsável pela elaboração das provas, correção, análise e a interpretação dos dados nas escalas Saeb, com a colaboração do Inep na definição do plano amostral e contribuições do Instituto Paulo Montenegro, responsável pelo Indicador de Alfabetismo Funcional da população brasileira. A aplicação da prova foi feita pelo Ibope.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

META DO PNE

Oferecer **Educação em Tempo Integral** em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

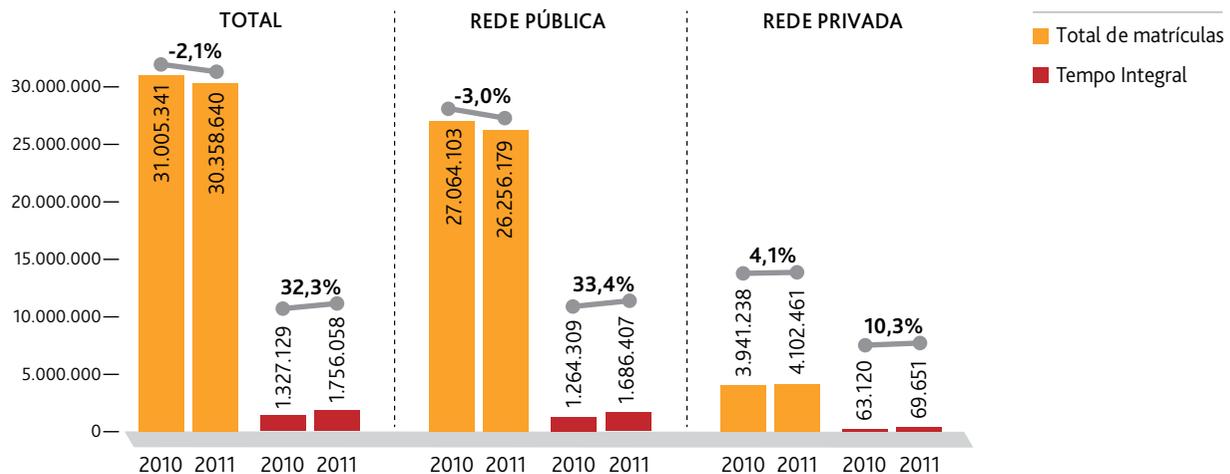
A oferta de vagas em período integral avança no País e tende a crescer ainda mais. Contudo, o aumento previsto no PNE não é apenas um desafio da ordem dos recursos a serem investidos ou da existência de espaço físico e vagas suficientes. O próprio conceito de Educação Integral — que transcende o de tempo integral e remete ao projeto pedagógico para essa modalidade — precisa ser mais discutido pela sociedade. Afinal, a simples extensão do tempo de permanência da criança na escola não garante melhoria na aprendizagem nem ampliação de sua formação como um todo.

As matrículas na Educação em Tempo Integral representam **5,8% do total de alunos no Ensino Fundamental**

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Tempo Integral

Matrículas no Ensino Fundamental por rede, segundo a duração do tempo de escolarização – 2010-2011

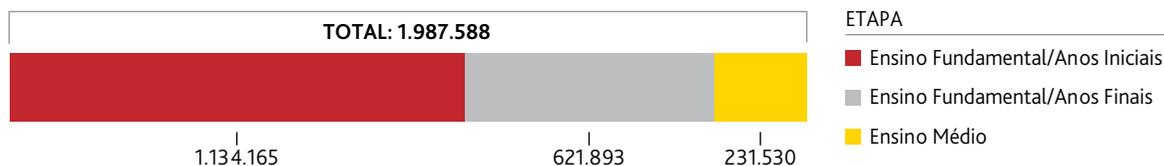


Fonte: MEC/Inep/DEED.

Nota: O tempo integral é calculado somando-se a duração da escolaridade com a duração do atendimento complementar. Considera-se tempo integral quando essa soma for superior ou igual a sete horas.

Tempo Integral

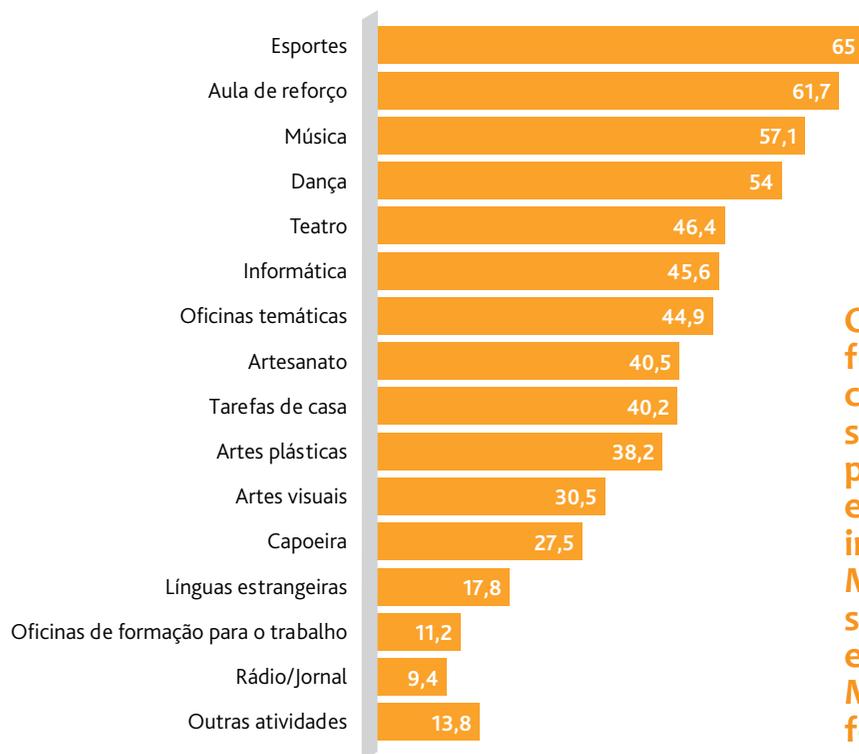
Matrículas em Tempo Integral por etapa de ensino – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Atividades desenvolvidas nas experiências de jornada escolar ampliada – 2008*

Segundo a região geográfica



Com **65%** de frequência na grade curricular, os esportes são a atividade predominante nas escolas em tempo integral do programa Mais Educação, segundo pesquisa encomendada pelo MEC a universidades federais

Fonte: "Pesquisa EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO INTEGRADA E(M) TEMPO INTEGRAL: concepções e práticas na educação brasileira", realizada pelas universidades: UFPR, UnB, UNIRIO, UFRJ, UERJ, UFMG, 2008.

*O cálculo do percentual tomou por referência o total de experiências de jornada escolar ampliada detectadas pela pesquisa (800).

Parceiros das experiências de Educação em jornada ampliada – 2008*

Em %



Fonte: "Pesquisa EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO INTEGRADA E(M) TEMPO INTEGRAL: concepções e práticas na educação brasileira", realizada pelas universidades: UFPR, UnB, UNIRIO, UFRJ, UERJ, UFMG, 2008.

*O cálculo do percentual tomou por referência o total de experiências de jornada escolar ampliada detectadas pela pesquisa (800).

Tempo integral**Matrículas em tempo integral – 2011**

Por etapa de ensino e unidades da federação

Unidade da Federação	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
Região Norte	108.978	78.681	20.141
Rondônia	6.948	4.972	2.639
Acre	5.623	4.304	1.871
Amazonas	37.425	36.449	10.605
Roraima	2.651	247	570
Pará	32.432	22.031	1.901
Amapá	7.028	2.185	254
Tocantins	16.871	8.493	2.301
Região Nordeste	288.338	185.939	120.589
Maranhão	23.877	17.065	3.459
Piauí	11.069	6.682	6.781
Ceará	74.742	54.202	29.394
Rio Grande do Norte	40.297	28.839	2.872
Paraíba	13.691	11.954	847
Pernambuco	50.453	34.771	70.085
Alagoas	16.324	5.835	914
Sergipe	4.813	3.126	2.259
Bahia	53.072	23.465	3.978
Região Sudeste	507.009	245.511	62.444
Minas Gerais	155.707	68.069	14.727
Espírito Santo	13.285	12.992	3.126
Rio de Janeiro	147.695	76.178	33.762
São Paulo	190.322	88.272	10.829
Região Sul	151.209	61.523	19.505
Paraná	69.694	20.377	9.921
Santa Catarina	30.861	13.702	3.774
Rio Grande do Sul	50.654	27.444	5.810
Região Centro-Oeste	78.631	50.239	8.851
Mato Grosso do Sul	15.175	8.450	2.004
Mato Grosso	18.139	18.024	3.662
Goiás	37.216	16.657	2.197
Distrito Federal	8.101	7.108	988

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 2) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de 8 e 9 anos (Anos Iniciais - da 1ª à 4ª série e do 1º ao 5º ano).
- 3) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de 8 e 9 anos (Anos Finais - da 5ª à 8ª séries e do 6º ao 9º ano)
- 4) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de 8 anos – multi, Ensino Fundamental de 8 anos – correção de fluxo, Ensino Fundamental de 9 anos – multi, Ensino Fundamental de 9 anos – correção de fluxo e ensino fundamental de 8 e 9 anos – multi na etapa correspondente.
- 5) Considera-se Tempo Integral os alunos que estão em turmas com sete ou mais horas de duração e os que estão em turmas com menos sete horas, mas que, somado o tempo de atividade complementar, atinja as sete horas.

Tempo de permanência médio na escola – 2011

Por unidades da federação e turma de escolarização

Brasil	Tempo escolarização	Tempo atividade complementar mesma rede	Tempo atividade complementar outra rede	
				MÉDIA BRASIL: 4,45
Acre	4,17	3,20	3,33	4,17
Alagoas	4,25	2,85	2,21	4,25
Amapá	4,29	2,62	1,65	4,29
Amazonas	4,15	2,68	3,31	4,15
Bahia	4,34	2,79	2,64	4,34
Ceará	4,19	3,14	3,52	4,19
Distrito Federal	4,90	1,58	1,11	4,9
Espírito Santo	4,70	2,60	3,25	4,7
Goiás	4,68	2,05	2,20	4,68
Maranhão	4,11	2,75	2,56	4,11
Mato Grosso	4,32	3,31	3,29	4,32
Mato Grosso do Sul	4,58	1,88	2,88	4,58
Minas Gerais	4,56	3,81	3,86	4,56
Pará	4,16	2,30	1,90	4,16
Paraíba	4,29	2,71	3,11	4,29
Paraná	4,73	1,95	3,43	4,73
Pernambuco	4,38	2,82	3,35	4,38
Piauí	4,24	2,47	3,12	4,24
Rio de Janeiro	4,83	2,38	2,22	4,83
Rio Grande do Norte	4,25	2,98	2,92	4,25
Rio Grande do Sul	4,59	1,87	2,74	4,59
Rondônia	4,26	1,96	3,06	4,26
Roraima	4,28	1,65	2,65	4,28
Santa Catarina	4,68	1,68	2,82	4,68
São Paulo	5,22	1,95	3,30	5,22
Sergipe	4,33	2,44	2,83	4,33
Tocantins	4,61	1,97	3,61	4,61

Fonte: MEC/Inep/DEED.

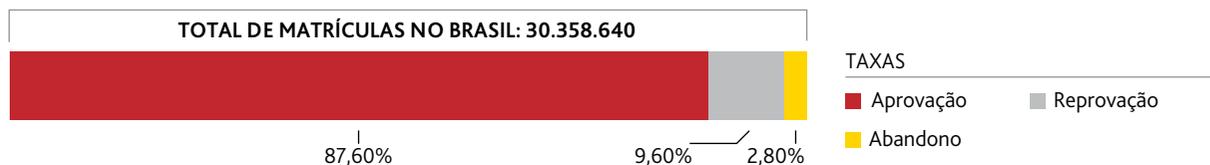
FLUXO E QUALIDADE

META DO PNE

Fomentar a **qualidade** da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do **fluxo escolar** e da aprendizagem.

Em um país em que muitos ainda acreditam que reter alunos ao longo da trajetória escolar é um instrumento pedagógico, não surpreende que as estatísticas registrem uma taxa de reprovação média de quase 10% no Ensino Fundamental e de 13% no Ensino Médio. No 2º ano do Ensino Fundamental, cerca de 7% das crianças de apenas 7 anos de idade são reprovadas. Com isso, a reprovação é hoje um dos principais problemas da Educação brasileira com reflexos negativos evidentes.

Fluxo - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono – Brasil Ensino Fundamental – Total – 2011



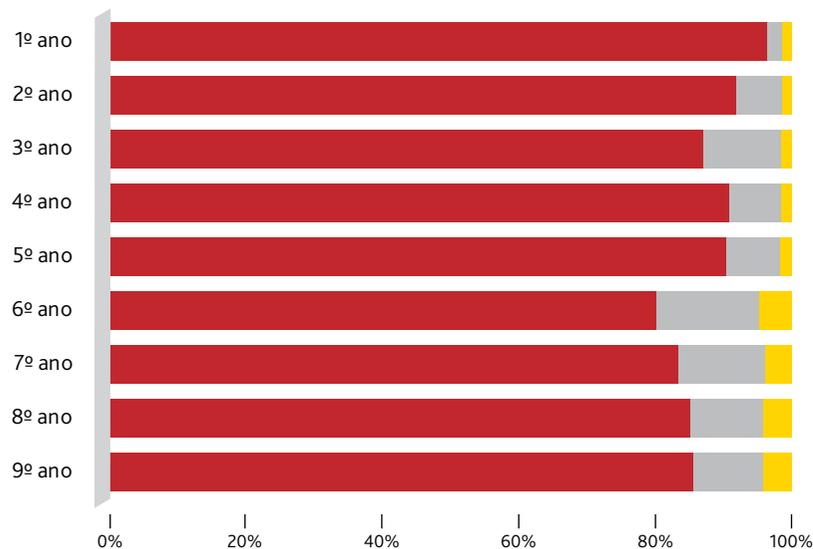
Fonte: MEC/Inep/DEED.

Fluxo – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono – Brasil Ensino Fundamental – Por série – 2011

EF	Total de Matrículas	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	2.889.679	96,50%	2,10%	1,40%
2º ano	3.256.130	91,90%	6,70%	1,40%
3º ano	3.353.203	87,10%	11,40%	1,50%
4º ano	3.409.352	90,90%	7,50%	1,60%
5º ano	3.452.406	90,50%	7,80%	1,70%
6º ano	3.910.955	80,10%	15,20%	4,70%
7º ano	3.716.031	83,40%	12,70%	3,90%
8º ano	3.305.774	85,20%	10,70%	4,10%
9º ano	3.065.110	85,50%	10,30%	4,20%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Fluxo – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono – Brasil
Ensino Fundamental – Por série – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

TAXAS

- Aprovação
- Reprovação
- Abandono

Fluxo - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono – Brasil
Ensino Médio – Total – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

TAXAS

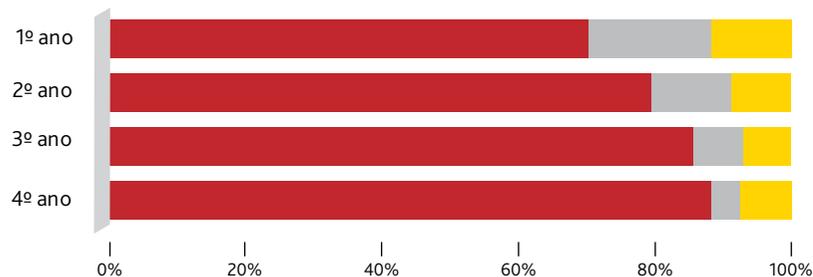
- Aprovação
- Reprovação
- Abandono

Fluxo – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono – Brasil
Ensino Médio – Por série – 2011

EM	Total de Matrículas	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	3.424.501	70,20%	18,00%	11,80%
2º ano	2.634.575	79,40%	11,80%	8,80%
3º ano	2.213.534	85,50%	7,50%	7,00%
4º ano	72.044	88,30%	4,20%	7,50%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Fluxo – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono – Brasil
Ensino Médio – Por série – 2011



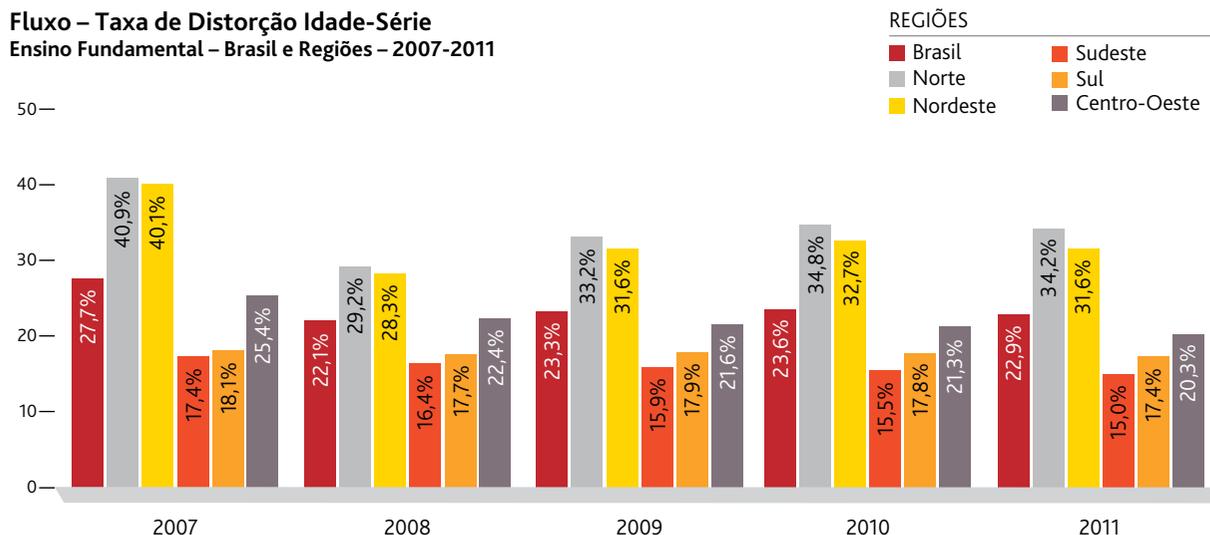
Fonte: MEC/Inep/DEED.

- Aprovação
- Reprovação
- Abandono

Entenda os números

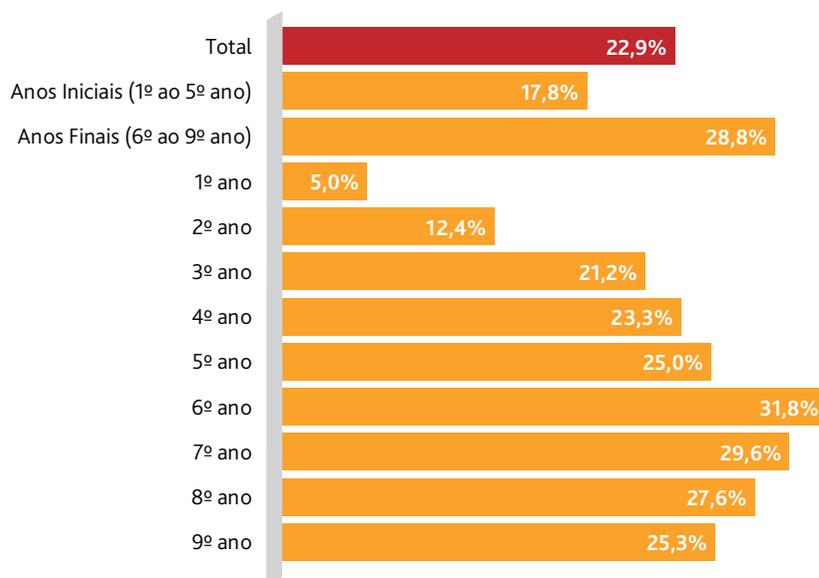
Para compreender melhor as tabelas e gráficos de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é importante lembrar que a taxa de aprovação deveria ser o mais próximo possível dos 100%. Afinal, o que se espera é que todos os alunos avancem em sua escolaridade com aprendizado adequado ao ano em que estão matriculados. O que ocorre, porém, é que essa taxa vai caindo significativamente, enquanto aumentam os percentuais dos alunos reprovados ou que abandonam a escola, com impacto direto sobre as matrículas (*sobre abandono e evasão, veja o Glossário*).

Fluxo – Taxa de Distorção Idade-Série
Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

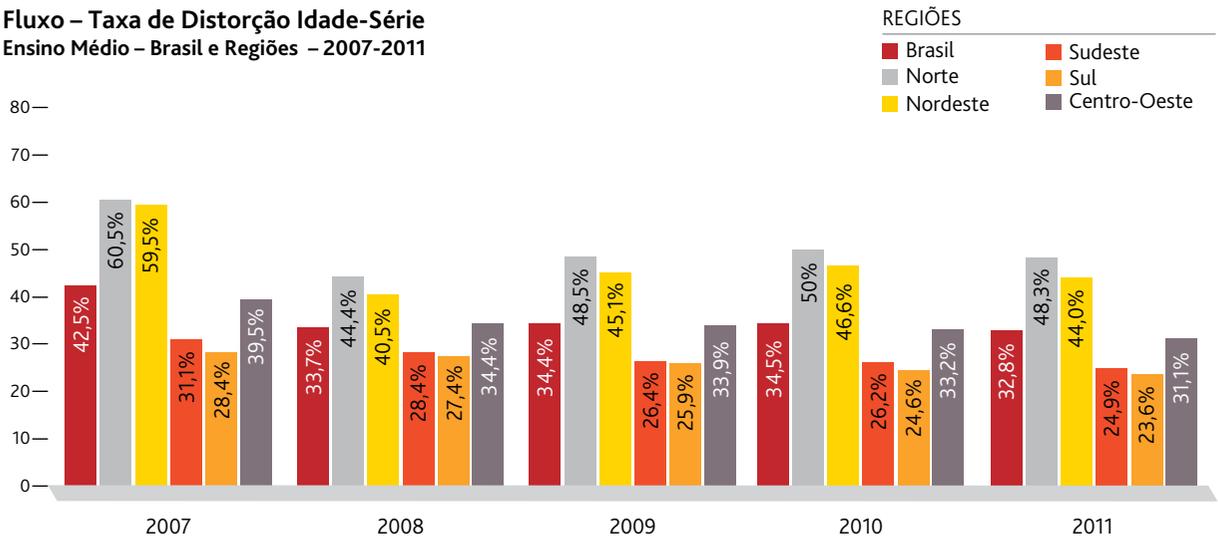
Fluxo – Taxa de Distorção Idade-Série – Brasil
Ensino Fundamental – Por ano – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

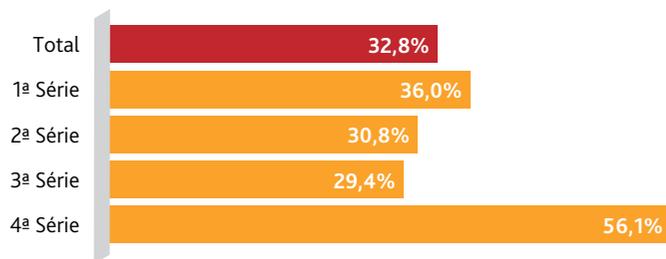
A taxa de distorção idade-série caiu entre 2010 e 2011, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. No primeiro caso, passou de 23,6% para 22,9%; no segundo, de 34,5% para 32,8%. No entanto, esse ainda é um dos problemas mais graves da Educação brasileira, com raízes em questões como ingresso tardio, repetência e abandono. E impacto sobre gerações de estudantes.

Fluxo – Taxa de Distorção Idade-Série
Ensino Médio – Brasil e Regiões – 2007-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Fluxo – Taxa de Distorção Idade-Série – Brasil
Ensino Médio – Por ano – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

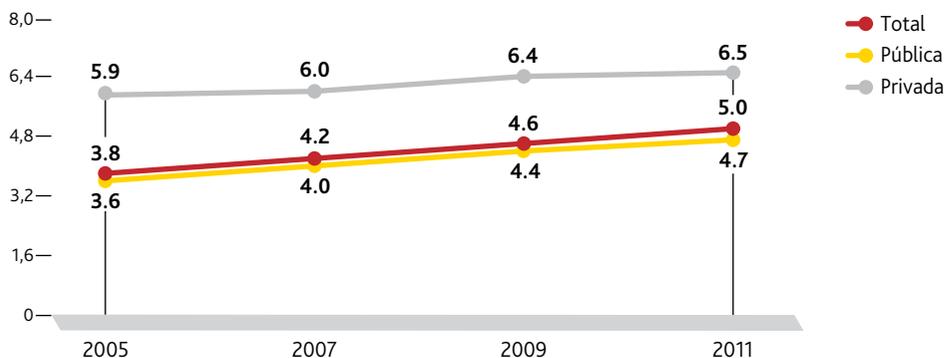
O Impacto do atraso

O professor Tufi Machado Soares, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), estudou em profundidade a questão do atraso escolar e afirma que a taxa de conclusão do Ensino Fundamental, com até um ano de atraso, deverá ser de 76,9% em 2022. Já a do Ensino Médio, também prevendo um ano de atraso para os alunos, tenderá a ser de 65,1% no mesmo ano. Esses percentuais apontados estão bastante aquém da Meta 4 do Todos Pela Educação, que estabelece que, até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos tenham completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos de 19 anos tenham completado o Ensino Médio.

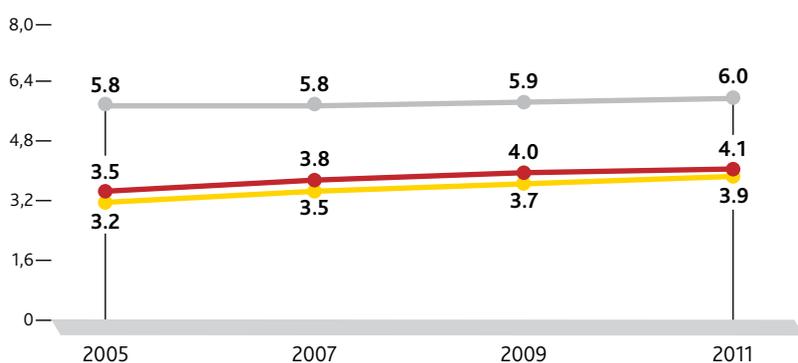
20 pontos percentuais
é o aumento da distorção idade-série
entre o 2º e o 6º ano do Ensino Fundamental

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Brasil Por dependência administrativa – 2005-2011

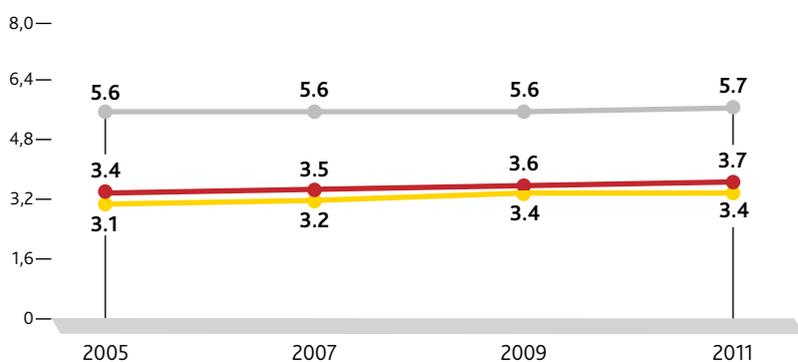
Ensino Fundamental – Anos Iniciais



Ensino Fundamental – Anos Finais



Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep.

A observação dos gráficos de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no País entre 2005 e 2011 revela comportamentos bem diferentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No caso do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, há um salto de 3,8 para 5,0. O Ensino Médio, por sua vez, apresenta um crescimento muito mais discreto, de 3,4 para 3,7. E esse comportamento de quase estabilidade aparece tanto na rede pública como na rede privada.

Um dos aspectos mais importantes que devem ser observados nas tabelas abaixo são as desigualdades regionais nas três etapas de ensino cobertas pelo Ideb, mais do que as diferenças entre as escolas públicas e privadas, já esperadas.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 2005-2011

Por região e dependência administrativa

PÚBLICA				
Região	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1

PRIVADA				
Região	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
Norte	5,5	5,6	5,9	6,1
Nordeste	5,4	5,5	5,8	6,0
Sudeste	6,3	6,3	6,8	6,8
Sul	6,2	6,3	6,7	7,0
Centro-Oeste	5,9	5,9	6,4	6,7

Fonte: MEC/Inep.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Fundamental – Anos Finais – 2005-2011

Por região e dependência administrativa

PÚBLICA				
Região	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
Norte	3,0	3,3	3,5	3,6
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2
Sudeste	3,6	3,9	4,1	4,2
Sul	3,6	3,9	4,1	4,1
Centro-Oeste	3,2	3,6	3,9	4,0

PRIVADA				
Região	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
Norte	5,4	5,3	5,3	5,6
Nordeste	5,3	5,4	5,5	5,6
Sudeste	6,1	6,1	6,0	6,2
Sul	6,1	6,1	6,2	6,2
Centro-Oeste	5,5	5,7	5,8	5,9

Fonte: MEC/Inep.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Médio – 2005-2011

Por região e dependência administrativa

PÚBLICA				
Região	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3

PRIVADA				
Região	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
Norte	5,0	5,1	5,4	5,2
Nordeste	5,2	5,1	5,2	5,4
Sudeste	5,7	5,7	5,6	5,8
Sul	5,9	5,8	5,9	6,0
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,8	5,6

Fonte: MEC/Inep

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2011

Por unidades da federação

Unidade da Federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio	
	IDEB 2005	IDEB 2011	IDEB 2005	IDEB 2011	IDEB 2005	IDEB 2011
Região Norte						
Rondônia	3,6	4,7	3,4	3,7	3,2	3,7
Acre	3,4	4,6	3,5	4,2	3,2	3,4
Amazonas	3,1	4,3	2,7	3,8	2,4	3,5
Roraima	3,7	4,7	3,4	3,7	3,5	3,6
Pará	2,8	4,2	3,3	3,7	2,8	2,8
Amapá	3,2	4,1	3,5	3,7	2,9	3,1
Tocantins	3,5	4,9	3,4	4,1	3,1	3,6
Região Nordeste						
Maranhão	2,9	4,1	3,0	3,6	2,7	3,1
Piauí	2,8	4,4	3,1	4,0	2,9	3,2
Ceará	3,2	4,9	3,1	4,2	3,3	3,7
Rio Grande do Norte	2,7	4,1	2,8	3,4	2,9	3,1
Paraíba	3,0	4,3	2,7	3,4	3,0	3,3
Pernambuco	3,2	4,3	2,7	3,5	3,0	3,4
Alagoas	2,5	3,8	2,4	2,9	3,0	2,9
Sergipe	3,0	4,1	3,0	3,3	3,3	3,2
Bahia	2,7	4,2	2,8	3,3	2,9	3,2
Região Sudeste						
Minas Gerais	4,7	5,9	3,8	4,6	3,8	3,9
Espírito Santo	4,2	5,2	3,8	4,2	3,8	3,6
Rio de Janeiro	4,3	5,1	3,6	4,2	3,3	3,7
São Paulo	4,7	5,6	4,2	4,7	3,6	4,1
Região Sul						
Paraná	4,6	5,6	3,6	4,3	3,6	4,0
Santa Catarina	4,4	5,8	4,3	4,9	3,8	4,3
Rio Grande do Sul	4,3	5,1	3,8	4,1	3,7	3,7
Região Centro-Oeste						
Mato Grosso do Sul	3,6	5,1	3,4	4,0	3,3	3,8
Mato Grosso	3,6	5,1	3,1	4,5	3,1	3,3
Goiás	4,1	5,3	3,5	4,2	3,2	3,8
Distrito Federal	4,8	5,7	3,8	4,4	3,6	3,8

Fonte: MEC/Inep.

Uma boa forma de olhar para os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos Estados e no Distrito Federal é compará-los com os resultados do Brasil. No País, entre 2005 e 2011, o Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental passou de 3,8 para 5,0. No caso dos Anos Finais, o crescimento foi de 3,5 para 4,1. Já o Ensino Médio apresenta uma melhora discreta, de 3,4 para 3,7.

Embora nenhum dos Estados do Nordeste ainda tenha chegado a um Ideb 5 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, alguns apresentaram crescimento mais forte que o do País no período. É o caso do Piauí, que passou de 2,8 para 4,4.

Tanto no caso dos Anos Finais do Ensino Fundamental como no Ensino Médio, os Estados registram, em geral, números muito semelhantes entre si e próximos também ao resultado do País. O destaque negativo fica por conta de Estados cujo Ideb em 2011 ainda está abaixo da média nacional em 2005. No caso dos Anos Finais do Ensino Fundamental, estão nessa situação Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. No caso do Ensino Médio: Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Mato Grosso.



Infraestrutura pode contribuir para a melhora do Ideb

O que é o Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador da qualidade da Educação desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC). Seus valores variam de 0 a 10. O objetivo do MEC é que o Brasil alcance, até 2021, o Ideb 6, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o Ideb 5,5, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e o Ideb 5,2, no Ensino Médio.

O indicador é calculado com base no desempenho do estudante nas avaliações realizadas pelo País e nas taxas de aprovação. Assim, segundo a própria definição do Inep, "para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula".

O Ideb pode ser calculado por escola, para as escolas públicas de Ensino Fundamental. Também existe o índice para todas as redes de Ensino Fundamental e Médio, federais, estaduais e municipais, públicas e privadas.

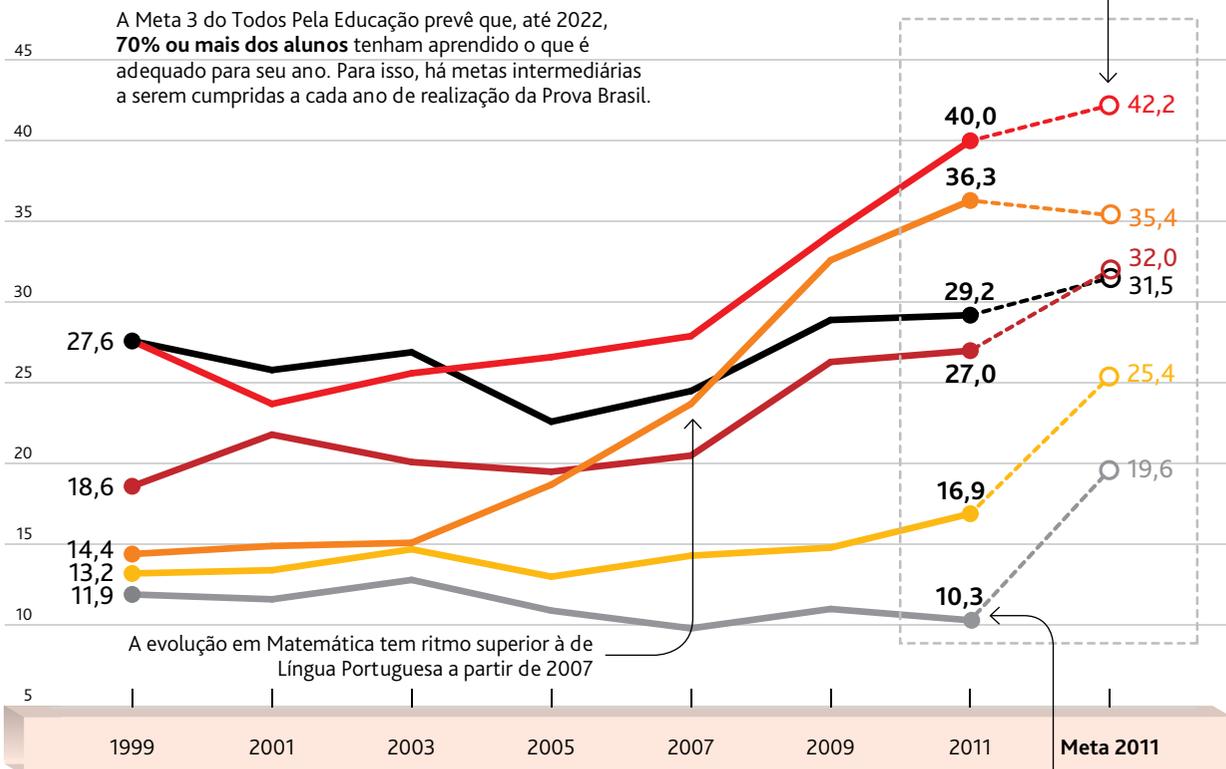
DE OLHO NA QUALIDADE

Se os avanços da Educação brasileira no campo do atendimento foram grandes nos últimos anos, há muito o que fazer quando se trata de qualidade. O gráfico abaixo mostra claramente que o desempenho nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental melhora a um ritmo mais forte do que aquele alcançado por alunos dos Anos Finais e do Ensino Médio.

Evolução de desempenho

Alunos brasileiros com nível de proficiência esperado ou acima, por disciplina e série, em %

Para que a Educação do Brasil atinja o patamar dos países desenvolvidos até 2022, o Todos Pela Educação calcula que as porcentagens de alunos em dia com seu aprendizado deveriam ser estas em 2011.



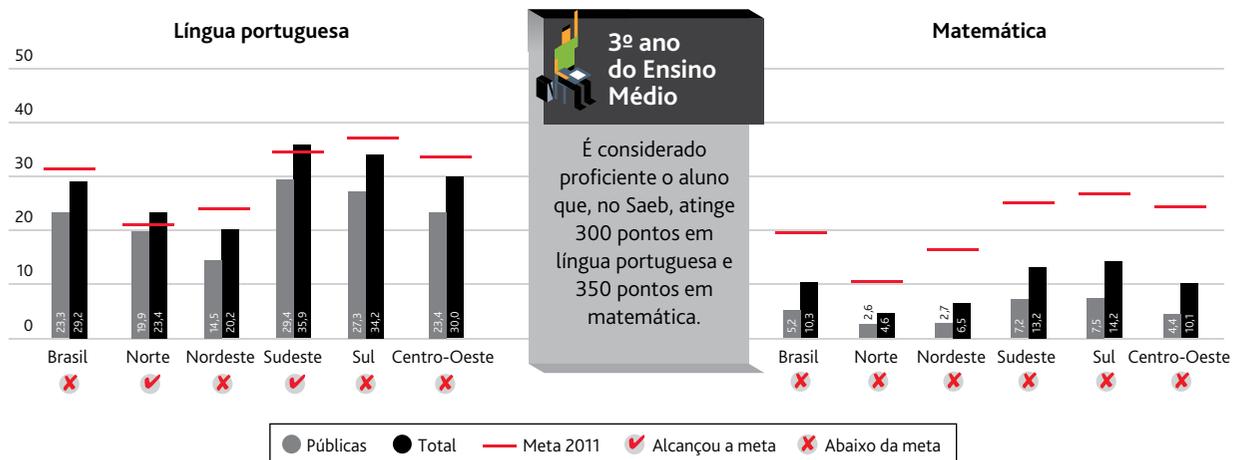
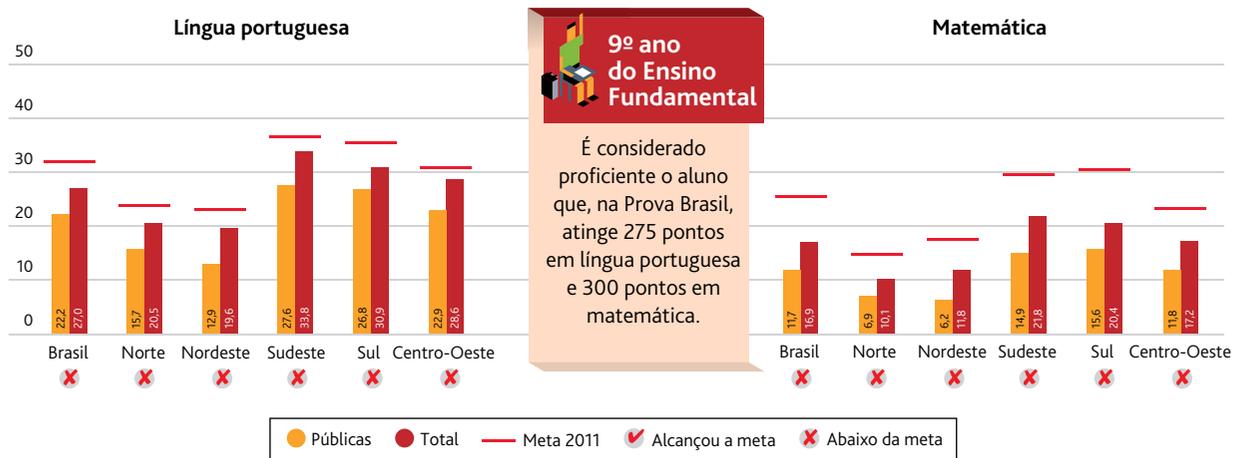
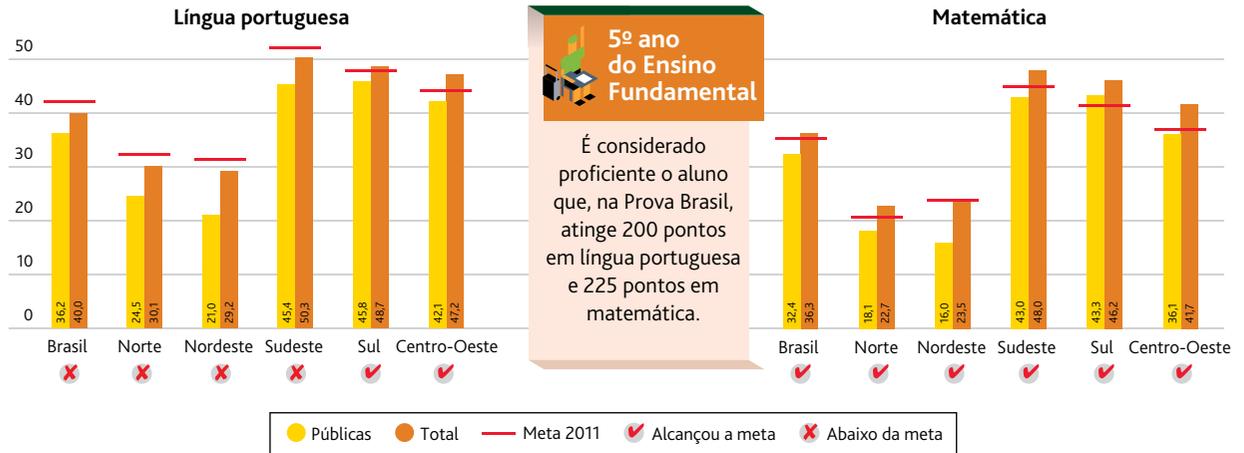
O ano de 2005 marca o início de um movimento mais homogêneo de melhora, não acompanhado por Matemática no Ensino Médio.

As dificuldades de desempenho aumentam a cada ciclo de ensino, especialmente em Matemática.



Avaliação por etapas de ensino

A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos da rede pública, em um processo no qual se retira uma amostra para o Saeb. Além disso, o Saeb avalia de maneira amostral a rede particular no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e a pública, no Ensino Médio.



PISA - PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES



A pesquisa

Promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Pisa é uma pesquisa trienal aplicada a estudantes de 15 anos.



O que é avaliado

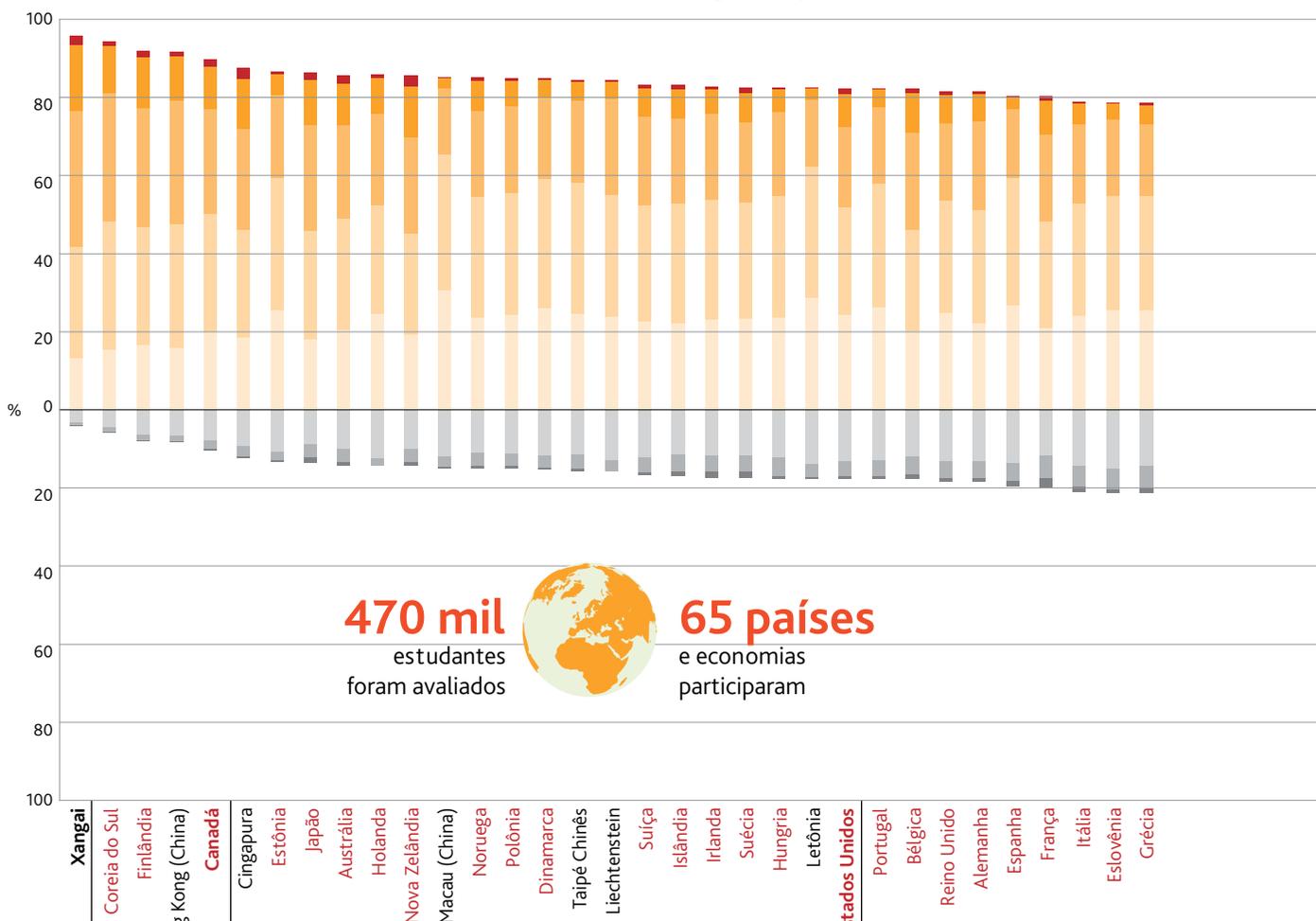
As habilidades de leitura, matemática e ciências, para que cada país avalie suas políticas educacionais e as compare internacionalmente.



Focos

Cada edição foca uma área. O Pisa 2000 mirou a proficiência em leitura. A matemática foi o foco principal em 2003 e as ciências em 2006. Em 2009 esse ciclo recomeçou com a leitura.

PISA 2009 - Classificação dos estudantes em níveis de leitura, segundo a proficiência em leitura, em %



470 mil
estudantes
foram avaliados



65 países
e economias
participaram

Xangai
A valorização dos professores, por meio dos salários, mas também do respeito da sociedade e dos estudantes, é um aspecto comum aos países de mais alto desempenho (Finlândia e Coreia do Sul), assim como na província chinesa de Xangai, que lidera o *ranking* do Pisa.

Canadá
O Canadá é apontado como exemplo no que diz respeito a um dos principais fatores de sucesso no exame: reduzir o impacto da desigualdade, apostando que todas as crianças podem aprender, independentemente do contexto social.

Estados Unidos
A Suíça e os Estados Unidos, que investem anualmente cerca de US\$ 15 mil por aluno, tiveram resultados similares aos de países que gastam um terço deste valor, como a Hungria (cerca de US\$ 5 mil por aluno).

Fonte: OCDE.

Entenda os níveis de leitura

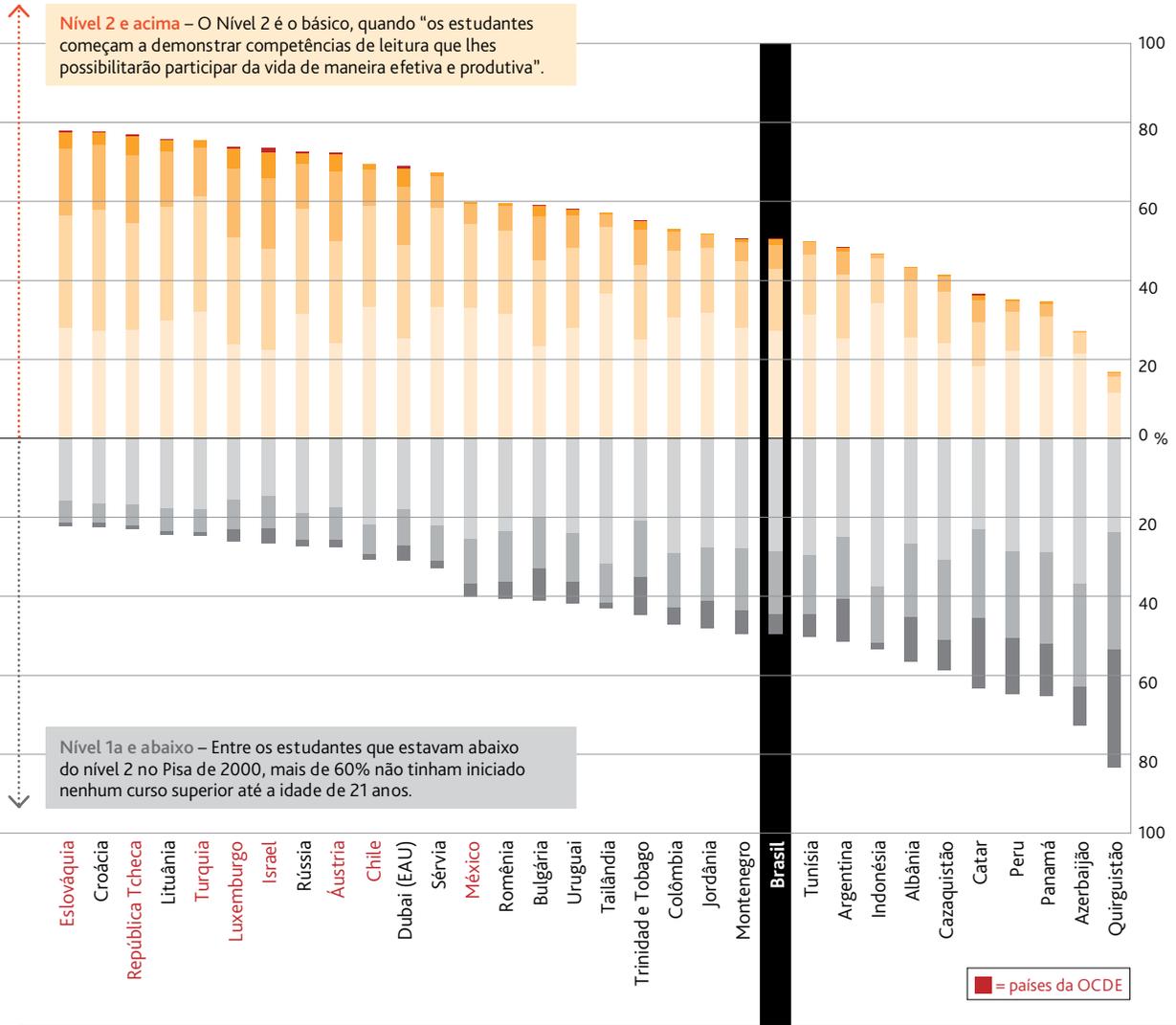
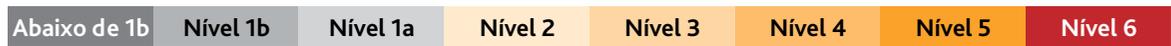
O Pisa resume o que os estudantes conseguem fazer em leitura em uma escala com sete níveis.



Só conseguem achar uma informação em um texto curto se for simples e evidente.

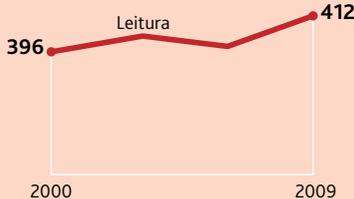


Leitores que lidam habilmente com informações novas, complexas e contraditórias em formatos ecléticos são menos de 1% dos estudantes da OCDE.



Brasil no Pisa 2009

Com 401 pontos na média geral, o Brasil está atrás de outros países latino-americanos, como México, Uruguai e Chile. Em leitura, por exemplo, os estudantes brasileiros alcançaram 412 pontos, ante 396 pontos em 2000.



Evolução do Brasil

Apesar do resultado ainda insatisfatório, o Brasil é um dos países que mais evoluíram, com um aumento médio de 33 pontos (em Leitura, Ciências e Matemática), entre 2000 e 2009, inferior apenas ao do Chile (37 pontos) e de Luxemburgo (38 pontos).

Há uma polissêmica diversidade de sentidos e de interpretações que podem variar conforme a visão de mundo de cada pessoa, de sociedades ou de segmentos sociais específicos. Em que pese esta complexidade, é importante salientar que o Brasil, depois de século e meio de omissões em relação à Educação Básica, começou a despertar para a sua importância, tendo colaborado para isso vários fatores, entre eles, o fim do regime autoritário, as promulgações da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Declaração Mundial de Educação para Todos da Unesco, as mídias e os movimentos sociais, como também o impulso dos processos de globalização econômica e de mundialização das atividades humanas.

A presença desses fatores contribuiu para ajudar o País a sair da letargia e dar início ao cumprimento da aspiração histórica de democratização do ensino, inaugurando-se uma etapa inédita de grande inclusão educacional. É certo que esse processo de progressiva universalização da escola não foi acompanhado de dinamismo idêntico no que diz respeito à qualidade do ensino, gerando situações desconfortáveis ao país nas avaliações e estudos comparativos com outras nações.

Entretanto, como a omissão histórica foi longa e acentuada e o mundo de hoje requer, como em nenhuma outra época, a universalização qualificada da Educação Básica, impõe-se ao país, no contexto do regime e da cooperação federativa, esforços redobrados que permitam dar saltos, pois, como observou certa vez o filósofo Ortega y Gasset, a história pode avançar por saltos.

Nos períodos de grandes avanços, vários fatores, e não apenas uns poucos, se fazem presentes e interagem em dimensão ascendente, condição que é fundamental para impulsionar avanços. É oportuno salientar que uma política de Educação é parte integrante de uma política mais geral dos governos. Seu sucesso depende também do conjunto das ações que se operam nos demais setores do desenvolvimento.

Daí a necessidade de examinar o desafio da qualidade por diversos ângulos, e não somente pelas provas de desempenho. Os indicadores resultantes da Prova Brasil ou do Pisa são importantes e têm contribuído para o avanço das políticas de Educação. Mas é necessário reconhecer seus limites, sobretudo os decorrentes da falta de contextualização com os diversos Brasis.

A obra clássica de Jacques Lambert, *Os dois brasis*, sinaliza para outras considerações. A rigor, no campo da Educação, são muitos os Brasis, com estágios e condições socioeconômicas e culturais diferentes — que interferem na qualidade do ensino. Estes muitos Brasis começaram a ter oportunidades de Educação, em todos os níveis e modalidades. Pode-se mesmo falar de uma revolução da inclusão. Esse dado não é apenas quantitativo; é também qualitativo. Os Brasis esquecidos entraram na escola e estão percebendo o quão ela é importante para o seu futuro. A consciência política dessas populações,

com suas presenças e movimentos, exige radicalizar as políticas e as teorias e práticas educativas. Teoria e prática pedagógicas para os novos sujeitos constituem um dos maiores desafios a serem enfrentados e compartilhados pelos diversos atores das políticas de Educação.

A diversidade do país precisa ser contabilizada quando se fala em qualidade da Educação. Não é possível garantir a mesma qualidade para todos em situações de acentuadas assimetrias regionais. Porém o Estado tem o dever de prover meios e desenvolver todos os esforços para recuperar o tempo que foi perdido ao longo da história do País, uma história que precisa ser levada em consideração, sobretudo em relação à concepção federativa de poder.

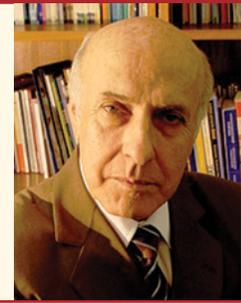
A Constituição de 1891, levando avante o Ato Adicional de 1834, consagrou o federalismo; e a Constituição de 1988 concedeu grande autonomia aos entes federados, observando-se que o Artigo 23 da última Carta — que estabeleceu a divisão de competências entre a União, os Estados e municípios — nunca foi objeto de regulamentação. A imprecisão na divisão de responsabilidades constitui um dos principais impasses para a formulação e condução das políticas de Educação. A dificuldade desse desafio amplia-se no contexto da autonomia concedida a mais de 5.500 municípios em situações as mais díspares de assimetrias e desigualdades.

As tentativas dos últimos anos, por parte da União, de ampliar a assistência técnica e financeira aos municípios esbarram nessa ampla diversidade de situações que têm, predominantemente, um ponto em comum: a falta de condições para formular planos e conduzir políticas educacionais.

Nesse panorama, sobrepõe a importância da profissionalização da gestão, tese que a Unesco levantou há alguns anos. A profissionalização da gestão de todas as instâncias públicas que têm responsabilidade na Educação, dotando-as de pessoal técnico em carreiras bem concebidas e estruturadas, constitui medida de grande alcance.

Sobressai, assim, a urgência de organizar e formalizar a cooperação federativa, de forma a permitir um efetivo regime de colaboração. Ele é indispensável para a viabilização de saltos e avanços que compensem as omissões do passado. Nesse sentido, a ideia de um Sistema Nacional de Educação, prevista no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, de 1932, se devidamente atualizada e concebida com vistas aos desafios atuais da Educação, pode contribuir para uma visão mais sistêmica e organizada da política educacional, com todos os entes federados compreendendo que a essência de um sistema é a interdependência, a cooperação e a reciprocidade.

A gestão de uma pedagogia abrangente de melhoria da qualidade do ensino requer um pacto entre os entes federativos que pode se materializar por intermédio de um sistema nacional, com o Ministério da Educação exercendo a coordenação e vigilância das orientações e diretrizes, tal como imaginou Fernando de Azevedo no Manifesto dos Pioneiros.



Célio da Cunha

Professor da Faculdade de Educação da UnB e do Centro de Pós-graduação da Universidade Católica de Brasília.

“A ideia de um Sistema Nacional de Educação, prevista no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, de 1932, se devidamente atualizada e concebida com vistas aos desafios atuais da Educação, pode contribuir para uma visão mais sistêmica e organizada da política educacional, com todos os entes federados compreendendo que a essência de um sistema é a interdependência, a cooperação e a reciprocidade.”

ESCOLARIDADE

META DO PNE

*Elevar a **escolaridade** média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

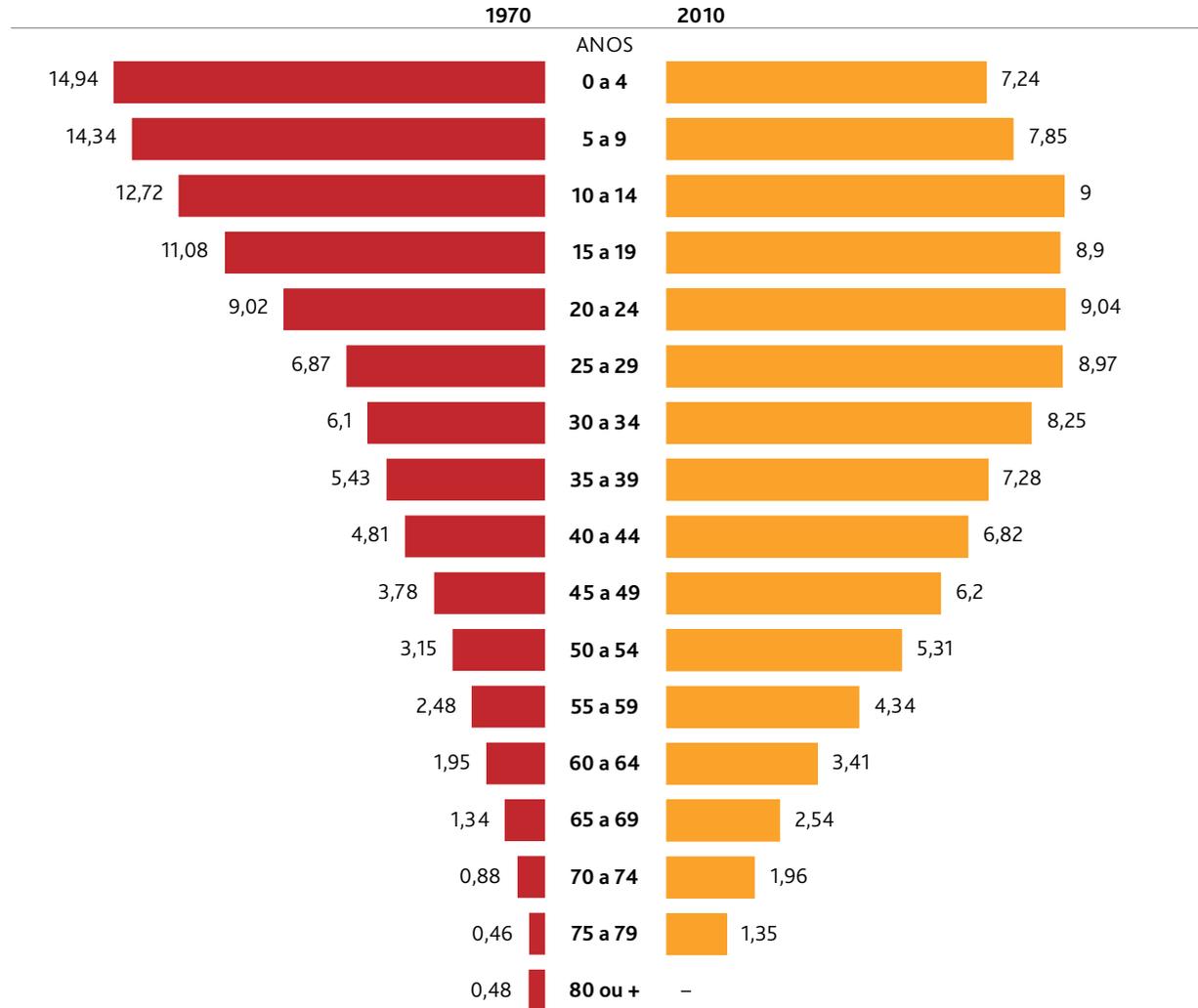
O Brasil passou por uma radical transformação em sua pirâmide etária, ao longo das últimas décadas. Isso teve impacto no sistema educacional, que precisou ser redimensionado para assegurar a universalização constitucionalmente prevista — e, portanto, um direito constituído. Mas, ainda que haja sensíveis avanços nesse período, os atrasos na escolarização ainda são evidentes nas estatísticas educacionais.

Pirâmide populacional – Brasil População residente

Grupos de idade	População residente (pessoas)					População residente (percentual)				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
0 a 4 anos	13.916.234	16.428.063	16.521.114	16.386.239	13.806.733	14,94	13,8	11,25	9,65	7,24
5 a 9 anos	13.356.493	14.771.793	17.420.159	16.576.259	14.967.767	14,34	12,41	11,86	9,76	7,85
10 a 14 anos	11.849.095	14.252.521	17.047.159	17.353.683	17.167.135	12,72	11,98	11,61	10,22	9
15 a 19 anos	10.319.667	13.569.436	15.017.472	17.949.289	16.986.788	11,08	11,4	10,23	10,57	8,9
20 a 24 anos	8.398.034	11.517.327	13.564.878	16.142.935	17.240.864	9,02	9,68	9,24	9,5	9,04
25 a 29 anos	6.402.341	9.449.489	12.638.078	13.847.499	17.102.917	6,87	7,94	8,61	8,15	8,97
30 a 34 anos	5.677.002	7.690.086	11.063.493	13.029.101	15.744.616	6,1	6,46	7,54	7,67	8,25
35 a 39 anos	5.052.748	6.355.599	9.463.763	12.260.820	13.888.191	5,43	5,34	6,45	7,22	7,28
40 a 44 anos	4.475.939	5.725.484	7.834.714	10.547.259	13.008.496	4,81	4,81	5,34	6,21	6,82
45 a 49 anos	3.524.541	4.654.188	6.124.688	8.726.153	11.834.647	3,78	3,91	4,17	5,14	6,2
50 a 54 anos	2.934.977	4.109.922	5.165.128	7.053.133	10.134.322	3,15	3,45	3,52	4,15	5,31
55 a 59 anos	2.312.687	3.146.899	4.242.124	5.461.499	8.284.433	2,48	2,64	2,89	3,22	4,34
60 a 64 anos	1.816.849	2.438.049	3.636.858	4.611.961	6.503.287	1,95	2,05	2,48	2,71	3,41
65 a 69 anos	1.244.288	2.032.647	2.776.060	3.579.637	4.852.789	1,34	1,71	1,89	2,11	2,54
70 a 74 anos	822.139	1.328.379	1.889.918	2.774.530	3.744.738	0,88	1,12	1,29	1,63	1,96
75 a 79 anos	429.044	837.127	1.290.218	1.785.253	2.570.686	0,46	0,7	0,88	1,05	1,35
80 anos ou mais	451.250	590.603	1.129.651	-	-	0,48	0,5	0,77	-	-

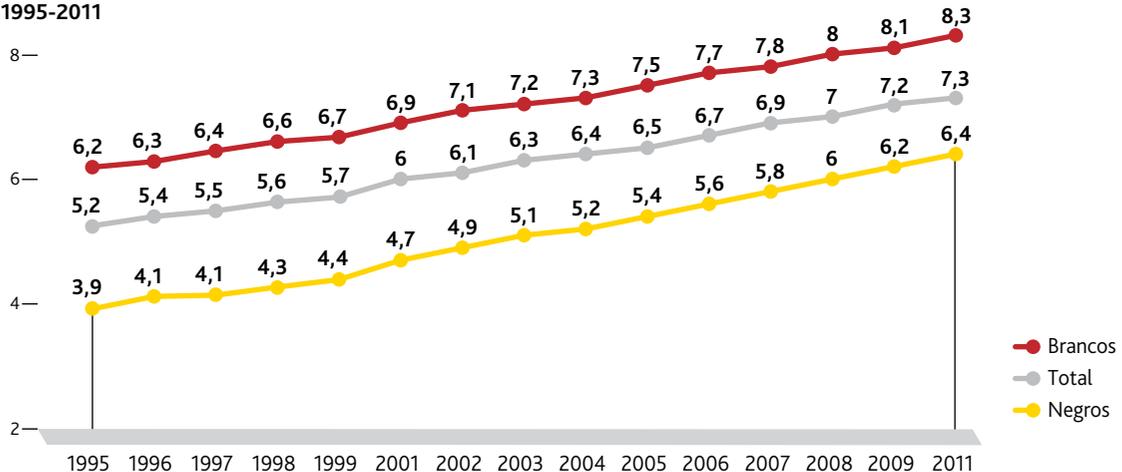
Fonte: IBGE.

Pirâmide populacional – Brasil
População residente



Fonte: IBGE.

Escolaridade média da população de 25 anos ou mais no Brasil
1995-2011



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Nível de estudo mais elevado X rendimento médio (pessoas ocupadas de 10 anos ou mais) – 2007-2011

Grau de instrução	2007	2008	2009	2011
Sem instrução	376,64	396,89	402,55	540,28
Fundamental incompleto ou equivalente	598,76	617,29	621,83	698,79
Fundamental completo ou equivalente	844,75	851,75	865,05	938,55
Médio incompleto ou equivalente	707,10	724,59	731,25	802,41
Médio completo ou equivalente	1139,32	1144,85	1154,98	1202,74
Superior incompleto ou equivalente	1577,74	1599,55	1569,58	1577,85
Superior completo	3579,73	3451,21	3429,79	3510,44

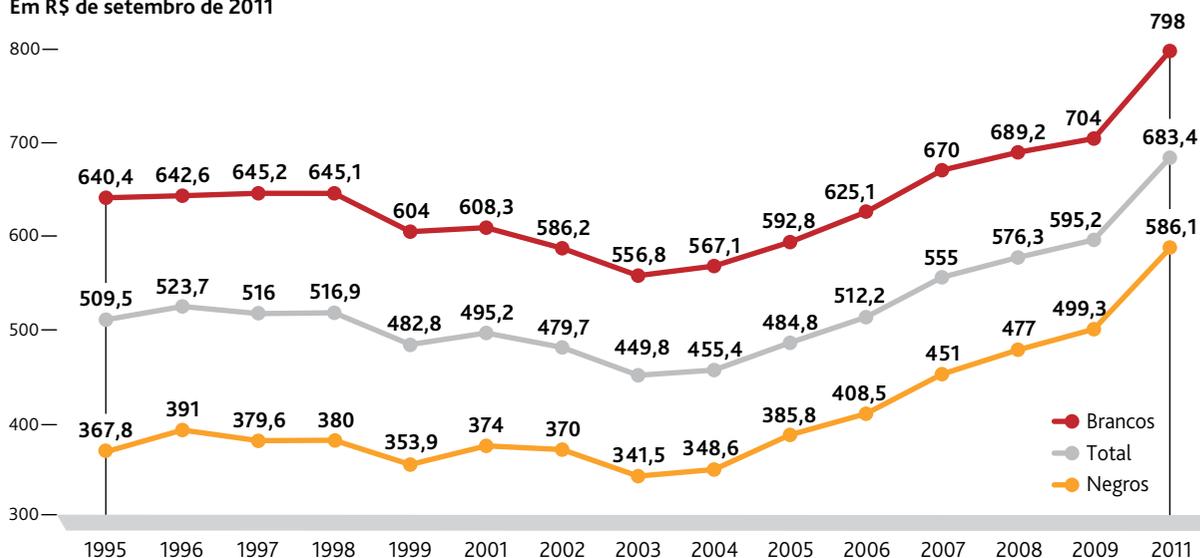
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Rendimento de todos os trabalhos na semana de referência inflacionado pelo INPC de setembro de 2011

A preocupação com a escolaridade da população entre 18 e 24 anos, expressa no projeto de lei do PNE, deve-se em grande parte às limitações de inserção dos jovens e adultos no mundo do trabalho.

Em uma economia cada vez mais sofisticada, a baixa escolaridade torna-se um fator limitante para o desenvolvimento social e econômico. Já é perceptível a falta de profissionais, especialmente os de nível médio e técnico, o que é explicável pela existência de milhares de jovens que não concluíram sequer o Ensino Fundamental. É o chamado “apagão” do emprego.

Da mesma forma, do lado dos cidadãos, a elevação da escolaridade está claramente relacionada às possibilidades de elevação da renda e de progresso funcional.

Rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas, por grau de instrução
Em R\$ de setembro de 2011

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Rendimento de todos os trabalhos na semana de referência inflacionado pelo INPC de setembro de 2011.

Mesma escolaridade, rendimentos diferentes

Se as defasagens são evidentes quando se levam em conta indicadores educacionais como a escolaridade, as médias salariais de negros e brancos mostram como as desigualdades se perpetuam.

Embora o rendimento médio venha aumentando para a população de todas as raças, as diferenças salariais para pessoas de mesma escolaridade se mantêm ao longo do tempo.

Outro dado significativo é a maior porcentagem de pessoas mais ricas estudando em todas as faixas etárias, inclusive as que se referem à escolaridade pós-médio. É preciso lembrar que a formação permanente é uma das características do mercado de trabalho contemporâneo, e as desigualdades também se refletem no maior acesso à universidade e aos cursos de pós-graduação.

Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos

Por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo regiões – Brasil – 2011

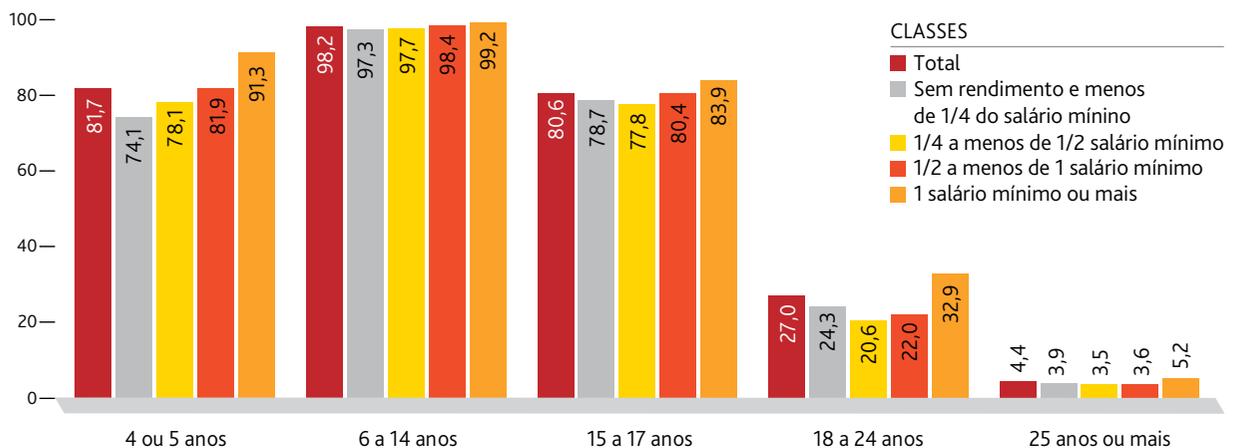
Regiões	Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos					
	Total	Quintos de rendimento mensal <i>per capita</i>				
		1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil
Brasil	9,6	7,7	8,6	9,4	10,3	11,7
Norte	8,7	7,2	8,2	9,2	9,9	11,4
Nordeste	8,8	7,5	8,4	9,3	10,3	11,8
Sudeste	10,1	8,4	8,9	9,5	10,4	11,7
Sul	10	8,1	8,4	9,2	10,2	11,6
Centro-Oeste	9,9	8,5	8,6	9,2	10,3	11,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2011.

Nota: Exclui-se as pessoas em famílias sem rendimento, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Taxa de frequência à escola

Por faixa de idade e por faixa de salário mínimo – Brasil – 2011



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Escolaridade média da população de 25 anos ou mais – 1995-2011

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	5,28	5,39	5,41	5,49	5,73	6,0	6,1	6,2	5,8	6,0	6,1	6,3	6,5	6,6	6,7
Rondônia	5,64	5,75	5,63	6,18	6,23	5,6	5,8	6,0	5,6	5,5	5,7	6,1	6,0	6,5	6,6
Acre	5,88	5,79	5,93	6,28	6,25	5,9	6,2	5,7	5,2	5,4	5,7	6,3	6,5	6,6	6,5
Amazonas	6,07	5,95	6,11	6,04	6,22	6,7	6,9	7,1	6,7	6,9	7,2	7,0	7,2	7,3	7,3
Roraima	5,57	6,13	6,28	6,36	7,92	5,3	5,5	6,5	6,2	6,2	6,5	6,8	7,3	7,6	7,9
Pará	5,18	5,34	5,35	5,33	5,51	6,0	6,0	6,1	5,4	5,6	5,7	5,9	6,1	6,2	6,3
Amapá	5,51	5,46	6,13	6,03	6,32	7,3	6,7	6,7	6,8	7,3	7,4	7,5	7,8	7,7	7,7
Tocantins	3,66	3,96	3,76	3,94	4,44	4,7	4,9	5,3	5,3	5,6	5,8	6,1	6,4	6,7	6,7
Região Nordeste	3,78	3,95	4,01	4,14	4,22	4,4	4,6	4,7	4,9	5,0	5,2	5,4	5,7	5,8	6,0
Maranhão	3,24	3,39	3,39	3,57	3,65	4,1	4,2	4,3	4,6	4,5	4,8	5,2	5,4	5,6	5,5
Piauí	3,34	3,46	3,59	3,49	3,66	3,9	4,0	4,1	4,4	4,5	4,7	5,0	5,1	5,2	5,2
Ceará	3,65	3,76	3,86	4,01	4,06	4,4	4,6	4,7	4,9	5,1	5,3	5,5	5,7	5,9	6,0
Rio Grande do Norte	4,23	4,42	4,49	4,61	4,80	5,0	5,2	5,2	5,2	5,5	5,5	5,8	6,0	6,1	6,4
Paraíba	3,97	4,02	4,36	4,56	4,85	4,2	4,4	4,6	4,8	4,9	5,0	5,2	5,4	5,6	6,0
Pernambuco	4,19	4,50	4,51	4,64	4,70	5,0	5,1	5,2	5,4	5,5	5,7	5,7	6,0	6,2	6,4
Alagoas	3,88	3,91	4,29	4,16	4,14	3,9	4,0	4,3	4,2	4,2	4,7	4,8	5,0	5,0	5,3
Sergipe	4,23	4,42	4,56	4,65	4,72	5,0	5,2	5,6	5,8	5,5	5,6	6,1	6,3	6,3	6,5
Bahia	3,66	3,87	3,79	3,96	3,99	4,4	4,5	4,7	4,9	5,1	5,3	5,4	5,7	5,8	6,1
Região Sudeste	5,92	6,08	6,18	6,33	6,39	6,7	6,8	7,0	7,1	7,2	7,5	7,6	7,7	7,9	8,1
Minas Gerais	4,90	5,07	5,09	5,18	5,32	5,7	5,8	5,9	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,9	7,0
Espírito Santo	5,05	5,24	5,28	5,46	5,62	6,0	6,0	6,2	6,5	6,8	6,8	7,0	7,0	7,2	7,5
Rio de Janeiro	6,74	6,98	6,87	7,00	6,99	7,3	7,4	7,5	7,6	7,7	8,0	8,1	8,2	8,3	8,5
São Paulo	6,11	6,24	6,46	6,63	6,69	6,9	7,1	7,3	7,4	7,5	7,8	7,9	8,0	8,2	8,5
Região Sul	5,63	5,72	5,81	5,94	6,08	6,3	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,6	7,7
Paraná	5,22	5,22	5,39	5,55	5,75	6,1	6,3	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1	7,4	7,5	7,5
Santa Catarina	5,61	5,68	5,88	5,88	5,92	6,4	6,6	6,8	6,9	7,1	7,2	7,3	7,6	7,8	8,0
Rio Grande do Sul	5,96	6,16	6,14	6,30	6,43	6,4	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,1	7,4	7,5	7,6
Região Centro-Oeste	5,38	5,52	5,69	5,84	5,87	6,1	6,4	6,5	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,5	7,8
Mato Grosso do Sul	5,06	5,29	5,27	5,56	5,66	5,9	6,2	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,9	6,9	7,5
Mato Grosso	4,92	4,91	5,17	5,35	5,30	5,4	6,0	6,0	6,1	6,2	6,2	6,2	6,8	7,0	7,3
Goiás	4,86	5,07	5,22	5,30	5,37	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3	6,5	6,7	6,9	7,0	7,3
Distrito Federal	7,65	7,76	7,98	8,07	8,08	8,2	8,5	8,7	8,7	8,9	9,1	9,3	9,3	9,6	9,8
Regiões Metropolitanas															
Belém	7,22	7,57	7,58	7,48	7,68	7,5	7,5	7,5	7,6	7,8	7,8	7,9	8,3	8,1	8,5
Fortaleza	5,75	5,84	5,85	5,95	6,00	6,4	6,5	6,5	6,7	6,8	7,2	7,2	7,5	7,6	7,5
Recife	6,06	6,46	6,29	6,49	6,51	6,8	7,0	7,0	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	8,1	7,9
Salvador	6,73	7,05	7,23	7,32	7,32	7,4	7,6	7,5	7,6	7,9	8,1	8,2	8,4	8,4	8,6
Belo Horizonte	6,36	6,52	6,51	6,59	6,64	7,1	7,2	7,3	7,4	7,6	7,8	7,8	8,1	8,2	8,4
Rio de Janeiro	7,12	7,41	7,25	7,42	7,43	7,6	7,7	7,9	8,0	8,1	8,4	8,5	8,6	8,6	8,7
São Paulo	6,57	6,68	6,91	7,12	7,13	7,3	7,6	7,7	7,8	7,9	8,3	8,4	8,4	8,5	8,9
Curitiba	6,62	6,68	6,78	7,04	7,13	7,2	7,5	7,6	8,0	8,0	8,1	8,1	8,5	8,6	8,4
Porto Alegre	6,90	7,08	7,07	7,19	7,31	7,5	7,6	7,7	7,9	8,0	8,2	8,1	8,2	8,4	8,6

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas, por grau de instrução Em R\$ de setembro de 2011

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	Sem instrução	Fundamental incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior incompleto ou equivalente	Superior completo
Região Norte	588,45	556,75	802,82	656,71	1098,75	1445,89	2950,20
Rondônia	855,56	782,46	1000,26	735,51	1291,73	1940,33	2637,23
Acre	450,13	592,31	783,73	609,06	1114,28	1199,63	2872,36
Amazonas	640,48	498,11	827,05	612,86	1077,23	1449,65	3091,90
Roraima	677,84	591,45	1171,95	625,30	1239,37	1448,15	3471,57
Pará	553,47	520,41	743,37	658,45	1025,99	1317,91	3086,86
Amapá	546,47	667,89	811,27	647,74	1260,20	1740,97	2502,55
Tocantins	464,11	547,35	722,61	664,95	1156,96	1366,69	2662,65
Região Nordeste	332,09	426,36	642,92	559,32	894,36	1246,96	3013,82
Maranhão	264,10	324,60	567,08	456,91	853,04	1200,14	2606,54
Piauí	278,95	360,59	556,07	429,44	873,08	979,42	2385,96
Ceará	310,87	417,75	569,08	634,04	854,88	1078,94	2782,30
Rio Grande do Norte	424,73	508,25	681,64	593,71	928,83	1556,43	3317,14
Paraíba	353,57	461,27	578,19	507,47	952,31	1306,67	2796,09
Pernambuco	430,65	474,18	760,61	607,74	912,75	1393,62	2703,63
Alagoas	356,71	455,53	752,60	623,18	921,84	929,51	2358,17
Sergipe	347,30	510,09	674,81	663,97	921,20	1382,91	3866,15
Bahia	326,79	425,81	668,72	548,93	900,29	1298,67	3687,46
Região Sudeste	764,32	842,45	1021,60	901,81	1294,48	1671,47	3664,16
Minas Gerais	541,57	720,61	868,44	813,93	1187,80	1452,25	3092,50
Espírito Santo	710,39	877,08	957,52	814,19	1257,84	1395,11	3000,66
Rio de Janeiro	879,43	788,96	909,08	868,27	1278,48	1822,03	4023,93
São Paulo	901,02	963,54	1140,19	967,47	1339,38	1726,65	3764,19
Região Sul	738,70	837,88	1049,09	900,85	1328,34	1657,25	3286,95
Paraná	714,61	863,09	1054,79	852,56	1360,36	1516,09	3083,38
Santa Catarina	979,98	1011,45	1154,08	1052,62	1400,30	1743,76	3145,03
Rio Grande do Sul	592,37	751,76	973,74	872,99	1243,17	1715,72	3653,73
Região Centro-Oeste	864,12	898,40	1097,58	951,34	1360,51	1722,79	4156,80
Mato Grosso do Sul	783,60	826,15	1042,97	922,62	1369,93	1642,52	3614,09
Mato Grosso	822,24	984,09	1163,53	1075,16	1357,77	1532,12	3001,82
Goiás	821,75	872,49	1100,39	901,99	1219,56	1513,30	3151,82
Distrito Federal	1247,14	982,01	1053,31	935,11	1665,28	2229,38	6154,39
Regiões Metropolitanas							
Belém	672,42	703,69	763,99	758,41	1058,30	1377,23	3128,06
Fortaleza	533,76	594,43	751,15	683,88	1036,19	1213,40	3256,20
Recife	683,43	652,65	789,29	762,35	993,55	1627,50	3195,02
Salvador	557,69	651,48	863,37	705,05	1046,08	1518,26	4287,02
Belo Horizonte	707,64	826,78	976,83	912,60	1396,63	1648,19	4106,96
Rio de Janeiro	946,70	809,89	920,46	883,09	1316,11	1887,28	4311,00
São Paulo	972,09	1024,56	1201,66	1013,85	1357,24	1850,83	4301,10
Curitiba	895,94	998,62	1155,29	1002,73	1550,86	1570,65	3633,10
Porto Alegre	811,46	929,08	986,60	921,61	1341,37	1907,04	4285,56

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: Rendimento de todos os trabalhos na semana de referência inflacionado pelo INPC de setembro de 2011.

ALFABETIZAÇÃO

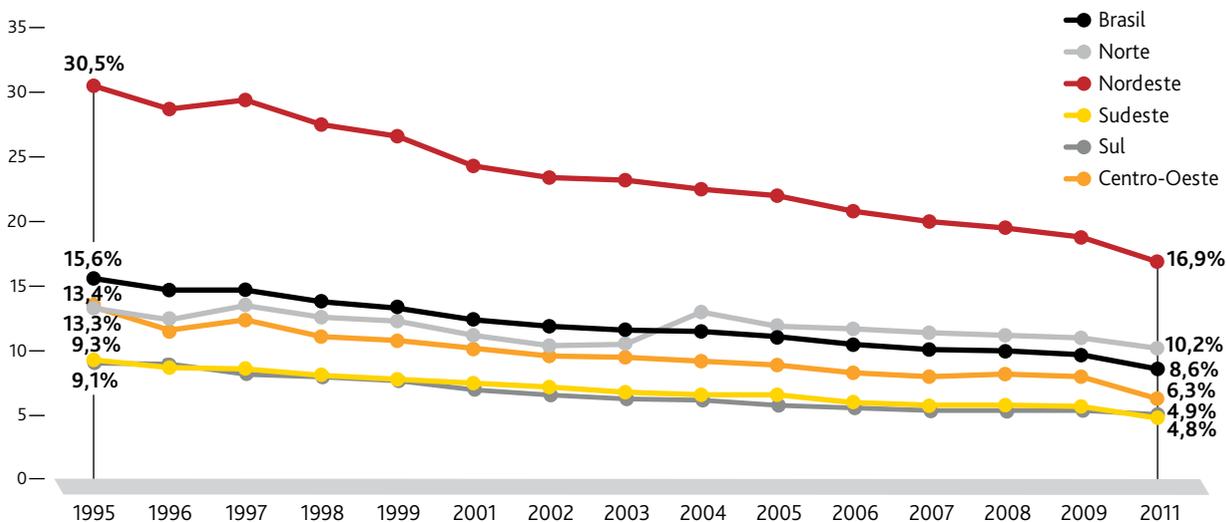
META DO PNE

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A taxa de alfabetização da população jovem e adulta é um dos principais sinalizadores do desenvolvimento social de um país. O Brasil carrega um atraso histórico que está se resolvendo em parte pelo avanço da escolarização das novas gerações e em parte pelo envelhecimento populacional.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e Regiões – 1995 a 2011 (%)

	1995	1996	1997	1988	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Brasil	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,9	11,6	11,5	11,1	10,5	10,1	10,0	9,7	8,6
Norte	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,5	13,0	11,9	11,7	11,4	11,2	11,0	10,2
Nordeste	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,3	23,4	23,2	22,5	22,0	20,8	20,0	19,5	18,8	16,9
Sudeste	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,6	6,0	5,8	5,8	5,7	4,8
Sul	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7	5,5	5,5	5,5	4,9
Centro-Oeste	13,4	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2	8,9	8,3	8,0	8,2	8,0	6,3



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

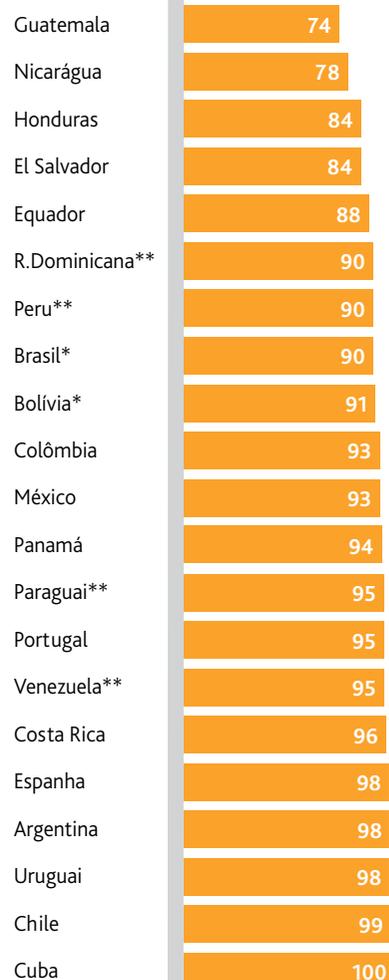
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade Segundo regiões, sexo, raça e quintos de rendimento – 2001 e 2011

Grandes regiões e algumas características selecionadas	Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade	
	2001	2011
Brasil	12,4	8,6
Norte	11,2	10,2
Nordeste	24,2	16,9
Sudeste	7,5	4,8
Sul	7,1	4,9
Centro-Oeste	10,2	6,3
Situação de domicílio		
Urbana	9,5	6,5
Rural	28,7	21,2
Sexo		
Homem	12,5	8,8
Mulher	12,3	8,4
Cor ou raça*		
Branca	7,7	5,3
Negra ou parda	18,2	11,8
Grupos de idade		
15 a 24 anos	4,2	1,5
25 a 59 anos	11,5	7
60 anos ou mais	34	24,8
Quintos de rendimento mensal <i>per capita</i>		
1º quinto	24,1	15,1
2º quinto	18,3	11,4
3º quinto	16	12,8
4º quinto	7,3	5,7
5º quinto	2,7	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(*) Excluídas as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Taxa de alfabetização da população com mais de 15 anos Nos países ibero-americanos



Fonte: UIS (Unesco).

* Ano de referência: 2008.

** Ano de referência: 2007.

A desigualdade social brasileira reflete-se nas estatísticas do analfabetismo adulto. As médias escondem índices elevados em alguns grupos, especialmente quando se consideram variáveis como situação de domicílio, raça e renda.

Embora as taxas venham decaindo em todos os grupos, a porcentagem de analfabetismo da população branca ainda é menos da metade da verificada na população negra e parda. Da mesma forma, o analfabetismo é sete vezes mais frequente entre os brasileiros de renda mais baixa, em comparação com os de renda mais elevada, e mais de três vezes mais presente entre os que vivem no campo do que entre aqueles que vivem na cidade.

Alfabetismo funcional

Enquanto as estatísticas oficiais brasileiras retratam o tema do analfabetismo absoluto, a intensa transformação tecnológica torna mais relevante para a vida social um conceito mais moderno — o alfabetismo funcional.

O termo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1930, e referia-se à capacidade de o indivíduo decifrar códigos de tarefas militares. A difusão do termo se deve à sua adoção pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na década de 1970. A definição foi revista, diante das dificuldades metodológicas de padronização entre os diferentes países e, por isso, optou-se por uma medida que levasse em conta os anos de escolarização.

No Brasil, o IBGE considera como analfabetos funcionais os que têm menos de quatro anos de estudos completos. Segundo esse critério, 20,4% da população com 15 ou mais anos de idade é analfabeta funcional em 2011.

Essa medida, contudo, tem eficácia questionável quando se levam em conta que, no Brasil, por deficiências do sistema de ensino, os anos de escolaridade não significam uma efetiva alfabetização.

Diante da necessidade de se buscarem indicadores mais precisos do alfabetismo funcional, o Instituto Paulo Montenegro e a Ação Educativa desenvolveram, em 2001, o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf).

A pesquisa é aplicada a cada dois anos, com amostragem de 2 mil pessoas, na população de 15 a 64 anos. Na área de língua materna (já que o estudo inclui também o alfabetismo matemático), os questionários levam em conta o *background* educacional, as habilidades de leitura e escrita, entre outros fatores.

Nível de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos por escolaridade da população – 2011

Níveis	Escolaridade				
	Nenhuma	Fundamental I	Fundamental II	Médio	Superior
Analfabeto	54%	8%	1%	0%	0%
Rudimentar	41%	45%	25%	8%	4%
Básico	6%	43%	59%	57%	34%
Pleno	0%	5%	15%	35%	62%

Fonte: Inaf Brasil 2011.

Níveis de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos segundo renda familiar – 2011

Níveis	Renda – em salários mínimos			
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5
Analfabeto	17%	6%	3%	1%
Rudimentar	31%	30%	14%	6%
Básico	45%	49%	50%	41%
Pleno	8%	15%	33%	52%

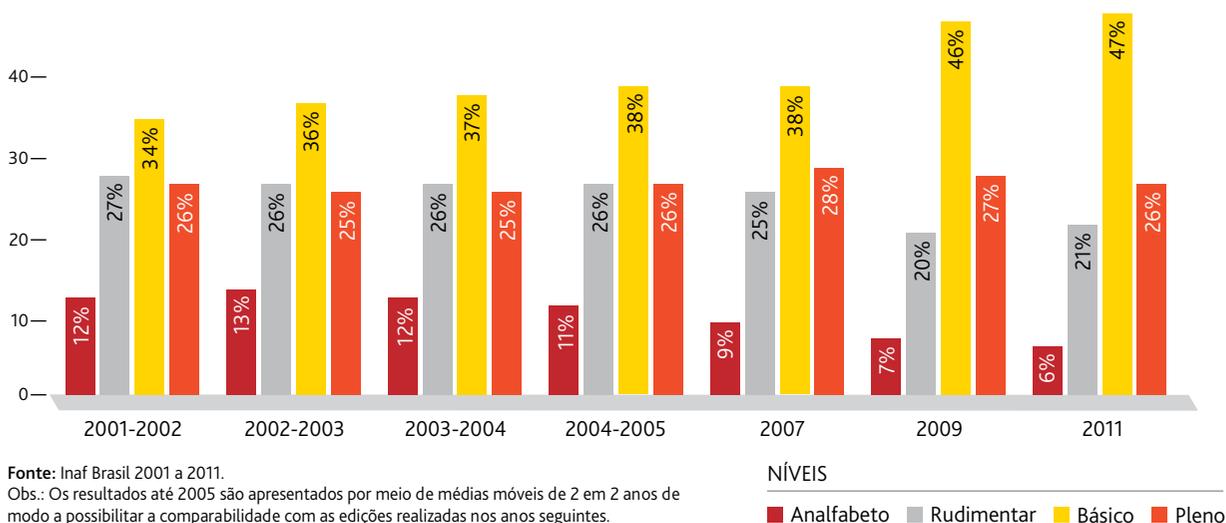
Fonte: Inaf Brasil 2011.

O Inaf leva em conta o analfabetismo e outros três níveis de alfabetismo:

- **Analfabetismo:** não domina as habilidades medidas.
- **Alfabetismo Nível Rudimentar:** localiza uma informação simples em enunciados de uma só frase, um anúncio ou chamada de capa de revista, por exemplo.
- **Alfabetismo Nível Básico:** localiza uma informação em textos curtos ou médios, mesmo que seja necessário realizar inferências simples.
- **Alfabetismo Nível Pleno:** localiza mais de um item de informação em textos mais longos, compara informação contida em diferentes textos, estabelece relações entre as informações (causa/efeito, regra geral/caso, opinião/fato). Reconhece a informação textual mesmo que contradiga o senso comum.

Os dados do Inaf dão uma dimensão mais complexa de nossos desafios educacionais. Hoje, em média, apenas um quarto da população brasileira é considerada plenamente alfabetizada.

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos – (2001-2002 a 2011)



Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011.

Obs.: Os resultados até 2005 são apresentados por meio de médias móveis de 2 em 2 anos de modo a possibilitar a comparabilidade com as edições realizadas nos anos seguintes.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1995-2011

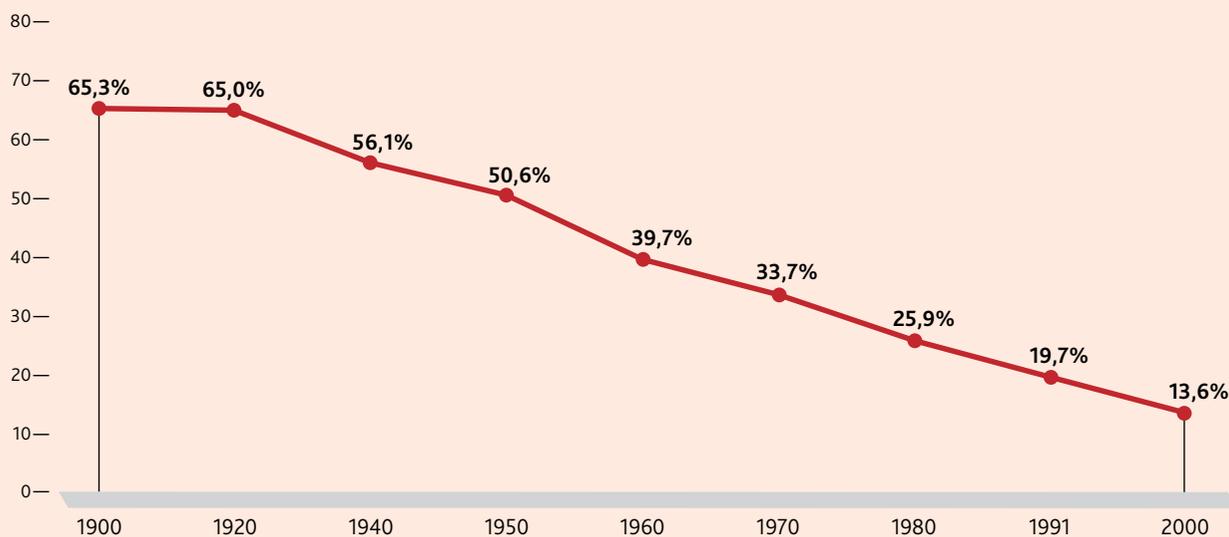
Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,5	13,0	11,9	11,7	11,4	11,2	11,0	10,2
Rondônia	9,1	7,6	10,2	7,6	9,6	10,2	8,6	8,6	10,4	9,9	10,6	9,5	9,2	9,8	9,7
Acre	15,8	17,7	18,3	14,4	15,5	16,7	13,0	16,9	18,1	21,0	17,5	15,7	14,9	16,3	14,4
Amazonas	10,3	9,3	9,6	8,5	8,8	7,7	6,3	6,6	9,0	6,7	7,8	7,9	8,8	7,3	8,4
Roraima	9,1	7,2	12,1	8,2	8,6	11,5	12,1	9,7	10,7	12,5	8,8	11,0	9,7	7,7	9,6
Pará	12,7	12,4	13,1	13,6	12,4	11,2	10,7	10,6	14,6	13,4	13,3	12,7	12,5	12,8	10,6
Amapá	10,7	13,0	11,6	9,1	9,5	7,2	6,2	9,3	8,5	7,4	5,3	7,2	4,7	3,3	7,6
Tocantins	24,6	21,2	23,6	22,0	21,0	18,5	18,1	17,6	17,2	16,3	14,9	14,2	14,4	13,5	12,2
Região Nordeste	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,3	23,4	23,2	22,5	22,0	20,8	20,0	19,5	18,8	16,9
Maranhão	31,7	33,1	35,8	29,6	28,8	23,4	22,9	23,8	23,1	23,0	22,8	21,4	19,5	19,1	21,6
Piauí	35,1	34,4	32,7	34,2	31,6	29,4	29,6	28,4	27,3	27,4	26,2	23,4	24,3	23,4	19,3
Ceará	31,5	31,0	30,8	29,6	27,8	24,8	22,6	22,7	21,8	22,6	20,6	19,2	19,1	18,5	16,5
Rio Grande do Norte	29,5	28,4	27,1	26,6	25,5	24,2	22,7	23,4	22,3	21,5	21,8	19,6	20,0	18,1	15,8
Paraíba	32,2	31,3	29,7	28,7	25,9	27,2	27,1	25,2	25,3	25,2	22,7	23,5	23,5	21,6	17,2
Pernambuco	29,8	26,2	26,4	24,4	24,7	22,0	21,6	21,8	21,4	20,6	18,6	18,7	18,0	17,8	15,7
Alagoas	34,8	36,2	36,2	34,7	32,8	30,6	31,2	30,4	29,5	29,3	26,4	25,1	25,7	24,6	21,8
Sergipe	26,3	25,1	25,3	24,1	23,9	21,4	20,2	19,2	19,4	19,7	18,2	16,8	16,9	16,3	16,0
Bahia	28,3	24,5	26,9	24,8	24,7	22,8	21,7	21,3	20,4	18,8	18,6	18,5	17,5	16,9	14,4
Região Sudeste	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,6	6,0	5,8	5,8	5,7	4,8
Minas Gerais	14,1	12,9	13,2	12,6	12,2	11,7	11,1	11,1	9,9	10,1	9,1	8,9	8,7	8,6	7,9
Espírito Santo	14,1	14,1	13,8	12,0	11,1	11,5	10,7	10,3	9,5	8,7	9,5	8,5	8,8	8,5	6,4
Rio de Janeiro	6,8	6,3	6,6	5,9	6,0	5,6	5,2	4,7	4,9	4,9	4,3	4,4	4,4	4,0	3,7
São Paulo	7,7	7,4	6,8	6,6	6,2	6,0	5,9	5,4	5,5	5,4	5,0	4,6	4,7	4,7	3,7
Região Sul	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7	5,5	5,5	5,5	4,9
Paraná	11,6	11,7	10,6	10,4	10,2	8,7	7,9	7,8	8,0	7,1	6,6	6,6	6,6	6,7	6,3
Santa Catarina	7,4	7,3	6,6	6,4	6,8	5,9	5,5	5,0	4,8	5,2	5,1	4,4	4,4	4,9	3,9
Rio Grande do Sul	7,8	7,2	7,0	6,8	6,1	6,2	6,3	5,8	5,5	5,2	5,2	5,0	5,0	4,6	4,3
Região Centro-Oeste	13,4	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2	8,9	8,3	8,0	8,2	8,0	6,3
Mato Grosso do Sul	13,3	12,4	12,1	11,8	10,9	10,3	9,0	9,6	9,5	9,1	8,5	8,3	8,1	8,7	6,4
Mato Grosso	15,3	11,9	14,4	11,2	11,8	11,2	10,2	10,7	10,1	9,7	9,2	10,1	9,6	10,2	7,4
Goiás	15,1	13,2	14,2	13,0	12,5	11,7	11,3	10,9	10,7	10,2	9,6	8,8	9,3	8,6	7,2
Distrito Federal	6,5	6,3	6,0	5,6	5,1	5,5	5,7	4,5	4,2	4,7	3,8	3,7	4,0	3,4	3,1
Regiões Metropolitanas															
Belém	4,9	4,0	5,2	4,9	4,8	4,2	4,7	5,6	5,0	4,3	4,0	4,4	4,2	4,4	3,2
Fortaleza	15,7	14,8	15,6	15,2	14,3	12,5	11,4	12,0	11,6	12,0	11,2	9,8	10,2	9,6	9,2
Recife	14,7	12,3	13,7	12,0	12,0	11,0	10,5	11,4	10,7	9,6	8,6	8,7	8,9	8,2	7,8
Salvador	8,8	7,4	8,2	7,7	7,6	6,7	7,2	7,1	6,8	6,1	5,6	5,3	4,8	5,4	5,0
Belo Horizonte	6,9	6,4	6,8	6,3	6,3	5,7	5,8	5,9	5,6	5,3	5,0	4,7	4,4	4,7	4,1
Rio de Janeiro	5,5	5,0	5,2	4,5	4,5	4,9	4,2	3,6	4,2	3,9	3,4	3,7	3,6	3,2	2,9
São Paulo	6,3	6,0	5,4	5,3	5,1	5,2	4,9	4,6	4,4	4,6	3,8	3,8	3,7	4,2	3,0
Curitiba	7,0	6,3	5,8	4,6	5,1	4,4	4,3	3,6	4,2	3,8	3,4	3,7	3,0	3,4	4,1
Porto Alegre	5,7	5,1	5,5	4,5	4,0	4,2	4,3	3,7	3,6	3,5	3,5	3,5	3,7	3,0	3,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais Brasil – 1900-2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Em 2003, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou um importante estudo: “Mapa do Analfabetismo no Brasil”. Entre outros méritos, o documento evidencia que o problema do analfabetismo vem de longe no País e, ao mesmo tempo, torna mais contundentes os avanços das décadas recentes. Assim, observa-se que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu de forma constante ao longo do século passado, saindo de um patamar de 65,3% em 1900 para chegar a 13,6% em 2000 (*como se vê no gráfico acima*).

A tabela da página ao lado, por sua vez, mostra como essa evolução, nos anos recentes, se dá de forma desigual entre as regiões e as unidades da federação, resultando em patamares de analfabetismo também distintos em 2011. Dessa forma, observa-se que alguns Estados das regiões Sudeste e Sul apresentam taxas de analfabetismo próximas a 3%; Estados do Nordeste, por sua vez, ainda registram taxas de dois dígitos, sendo que, na média, a região tem um índice de 16,9%.

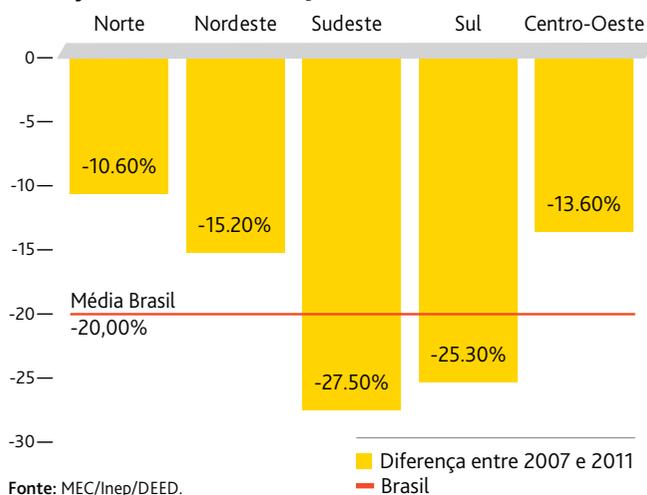
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META DO PNE

*Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de **Educação de Jovens e Adultos** na forma integrada à Educação Profissional, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.*

Os dados referentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil são contundentes ao mostrar a queda contínua no número de matrículas nessa modalidade de ensino. Essa redução vem acompanhada do fechamento de turmas. Em 2007, o País tinha 166.254 turmas de EJA. Em 2011, eram 147.361, o que representa uma queda de 18,9%. Apenas quatro estados aumentaram sua rede nas esferas municipal e estadual.

Evolução de matrículas – EJA – 2007/2011



Educação de Jovens e Adultos

Matrículas por etapa de ensino – 2007-2011

Ano	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos Por Etapa de Ensino				
	TOTAL GERAL	Ensino Fundamental			Ensino Médio
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	
2007	4.975.591	3.367.032	1.160.879	2.206.153	1.608.559
2008	4.926.509	3.291.264	1.127.077	2.164.187	1.635.245
2009	4.638.171	3.090.896	1.035.610	2.055.286	1.547.275
2010	4.234.956	2.846.104	923.197	1.922.907	1.388.852
2011	3.980.203	2.657.781	935.084	1.722.697	1.322.422

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1) Inclusive 231.213 matrículas de EJA presencial da 1ª à 8ª série em 2007.
- 2) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 3) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.
- 4) Não inclui matrículas na EJA integrada à Educação Profissional de nível fundamental e médio.



Sala de aula de EJA no bairro de Tanquinho, zona rural de Piracicaba (SP)

A maior parte das matrículas de EJA no Brasil, em todas as regiões, é para turmas presenciais, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. A opção de EJA integrada à Educação Profissional ainda registra números bem pouco expressivos e distantes da meta do Plano Nacional de Educação (PNE).

Educação de Jovens e Adultos

Matrículas no Ensino Fundamental – 2011

	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrado à Educação Profissional presencial	Integrado à Educação Profissional semipresencial
BRASIL	2.681.776	2.458.596	199.185	23.239	756
Norte	365.109	344.976	18141	1784	208
Nordeste	1.217.169	1.170.443	29.714	16686	326
Sudeste	717.353	584.295	130.553	2351	154
Sul	224.095	202.080	19.777	2170	68
Centro-Oeste	158.050	156.802	1000	248	0

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação de Jovens e Adultos

Matrículas no Ensino Médio – 2011

	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrado à Educação Profissional presencial	Integrado à Educação Profissional semipresencial
BRASIL	1.364.393	1.086.012	236.410	40.844	1.127
Norte	137.162	117.954	16.529	2.636	43
Nordeste	349.586	284.825	50.029	14.254	478
Sudeste	585.186	428.566	137.867	18.396	357
Sul	168.636	135.717	29.179	3.628	112
Centro-Oeste	123.823	118.950	2.806	1.930	137

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas – 2007 e 2011**

Por unidades da federação e regiões

Unidade da Federação	TOTAL 2007	TOTAL 2011	Varição percentual 2007/2011
Região Norte	556.847	497.600	-10,60%
Rondônia	72.289	68.257	-5,60%
Acre	33.300	24.507	-26,40%
Amazonas	106.001	91.033	-14,10%
Roraima	16.945	11.304	-33,30%
Pará	272.230	257.955	-5,20%
Amapá	23.376	24.657	5,50%
Tocantins	32.706	19.887	-39,20%
Região Nordeste	1.809.630	1.535.011	-15,20%
Maranhão	211.149	189.067	-10,50%
Piauí	109.151	95.683	-12,30%
Ceará	270.765	186.237	-31,20%
Rio Grande do Norte	107.631	90.455	-16,00%
Paraíba	148.288	142.288	-4,00%
Pernambuco	272.125	226.592	-16,70%
Alagoas	101.869	109.330	7,30%
Sergipe	70.782	54.900	-22,40%
Bahia	517.870	440.459	-14,90%
Região Sudeste	1.767.986	1.281.281	-27,50%
Minas Gerais	362.324	351.310	-3,00%
Espírito Santo	66.366	69.130	4,20%
Rio de Janeiro	406.799	349.762	-14,00%
São Paulo	932.497	511.079	-45,20%
Região Sul	517.559	386.753	-25,30%
Paraná	197.003	140.655	-28,60%
Santa Catarina	133.941	97.218	-27,40%
Rio Grande do Sul	186.615	148.880	-20,20%
Região Centro-Oeste	323.569	279.558	-13,60%
Mato Grosso do Sul	77.289	51.012	-34,00%
Mato Grosso	91.179	104.966	15,10%
Goiás	92.898	69.515	-25,20%
Distrito Federal	62.203	54.065	-13,10%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 2) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.
- 3) Não inclui matrículas na EJA integrada à Educação Profissional de nível fundamental e médio.



A alfabetização é um dos objetivos dos programas de EJA

Matrículas de EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio na Região Sudeste – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

A tendência de queda nas matrículas de EJA, que se verifica nos números nacionais, é confirmada em todas as unidades da federação, com maior ou menor intensidade. Chama a atenção o fato de que duas regiões registram redução superior à média nacional: o Sul e o Sudeste.

No caso do Sudeste, a queda é de 27,5%, concentrada, porém, nos Estados de São Paulo, com um percentual de 45,2% de diferença entre as matrículas de 2007 e as de 2011, e Rio de Janeiro (14%). Em Minas Gerais, a redução é de apenas 3%.

Vale destacar que a discrepância entre os Estados do Sudeste também aparece nos números referentes às matrículas na EJA integrada à Educação Profissional de nível médio. Enquanto Minas Gerais ostenta mais de 13 mil matrículas nessa modalidade, São Paulo aparece com apenas 262 estudantes.

Na região Nordeste, o Ceará se destaca com uma queda de mais de 30% no número de matrículas. Os demais Estados apresentam percentuais próximos da média regional, que registra redução de 15,2%.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META DO PNE

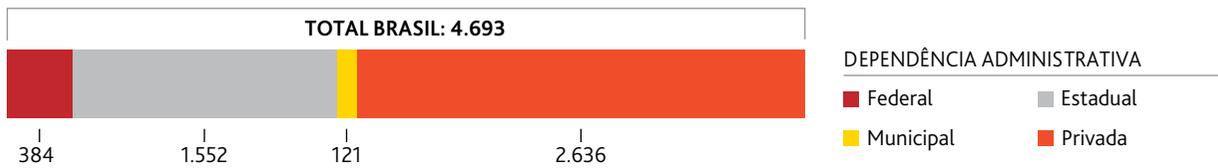
Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no setor público.

Nos anos recentes, nas três esferas de governo, crescem as matrículas em Educação Profissional — que inclui o Ensino Técnico, de nível médio. Os gráficos mostram, porém, a concentração da oferta de Educação Profissional na região Sudeste, seguida, com certa distância, pela região Sul. Destaca-se, também, o peso da rede privada de escolas técnicas, com mais da metade dos estabelecimentos.

30% é a proporção média de matrículas no Ensino Técnico em relação ao total do Ensino Médio em países de longa tradição nesse tipo de formação

Fonte: MEC/Inep/DEED.

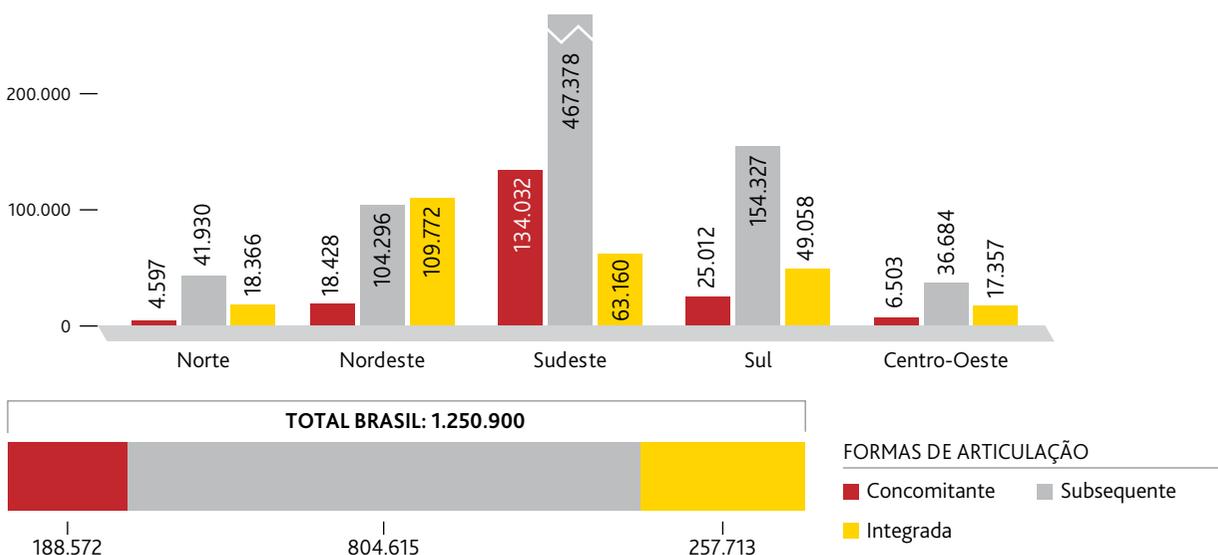
Educação Profissional
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

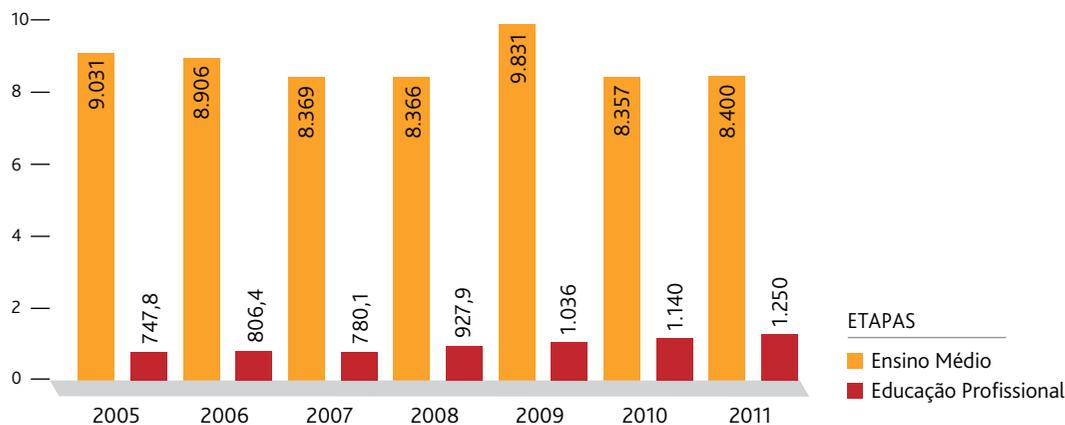
Notas: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino. Inclui estabelecimentos que oferecem educação profissional concomitante, subsequente e integrada.

Ensino Profissional
Matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio – 2011



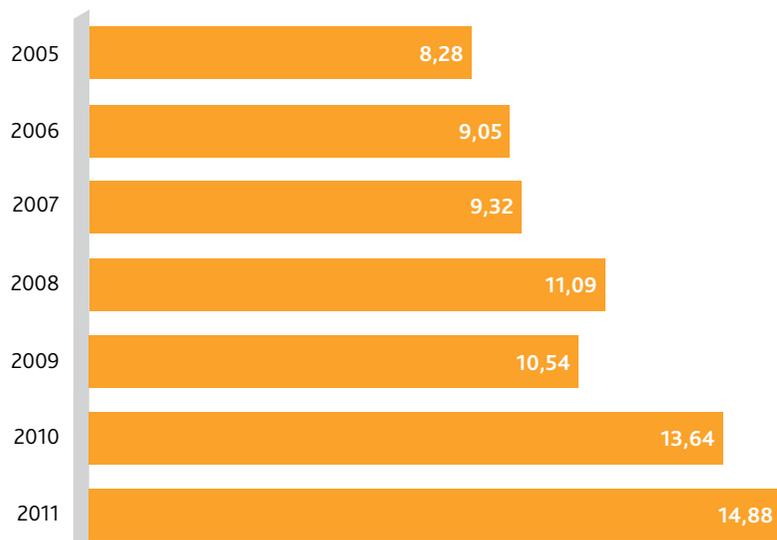
Fonte: MEC/Inep/DEED.

Evolução das matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional – Em mil



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Participação da Educação Profissional no total de matrículas do Ensino Médio – Em %



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Estudo recente do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) indica o impacto potencial do crescimento da oferta de Educação Profissional, tal como preconiza o PNE. Levantamento realizado com profissionais formados no Senai mostra que, um ano depois de obter o diploma, os trabalhadores de nível técnico conseguem aumentar sua renda em até 24%. Os dados foram colhidos entre 2010 e 2012, com base no acompanhamento de metade de cerca de 40 mil pessoas que terminaram seus cursos em 2010. Segundo o estudo, 72% dos ex-alunos dos cursos técnicos conseguiram trabalho no primeiro ano depois da formatura e com renda média de 2,6 salários mínimos. E 73% estão ocupados em atividades relacionadas à área de formação. A renda média desses profissionais é 19% maior do que a dos ocupados em outras áreas.

O Pronatec

O principal programa do governo federal na área da Educação Profissional atualmente é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado no dia 26 de outubro de 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011. Tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Para saber mais, consulte: <http://pronatecportal.mec.gov.br/index.html>

Educação Profissional**Matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional – 2011**

Por regiões e unidades da federação

	Matrículas no Ensino Médio	Matrículas na Educação Profissional	Participação da Educação Profissional no total de matrículas do Ensino Médio
BRASIL	8.400.689	1.250.900	14,89%
Região Norte	754.617	64.893	8,60%
Rondônia	65.411	5.939	9,08%
Acre	38.502	1.515	3,93%
Amazonas	169.842	21.072	12,41%
Roraima	19.757	2.846	14,41%
Pará	352.602	19.689	5,58%
Amapá	37.983	4.289	11,29%
Tocantins	70.520	9.543	13,53%
Região Nordeste	2.401.382	232.496	9,68%
Maranhão	312.155	12.917	4,14%
Piauí	162.027	27.019	16,68%
Ceará	412.455	46.431	11,26%
Rio Grande do Norte	148.561	19.415	13,07%
Paraíba	143.091	10.277	7,18%
Pernambuco	408.591	40.363	9,88%
Alagoas	134.045	10.381	7,74%
Sergipe	81.948	5.546	6,77%
Bahia	598.509	60.147	10,05%
Região Sudeste	3.479.392	664.570	19,10%
Minas Gerais	861.022	153.703	17,85%
Espírito Santo	135.803	41.581	30,62%
Rio de Janeiro	609.680	103.083	16,91%
São Paulo	1.872.887	366.203	19,55%
Região Sul	1.137.262	228.397	20,08%
Paraná	481.846	86.563	17,96%
Santa Catarina	250.780	47.650	19,00%
Rio Grande do Sul	404.636	94.184	23,28%
Região Centro-Oeste	628.036	60.544	9,64%
Mato Grosso do Sul	100.250	11.515	11,49%
Mato Grosso	153.510	15.392	10,03%
Goiás	264.689	20.537	7,76%
Distrito Federal	109.587	13.100	11,95%

Fonte: MEC/Inep/DEED.



Laboratório de Biologia em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)

Os números do Censo Escolar confirmam a tendência de crescimento da participação dos cursos técnicos no total de matrículas do Ensino Médio. Entre 2005 e 2011, a fatia das matrículas em cursos técnicos sobre o total verificado no Ensino Médio regular passou de 8,2% para 14,9%, alcançando 1,2 milhão de alunos.

Esta é uma tendência que se confirma em diversos Estados, mas de forma acentuada no Sudeste e no Sul do País. De fato, ainda se verifica uma discrepância significativa dos números dos Estados destas duas regiões em relação aos das regiões Norte e Nordeste. Enquanto o Rio de Janeiro apresenta um percentual bem próximo da média nacional no que diz respeito à participação da Educação Profissional no total de estudantes do Ensino Médio, com 16,9%, Maranhão e Sergipe estão bem longe disso, com 4,1% e 6,8%, respectivamente.

Há também Estados que apresentam números bem acima da média. É o caso do Espírito Santo, com 30,6%, e do Rio Grande do Sul, com 23,3%.

Ensino Profissional e Tempo Integral

Nos últimos anos, vem tomando impulso a tendência de inserir a formação para o mundo do trabalho na jornada escolar ampliada. No Ceará e em Pernambuco, a proposta de Educação em Tempo Integral para o Ensino Médio contempla um conjunto de propostas de profissionalização. No currículo ampliado, os alunos podem desenvolver habilidades e competências necessárias para o trabalho, bem como formação técnica em áreas específicas, levando em conta os contextos regionais nos quais as escolas estão inseridas.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

METAS DO PNE

*Elevar a taxa bruta de matrícula na **Educação Superior** para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.*

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

O número de jovens que conseguem chegar à Educação Superior, assim como daqueles que concluem seu curso de graduação, é indicador importante das oportunidades educacionais oferecidas à população e também do progresso dos estudantes ao longo da trajetória escolar até essa etapa. No Brasil, o número de matrículas vem crescendo ano a ano, o que se reflete na melhora da taxa líquida, que, em quase 20 anos, passou de 5,9% em 1995 para 14,9% em 2011.

Educação Superior Número de instituições – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Superior Número de instituições por região – 2011

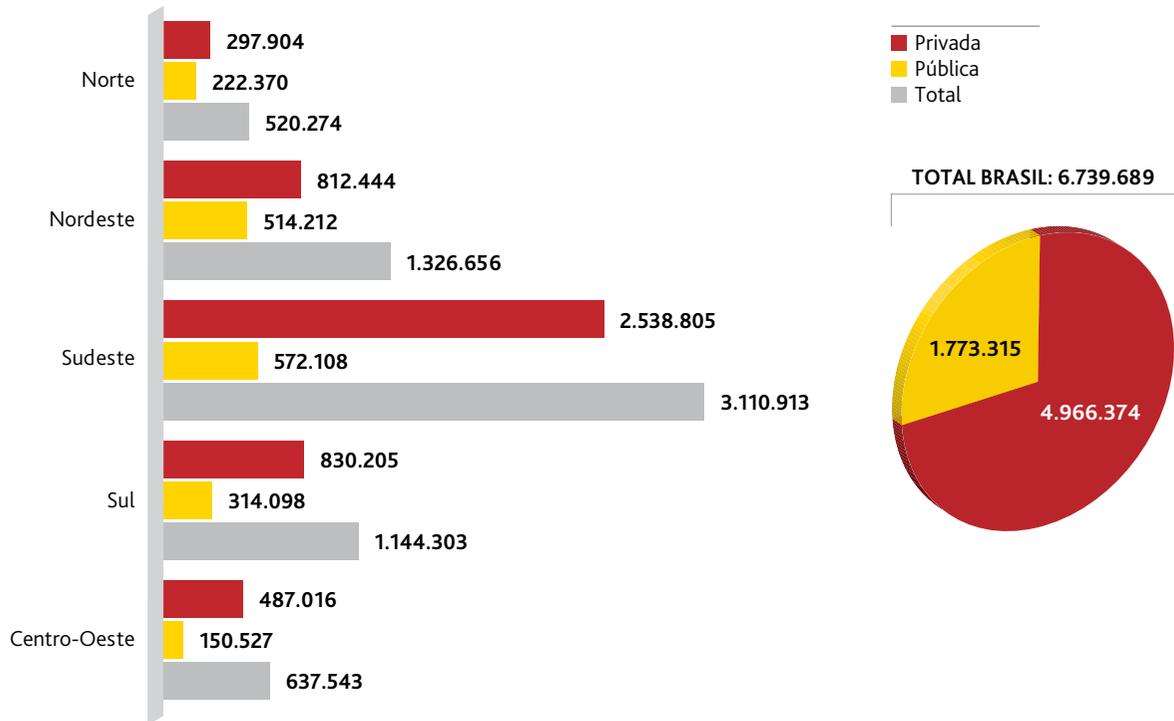
Grandes Regiões	Total Geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
Norte	152	16	8	121	7
Nordeste	432	35	6	380	11
Sudeste	1.157	79	87	980	11
Sul	389	46	18	319	6
Centro-Oeste	235	14	12	204	5

Fonte: MEC/Inep/DEED.

88% das instituições de Ensino Superior são privadas

Educação Superior

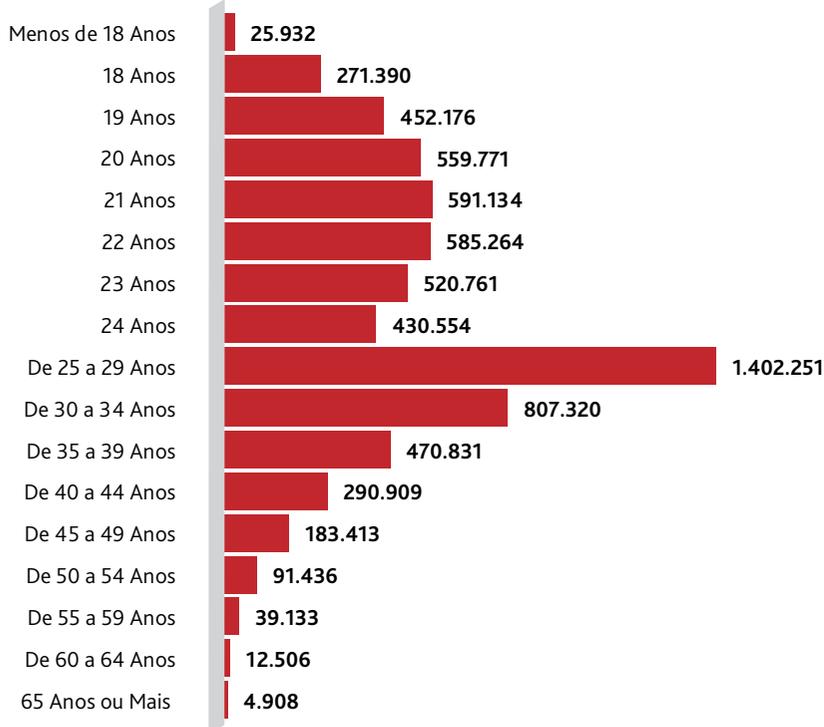
Matriculas por dependência administrativa no Brasil e Regiões – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação Superior

Matriculas por faixa etária, Brasil – 2011

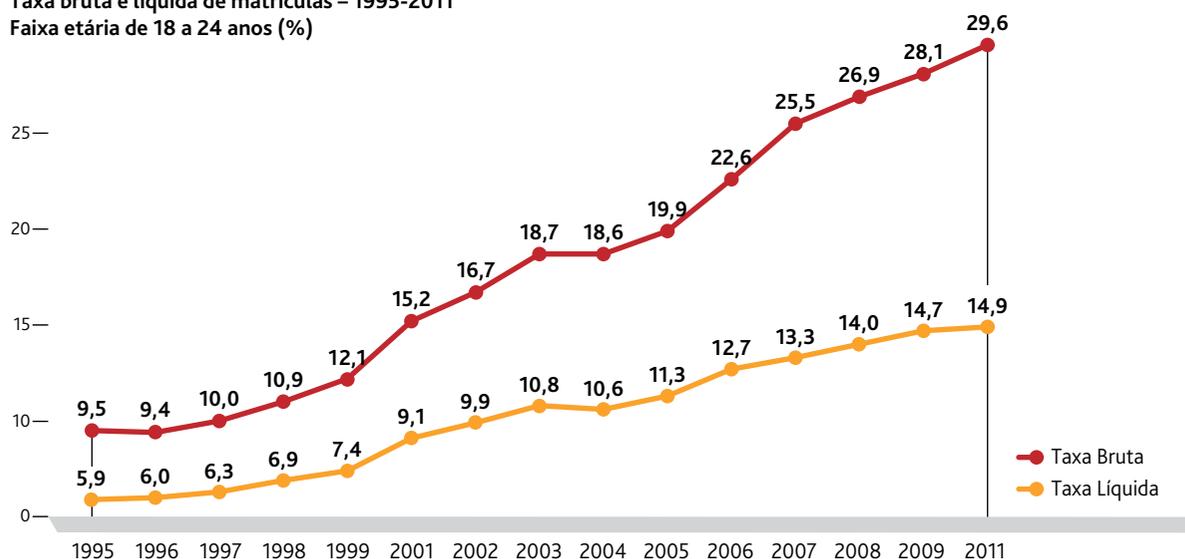


Fonte: Inep.

No Brasil, **11% dos adultos** entre 35 e 44 anos completaram a Educação Superior, segundo dados da publicação *Education at a Glance 2010*, da OCDE. No Chile, este percentual é de 27%, e nos Estados Unidos chega a 43%

Educação Superior

Taxa bruta e líquida de matrículas – 1995-2011
Faixa etária de 18 a 24 anos (%)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

10% foi o crescimento do número de estudantes titulados na pós-graduação entre 2010 e 2011

Fonte: GeoCapes.

População com Educação Superior completa conforme faixa de renda – 2011

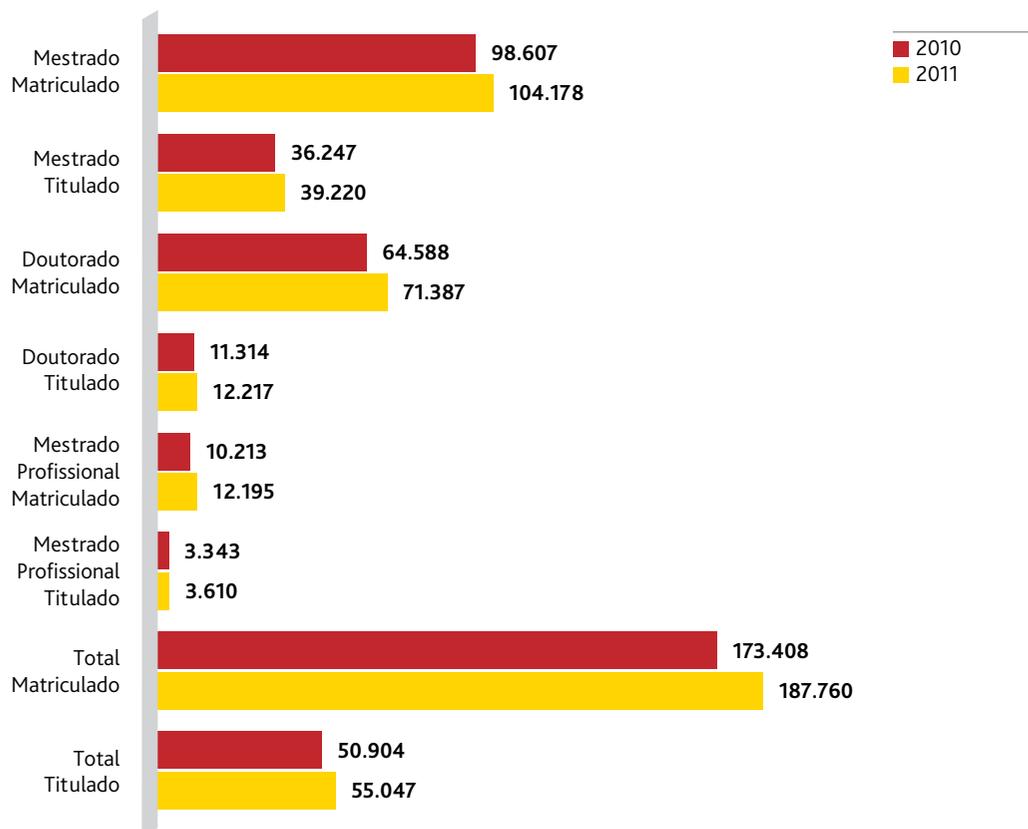
Faixa de renda	Faixa R\$	População com mais de 25 anos e Ensino Superior completo	População com mais de 25 anos
Até 1 salário mínimo	menor que R\$ 545	20,90%	48,44%
De 1 até 2 salários mínimos	entre R\$ 545 e R\$ 1090	13,73%	27,87%
De 2 até 3 salários mínimos	entre R\$ 1090 e R\$ 1635	14,39%	9,73%
De 3 até 5 salários mínimos	entre R\$ 1635 e R\$ 2725	15,96%	5,76%
De 5 até 10 salários mínimos	entre R\$ 2725 e R\$ 5450	17,63%	3,98%
Mais de 10 salários mínimos	maior que R\$ 5450	17,39%	4,23%

Fonte: Pnad/IBGE.



Movimentação típica do início das aulas na Unicamp, em Campinas (SP)

Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil
Ao final do ano – 2010 e 2011



Fonte: GeoCapes.

Educação Superior**Taxa líquida de matrícula – 1995-2011 (%)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	3,5	3,4	3,5	3,6	3,8	5,2	6,9	6,3	5,6	6,9	7,6	9,0	9,6	10,9	10,8
Rondônia	2,6	2,7	2,0	4,8	5,2	5,2	8,7	9,4	7,6	8,2	9,2	11,6	12,9	14,7	10,9
Acre	2,5	7,5	6,2	5,5	4,0	9,0	7,9	10,6	6,0	9,2	10,6	13,2	10,7	10,1	13,5
Amazonas	2,8	3,1	3,4	2,7	3,4	4,7	8,0	6,6	5,4	7,3	8,9	11,1	10,8	13,4	12,5
Roraima	5,9	7,0	7,3	5,9	4,0	4,9	3,1	7,6	5,2	6,5	9,5	13,8	10,7	20,9	26,8
Pará	3,7	3,6	4,1	4,4	3,4	5,0	5,9	4,8	4,3	5,5	5,4	6,1	7,1	7,1	7,8
Amapá	4,2	4,5	0,5	0,6	4,0	4,7	4,6	9,3	8,4	9,6	12,6	11,4	12,5	13,7	14,4
Tocantins	4,1	1,8	2,6	2,2	4,7	6,2	8,5	6,4	10,2	9,8	10,7	11,0	14,1	17,9	14,6
Região Nordeste	3,0	3,2	3,1	3,3	3,7	5,2	5,2	5,8	5,9	6,1	7,2	7,6	8,3	9,5	10,7
Maranhão	2,7	1,9	1,2	1,0	2,1	4,4	4,1	4,9	4,9	5,2	6,0	6,6	4,3	6,9	6,2
Piauí	2,0	1,8	3,2	2,5	1,7	6,8	5,3	6,7	6,8	7,9	8,3	6,4	9,6	13,7	12,9
Ceará	2,8	2,8	2,8	2,7	4,2	5,8	6,6	6,1	6,6	6,7	8,1	8,5	9,9	9,7	13,1
Rio Grande do Norte	3,7	4,2	5,5	4,2	4,6	6,1	6,4	5,7	5,5	6,6	8,5	10,1	9,9	10,1	11,7
Paraíba	4,3	5,2	4,8	5,9	7,0	4,9	6,4	7,0	6,0	6,3	7,9	7,9	8,6	11,0	15,7
Pernambuco	4,1	4,1	3,4	4,6	4,4	5,6	5,3	5,7	6,2	6,4	7,8	7,5	8,7	9,5	10,5
Alagoas	2,7	4,3	2,8	4,1	3,9	5,7	4,6	5,5	4,1	4,4	5,2	6,8	7,7	11,1	11,9
Sergipe	3,8	3,9	3,5	4,1	5,4	7,3	7,1	7,8	8,0	8,6	10,8	10,4	13,3	15,0	14,0
Bahia	2,3	2,6	2,7	2,7	3,0	4,0	4,1	5,3	5,6	5,4	6,0	6,8	7,5	7,8	8,7
Região Sudeste	7,9	7,5	8,3	8,8	9,4	11,0	12,2	13,0	13,2	13,9	15,8	16,8	17,0	17,3	16,5
Minas Gerais	4,6	4,9	5,0	5,4	5,6	6,8	9,3	10,0	10,7	11,0	13,3	13,6	14,2	15,0	15,5
Espírito Santo	4,3	4,4	5,0	4,5	7,7	9,2	14,5	11,4	12,2	12,1	13,2	16,0	12,7	12,3	15,8
Rio de Janeiro	8,2	8,4	7,9	9,5	10,3	12,5	13,9	15,4	14,6	15,8	19,0	17,4	18,0	18,5	16,4
São Paulo	9,6	8,6	10,3	10,5	11,1	12,6	12,8	13,8	14,0	14,8	16,2	18,1	18,3	18,3	17,1
Região Sul	7,5	7,8	8,1	9,7	10,4	12,7	13,8	16,2	15,4	16,3	17,2	17,0	19,1	19,2	18,9
Paraná	5,8	6,6	6,7	8,5	9,3	11,7	12,1	14,9	17,2	15,1	16,7	17,5	18,7	19,4	19,9
Santa Catarina	7,1	6,8	7,1	9,0	9,1	13,8	14,1	16,9	14,5	18,5	18,4	18,0	20,1	20,5	19,0
Rio Grande do Sul	9,7	9,6	10,0	11,2	12,2	12,9	15,3	17,1	14,4	16,2	17,1	15,8	18,8	18,3	17,7
Região Centro-Oeste	5,2	6,7	6,3	6,9	7,7	9,7	11,9	12,3	12,4	13,9	14,9	16,0	16,6	17,9	19,9
Mato Grosso do Sul	4,5	7,6	6,3	7,2	8,2	10,5	12,8	13,8	11,6	13,5	12,3	15,4	13,3	16,4	18,4
Mato Grosso	3,2	7,9	5,5	5,9	5,5	7,2	9,2	8,0	8,3	10,2	11,7	10,9	16,9	16,2	19,4
Goiás	4,4	4,5	4,7	5,6	6,9	8,8	10,8	11,8	12,2	13,1	14,7	15,2	13,4	16,4	18,2
Distrito Federal	9,8	9,1	10,9	10,4	11,3	13,8	16,5	17,2	18,0	20,0	21,3	24,0	26,3	24,1	25,8
Regiões Metropolitanas															
Belém	9,4	8,8	9,0	9,7	7,7	7,7	9,6	8,1	10,0	10,3	10,4	14,0	14,0	12,8	16,6
Fortaleza	5,3	5,3	5,6	5,1	7,4	9,8	11,0	10,4	11,5	11,3	11,8	12,8	14,5	13,2	16,0
Recife	7,0	5,9	6,6	8,1	7,0	9,6	9,1	9,5	10,7	12,0	13,7	12,5	12,8	14,5	15,0
Salvador	6,3	7,8	7,9	7,2	7,9	9,6	10,0	10,6	12,5	10,2	12,4	14,7	13,9	13,1	16,1
Belo Horizonte	7,1	8,3	7,1	8,1	7,2	8,6	11,8	13,6	13,6	13,7	16,9	16,2	18,5	18,6	17,9
Rio de Janeiro	9,4	9,5	9,1	10,8	11,7	13,1	14,4	17,2	15,5	17,3	20,6	18,8	19,3	20,1	17,5
São Paulo	10,9	9,9	11,1	11,6	11,4	13,5	13,9	14,2	14,4	15,8	16,8	18,9	19,4	19,2	17,4
Curitiba	7,8	8,3	10,7	10,3	12,5	15,1	16,0	17,9	18,0	17,3	19,9	20,8	20,2	21,4	19,8
Porto Alegre	11,9	12,1	13,4	13,5	13,4	15,3	18,6	19,4	16,7	17,1	17,8	18,1	20,8	19,5	20,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Educação Superior
Distribuição de discentes de pós-graduação
 Por unidade da federação ao final de 2011

	Mestrado matriculado	Mestrado titulado	Doutorado matriculado	Doutorado titulado	Mestrado Profissional matriculado	Mestrado Profissional titulado	Total matriculado	Total titulado
Região Norte								
Rondônia	288	71	31	3	0	0	319	74
Acre	168	63	0	0	0	0	168	63
Amazonas	1.194	402	421	64	163	65	1.778	531
Roraima	115	30	0	0	15	0	130	30
Pará	2.439	806	1.020	146	90	19	3.549	971
Amapá	153	46	17	1	0	0	170	47
Tocantins	240	65	20	0	39	0	299	65
Região Nordeste								
Maranhão	759	248	99	8	7	0	865	256
Piauí	714	255	73	5	20	0	807	260
Ceará	2.749	1.039	2.118	340	663	165	5.530	1.544
Rio Grande do Norte	2.096	750	1.281	171	166	38	3.543	959
Paraíba	2.575	1.145	1.522	262	116	17	4.213	1.424
Pernambuco	4.002	1.622	2.920	423	540	148	7.462	2.193
Alagoas	775	303	169	31	47	0	991	334
Sergipe	1.034	368	264	20	25	11	1.323	399
Bahia	3.689	1.273	1.996	275	531	98	6.216	1.646
Região Sudeste								
Minas Gerais	10.321	4.290	6.721	1.165	1.269	300	18.311	5.755
Espírito Santo	1.640	596	425	51	195	63	2.260	710
Rio de Janeiro	12.242	4.526	10.132	1.744	2.825	901	25.199	7.171
São Paulo	27.964	10.296	26.021	4.969	2.956	963	56.941	16.228
Região Sul								
Paraná	7.082	2.813	3.399	455	466	184	10.947	3.452
Santa Catarina	4.382	1.655	2.539	422	537	167	7.458	2.244
Rio Grande do Sul	9.693	3.738	6.498	1.130	997	241	17.188	5.109
Região Centro-Oeste								
Mato Grosso do Sul	1.318	502	308	46	83	33	1.709	581
Mato Grosso	1.050	412	169	12	25	0	1.244	424
Goiás	2.267	798	945	149	101	20	3.313	967
Distrito Federal	3.229	1.108	2.279	325	319	177	5.827	1.610

Fonte: GeoCapes.

PROFESSORES - FORMAÇÃO

METAS DO PNE

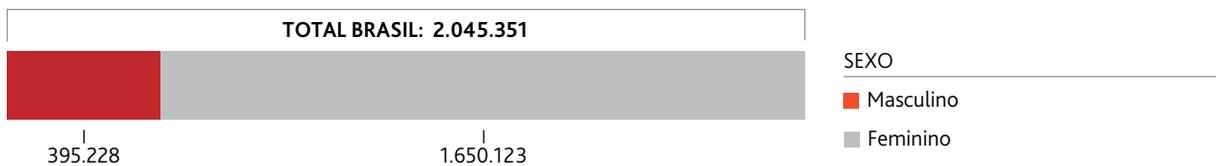
*Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de **formação e valorização** dos profissionais da Educação, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*

*Formar em nível de **pós-graduação** 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.*

O desafio de formar professores no Brasil deve ser enfrentado em diversos níveis. Um passo fundamental é assegurar que todos os educadores de Educação Básica tenham formação em nível superior — objetivo já preconizado na Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. Cerca de 25% dos professores brasileiros nessas etapas da escolaridade ainda possuem, no máximo, o Ensino Médio ou Magistério. Além do esforço necessário para graduar os educadores, na visão dos especialistas, é necessário também aprimorar com urgência a qualidade da formação, tanto nos cursos de Pedagogia como nas licenciaturas.

Professores

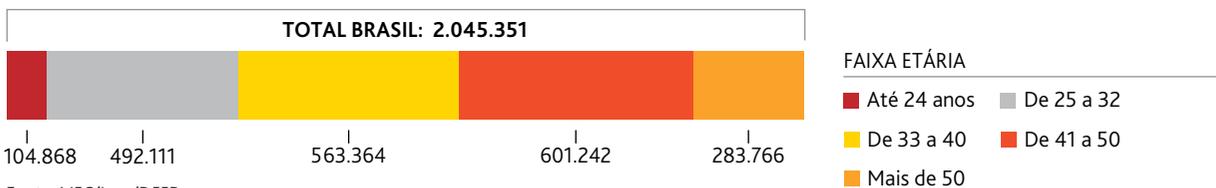
Número de professores da Educação Básica por sexo – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Professores

Número de professores da Educação Básica por faixa etária – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Professores

Número de professores da Educação Básica de acordo com as etapas e modalidades de ensino – Brasil e Regiões – 2011

		BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Educação Básica		2.045.351	176.195	603.360	820.375	298.736	146.685	
Educação Infantil	Ed. Infantil	408.739	25.924	106.999	183.123	66.603	26.090	
	Creche	163.148	5.534	28.726	86.183	32.785	9.920	
	Pré-Escola	265.000	21.088	81.730	107.167	37.533	17.482	
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	1.389.706	131.281	424.674	536.053	195.882	101.816	
	Anos Iniciais	724.542	66.681	213.604	285.463	103.182	55.612	
	Anos Finais	793.891	77.192	249.196	297.636	113.646	56.221	
Ensino Médio	Ensino Médio Total	488.528	33.581	122.509	217.027	77.757	37.654	
	Ensino Médio	460.452	31.926	112.260	208.713	71.313	36.240	
	Ensino Médio Normal/Magistério	20.758	16	6.694	6.402	7.530	116	
	Ensino Médio Integrado	31.075	2.193	10.486	8.168	7.678	2.550	
Educação Profissional	Educação Profissional	68.200	3.203	7.666	39.682	14.575	3.074	
	Concomitante	10.020	377	1.290	6.320	1.546	487	
	Subsequente	48.249	2.732	6.195	25.030	11.931	2.361	
	Mista (Concomitante e Subsequente)	26.175	351	926	20.246	3.745	907	
Educação Especial	Classes Especiais e Escolas Exclusivas	28.366	1.462	2.864	12.983	8.375	2.682	
	Classes Comuns	781.054	61.737	191.116	326.247	136.871	65.083	
Educação de Jovens e Adultos – EJA	Ensino Fundamental	Presencial	174.510	22.964	77.824	45.445	15.944	12.333
		Semipresencial	6.846	726	1.737	3.400	863	120
		Integrado	2.770	317	1.620	399	411	23
	Ensino Médio	Presencial	99.441	8.683	21.353	48.147	11.249	10.009
		Semipresencial	6.620	713	1.734	3.102	938	133
		Integrado	9.301	595	2.317	4.692	1.170	527

Fonte: MEC/Inep/DEED.

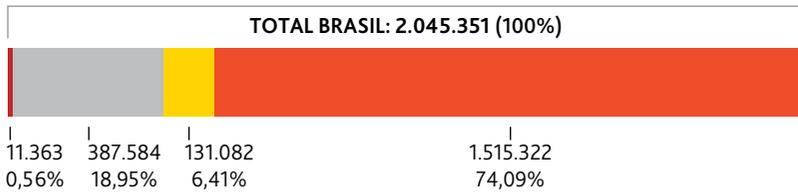
Cerca de 2 milhões de professores atuam nas escolas de Educação Básica brasileira. Esse contingente de profissionais mostra que os desafios da formação de educadores necessariamente passam pela oferta de educação continuada. É preciso fortalecer o trabalho de coordenação pedagógica dentro das escolas, contratando e formando profissionais para esse cargo fundamental da gestão escolar. O coordenador pedagógico deve ser o responsável por levar aos professores os conhecimentos mais atuais sobre as didáticas específicas das disciplinas. Somente por esse caminho será possível fazer frente às demandas contemporâneas e elevar a qualidade do ensino.

Notas:

- 1) Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2011.
- 2) Não inclui auxiliares da Educação Infantil.
- 3) Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado (AEE).
- 4) Professores (ID) são contados uma única vez em cada unidade da federação, porém podem atuar em mais de uma UF.
- 5) Ensino Médio Normal/Magistério: Inclui professores do Magistério Específico Indígena.

Professores

Número de professores da Educação Básica por escolaridade – 2011



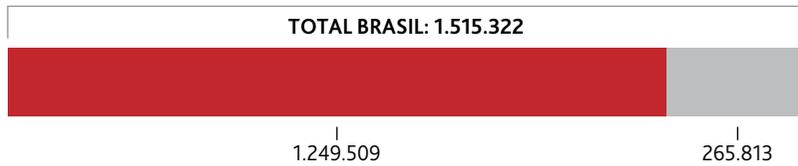
Fonte: MEC/Inep/DEED.

ESCOLARIDADE

- Fundamental
- Ensino Médio Normal/ Magistério
- Ensino Médio
- Superior

Professores

Número de professores da Educação Básica com formação superior, com licenciatura, sem licenciatura e com complementação pedagógica – 2011



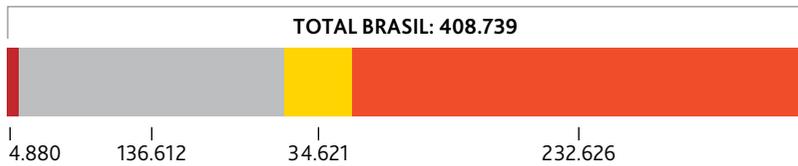
Fonte: MEC/Inep/DEED.

FUNÇÕES DOCENTES

- Possui curso com licenciatura
- Possui curso sem licenciatura - Total

Professores

Número de professores da Educação Infantil por escolaridade – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

ESCOLARIDADE

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio Normal / Magistério
- Ensino Médio
- Superior

Professores

Número de professores do Ensino Fundamental por escolaridade – 2011



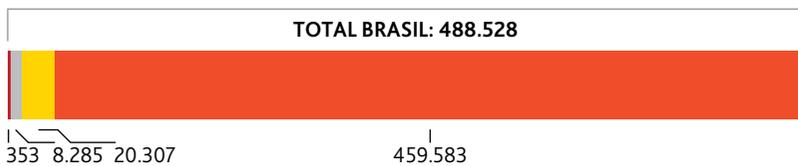
Fonte: MEC/Inep/DEED.

ESCOLARIDADE

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio Normal / Magistério
- Ensino Médio
- Superior Completo

Professores

Número de professores do Ensino Médio por escolaridade – 2011

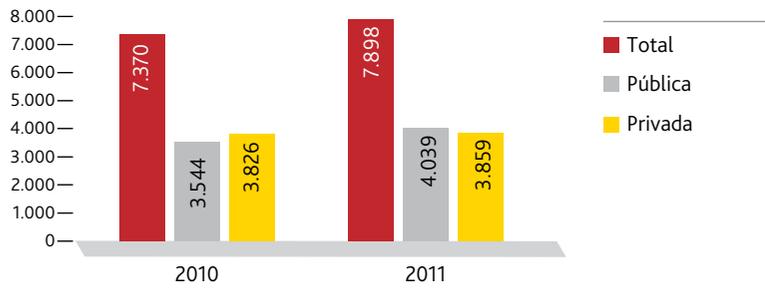


Fonte: MEC/Inep/DEED.

ESCOLARIDADE

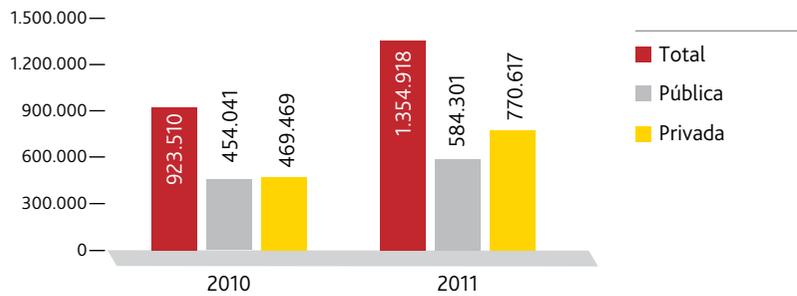
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio Normal / Magistério
- Ensino Médio
- Superior

Número de cursos de graduação da área de Educação



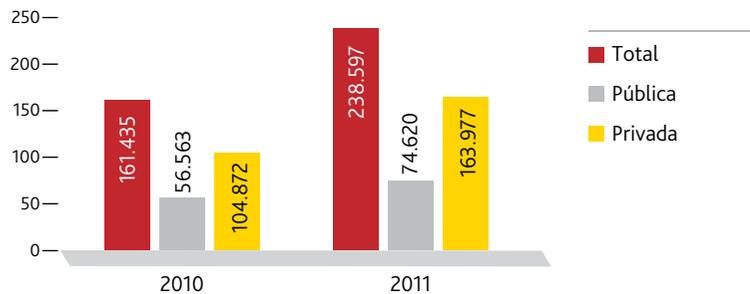
Fonte: MEC/Inep/DEED.

Número de matrículas em cursos de graduação da área de Educação



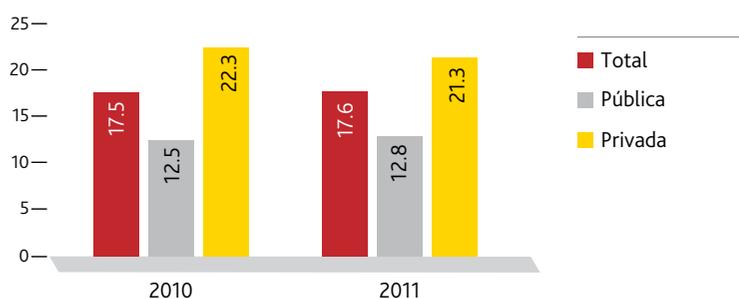
Fonte: MEC/Inep/DEED.

Número de concluintes em cursos de graduação da área de Educação



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Proporção entre concluintes e matrículas em cursos de graduação da área de Educação



Fonte: Censo da Educação Superior, Inep.

Número de professores da Educação Básica por escolaridade – 2011

Por regiões e unidades da federação

Funções docentes na Educação Básica						
Unidade da Federação	Total	Escolaridade				
		Fundamental	Ensino Médio			Superior
			Médio Total	Normal/ Magistério	Ensino Médio	
Região Norte	176.195	1.637	61.948	46.799	15.149	112.610
Rondônia	16.502	92	3.437	2.690	747	12.973
Acre	10.011	257	3.844	2.478	1.366	5.910
Amazonas	38.371	373	10.561	6.868	3.693	27.437
Roraima	6.587	154	2.633	2.015	618	3.800
Pará	76.853	597	33.274	26.125	7.149	42.982
Amapá	10.092	13	4.194	3.918	276	5.885
Tocantins	17.779	151	4.005	2.705	1.300	13.623
Região Nordeste	603.360	6.049	246.651	188.252	58.399	350.660
Maranhão	92.916	912	47.694	42.118	5.576	44.310
Piauí	45.563	2.001	15.775	11.683	4.092	27.787
Ceará	87.915	296	23.164	13.077	10.087	64.455
Rio Grande do Norte	34.730	185	9.386	6.097	3.289	25.159
Paraíba	46.127	333	15.423	11.407	4.016	30.371
Pernambuco	89.434	790	32.910	27.852	5.058	55.734
Alagoas	32.383	226	15.194	11.916	3.278	16.963
Sergipe	21.976	95	5.336	4.218	1.118	16.545
Bahia	152.316	1.211	81.769	59.884	21.885	69.336
Região Sudeste	820.375	1.661	141.884	108.197	33.687	676.830
Minas Gerais	219.126	500	36.196	24.802	11.394	182.430
Espírito Santo	38.618	47	4.731	2.767	1.964	33.840
Rio de Janeiro	149.447	382	46.102	39.475	6.627	102.963
São Paulo	413.184	732	54.855	41.153	13.702	357.597
Região Sul	298.736	1.372	45.850	32.571	13.279	251.514
Paraná	115.118	301	11.774	9.307	2.467	103.043
Santa Catarina	69.421	329	12.038	5.644	6.394	57.054
Rio Grande do Sul	114.197	742	22.038	17.620	4.418	91.417
Região Centro-Oeste	146.685	644	22.333	11.765	10.568	123.708
Mato Grosso do Sul	26.501	48	2.612	1.542	1.070	23.841
Mato Grosso	33.135	330	5.384	1.678	3.706	27.421
Goiás	59.357	244	10.620	5.858	4.762	48.493
Distrito Federal	27.692	22	3.717	2.687	1.030	23.953

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1) Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2011.
- 2) Não inclui auxiliares da Educação Infantil.
- 3) Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado (AEE).
- 4) Professores (ID) são contados uma única vez em cada unidade da federação, porém podem atuar em mais de uma UF.
- 5) Ensino Médio Normal/Magistério: Inclui professores do Magistério Específico Indígena.



Professor Sepé Kuikuro e alunos na escola da aldeia Kuikuo, em Mato Grosso (MT)

As desigualdades que caracterizam a sociedade e a escola brasileira são muito palpáveis quando se observam os dados regionalizados a respeito da formação dos professores.

Enquanto nos Estados do Centro-Oeste, 84,3% dos professores já possuem formação em nível superior, isso é verdade para 58,1% dos educadores da Educação Básica do Nordeste e para 63,9% dos professores que atuam no Norte do País.

Os dados mostram que, em números absolutos, o Sudeste concentra a maior parte dos docentes da Educação Básica. São 820,3 mil professores, sendo que 82,5% possuem pedagogia ou licenciatura.

Em todos os casos, a Educação a Distância surge como uma ferramenta poderosa para elevar o nível de formação dos professores, bem como para ampliar a oferta da educação continuada permanente.

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Um dos maiores desafios da Educação brasileira — no curto, médio e longo prazos — está, sem dúvida, relacionado à formação de professores e, em especial, à valorização da carreira do magistério.

Hoje, apenas 2% dos jovens querem seguir a carreira docente, e sobram razões para isso: salários injustos, ausência de planos de carreira, o descaso ou a pouca prioridade dada aos cursos de licenciatura pelas universidades — normalmente, tratadas como os “primos pobres” dos bacharelados — e as difíceis condições de trabalho nas escolas e, muitas vezes, no entorno delas. Assim, não surpreende o desinteresse dos jovens brasileiros em seguir essa carreira tão importante para qualquer país que deseja ter um futuro sólido e saudável.

É ilustrativo olhar separadamente cada um desses aspectos que desmotivam os jovens a serem docentes.

A primeira razão é a baixa remuneração, sob quaisquer critérios de comparação. Podemos pensar no mais direto, que não leva especificamente em consideração a importância social do professor, mas tão-somente o equipara com outras profissões que requerem a mesma escolaridade. Pois bem: um professor no Brasil ganha 40% a menos do que a média de outros profissionais para os quais se exigem o mesmo nível de formação. De acordo com os dados da Pnad/IBGE (2009), um professor ganha, em média, R\$ 1.800,00, enquanto outros profissionais com a mesma escolaridade ganham R\$ 2.800,00.

Faltam também bons planos de carreira. Um olhar mais atento logo perceberá que boa parte das redes de ensino no Brasil não tem um plano atrativo para essa juventude, que a desafie a avançar e a crescer. Mais do que isso: é preciso lembrar que as condições de trabalho — que compõem a cesta de atributos de uma escolha profissional — também são muito desestimulantes. Lamentavelmente, a violência vem crescendo nas escolas e também contribui para afastar os jovens do magistério.

Como consequência, estima-se que o déficit de professores na Educação Básica seja de 250 mil. Em algumas áreas, como química, física e matemática, estamos vivendo (e não é de agora) um “apagão” de mão de obra qualificada. E o pior: a formação inicial, dada pelas nossas universidades, deixa muito a desejar, em relação às necessidades atuais da escola pública, conforme revelou pesquisa de Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas.

Esse estudo mostrou que tanto a formação inicial como a continuada dos nossos professores não dialogam com a escola pública. A formação é muito teórica. Por exemplo, os estágios obrigatórios são registrados de modo vago, sem projeto ou plano de estágio, nem sinalizações sobre o campo de prática ou a atividade de supervisão. Vê-se que a Licenciatura não tem identidade, é um híbrido mal estruturado entre o bacharelado e algumas disciplinas do campo pedagógico. Entre outros resultados, verifica-se que a evasão chega a 50%.

A verdade é que as licenciaturas recebem pouca atenção por parte das nossas universidades. A contribuição que a universidade brasi-

leira vem dando ao desenvolvimento científico e tecnológico de nosso País, tanto na formação de recursos humanos (a título de exemplo, na pós-graduação o Brasil forma hoje 12 mil doutores) como na produção de novos conhecimentos, é incontestável e nos coloca na 13ª posição do ranking mundial da produção científica. Mas, para chegar a esse patamar, foi preciso um grande esforço da comunidade científica aliado a políticas públicas arrojadas e exitosas. Essa estratégia, em si correta, fez com que a universidade se distanciasse da escola pública.

O problema é que esse distanciamento produziu uma falta de vocação da universidade para formar professores para a atual realidade da escola. Além disso, o tempo da maioria dos professores de nossas universidades está comprometido com as atividades de ensino na graduação e na pós-graduação e com a pesquisa, sem falar naquele dedicado à burocracia.

O Ministério da Educação, diga-se de passagem, vem procurando reverter este quadro. Um exemplo desse esforço veio com a implantação do programa Reuni para as universidades federais, com foco na formação de professores. Nessa mesma linha, implantou a Universidade Aberta do Brasil e a Plataforma Freire vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

É preciso, enfim, recuperar a atratividade do magistério. Países como Coreia do Sul, Finlândia, Cingapura, Canadá e Japão têm uma coisa em comum: ser professor nesses países é objeto de desejo. Por quê? Essencialmente por quatro razões: salário inicial atraente, plano de carreira motivador, pautado no desempenho em sala de aula e na formação continuada, formação inicial sólida com foco na prática docente e escolas bem estruturadas e organizadas. Não há saída estrutural para o problema da formação de professores no Brasil sem o enfrentamento desses fatores.

Temos já experiências no Brasil que podem ser paradigmáticas nesse sentido, como a que começa a ser implementada pelo MEC, o governo do Estado do Pernambuco e a Universidade Federal do Pernambuco, programa que pretende ser uma mudança de paradigma e pode ser resumido nos seguintes eixos: formação interdisciplinar, uso intenso de novas tecnologias (incluindo laboratórios de produção e uso de games com fins educativos), ampliação da articulação entre disciplinas específicas e pedagógicas, ou seja, entre teoria e prática; exploração de diferentes espaços de aprendizagem, como laboratórios e museus de ciência; introdução da residência docente, no lugar dos atuais estágios; foco na prática docente em escolas de tempo integral, nos períodos de contraturno; acompanhamento desde o Ensino Médio, com um programa de bolsas de iniciação à docência.

São muitos os caminhos. Mas é preciso ajustar os currículos da Pedagogia e das licenciaturas para um novo tempo. O Brasil tem ainda uma escola do século 19, um professor do século 20, mas um aluno do século 21. Assim, ao currículo atual deveria ser dado um novo foco — a sala de aula.



Mozart Neves Ramos

Professor da UFPE, membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho de Governança do Todos Pela Educação.

“O Brasil tem ainda uma escola do século 19, um professor do século 20, mas um aluno do século 21.”

PROFESSORES – REMUNERAÇÃO E CARREIRA

METAS DO PNE

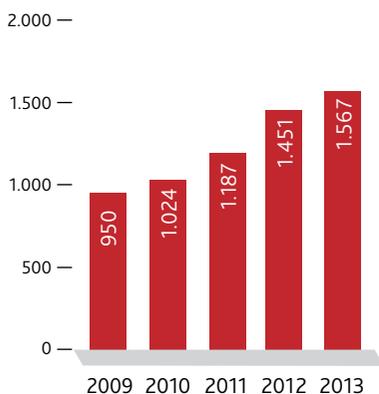
Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal.

A valorização da carreira dos professores brasileiros passa pela elevação do nível salarial, mas também por um conjunto de instrumentos que aperfeiçoem as condições de exercício profissional. A Lei do Piso (*veja abaixo*) representou um avanço importante, mas ainda não está consolidada, com questionamentos na Justiça e o descumprimento em diversas unidades da federação e municípios. O professor brasileiro ainda recebe uma remuneração significativamente inferior à de profissionais com a mesma escolaridade. Da mesma forma, é preciso reestruturar a carreira, diminuir a rotatividade dos professores, o que dificulta a formação de vínculos e o planejamento do trabalho pedagógico.

Remuneração (em R\$)

Piso Nacional – 2009-2013

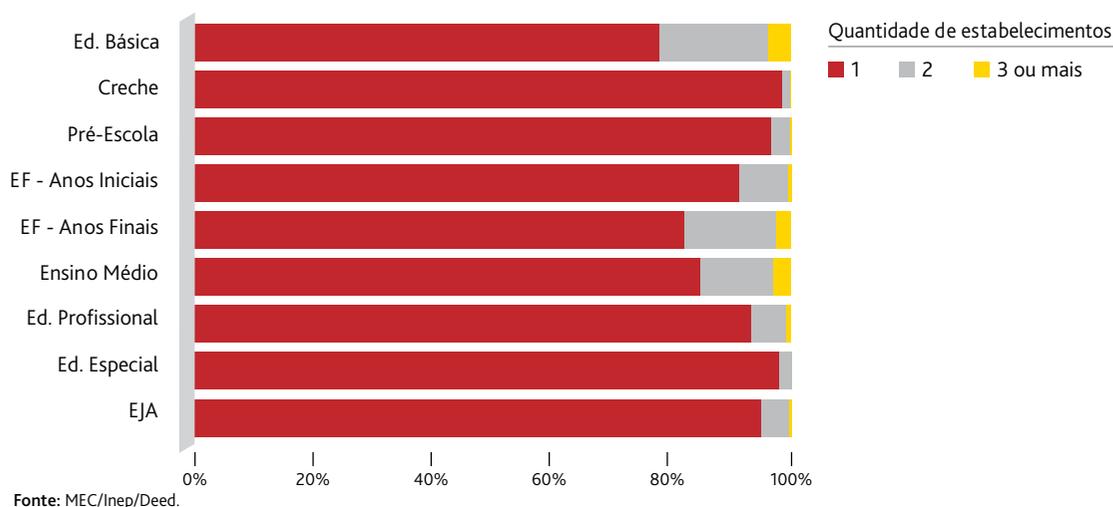


Fonte: SE/MEC.

Em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei do Piso, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Em 2012, o Ministério da Educação (MEC) definiu em R\$ 1.451 o valor do piso nacional do magistério, um aumento de 22,2% em relação a 2011.

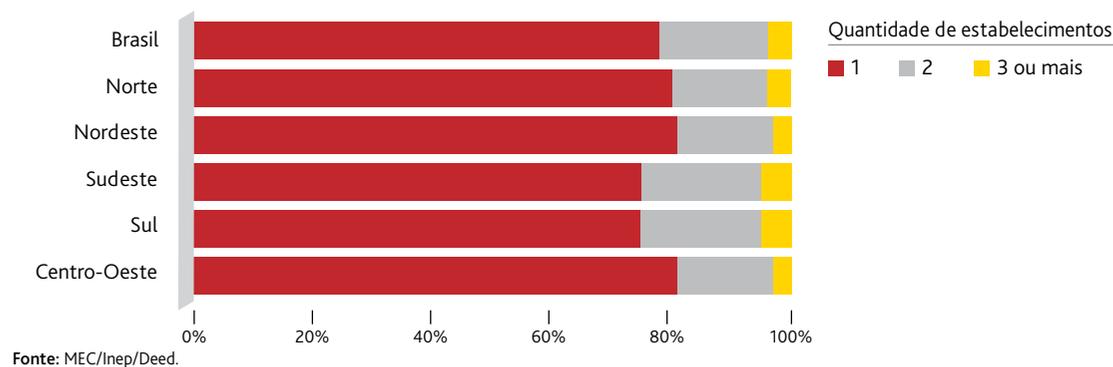
Número de funções docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – Por etapa de ensino

	Total de docentes	Quantidade de Estabelecimentos		
		1	2	3 ou mais
Ed. Básica	2.045.351	77,8%	18,2%	4,0%
Creche	163.148	98,4%	1,5%	0,1%
Pré-Escola	265.000	96,7%	3,1%	0,2%
EF - Anos Iniciais	724.542	91,3%	8,1%	0,5%
EF - Anos Finais	793.891	82,1%	15,4%	2,5%
Ensino Médio	488.528	84,7%	12,3%	3,0%
Ed. Profissional	68.200	93,3%	5,9%	0,8%
Ed. Especial	28.366	97,9%	2,1%	0,0%
EJA	259.367	95,0%	4,6%	0,4%



Número de funções docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – Por região

Educação Básica	Total de docentes	Quantidade de estabelecimentos		
		1	2	3 ou mais
Brasil	2.045.351	77,8%	18,2%	4,0%
Norte	176.195	80,9%	15,6%	3,5%
Nordeste	603.360	81,0%	16,1%	3,0%
Sudeste	820.375	75,5%	20,0%	4,6%
Sul	298.736	74,2%	20,4%	5,3%
Centro-Oeste	146.685	81,2%	16,0%	2,7%



Número de Professores na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam

Educação Básica	Total de docentes	Quantidade de Estabelecimentos		
		1	2	3 ou mais
Região Norte	176.195	80,9%	15,6%	3,5%
Rondônia	16.502	81,7%	15,7%	2,6%
Acre	10.011	83,0%	15,7%	1,3%
Amazonas	38.371	77,8%	20,4%	1,9%
Roraima	6.587	86,9%	12,5%	0,5%
Pará	76.853	78,0%	16,0%	6,0%
Amapá	10.092	91,4%	7,9%	0,7%
Tocantins	17.779	90,4%	8,7%	1,0%
Região Nordeste	603.360	81,0%	16,1%	3,0%
Maranhão	92.916	80,4%	16,8%	2,8%
Piauí	45.563	74,4%	19,5%	6,2%
Ceará	87.915	81,6%	15,4%	3,0%
Rio Grande do Norte	34.730	80,5%	16,1%	3,4%
Paraíba	46.127	79,2%	17,6%	3,2%
Pernambuco	89.434	81,3%	16,0%	2,7%
Alagoas	32.383	80,4%	15,8%	3,8%
Sergipe	21.976	76,5%	19,0%	4,5%
Bahia	152.316	84,1%	14,2%	1,7%
Região Sudeste	820.375	75,5%	20,0%	4,6%
Minas Gerais	219.126	78,3%	19,5%	2,2%
Espírito Santo	38.618	71,8%	23,3%	4,9%
Rio de Janeiro	149.447	69,5%	22,0%	8,5%
São Paulo	413.184	76,4%	19,1%	4,4%
Região Sul	298.736	74,2%	20,4%	5,3%
Paraná	115.118	71,7%	20,8%	7,5%
Santa Catarina	69.421	78,2%	17,5%	4,3%
Rio Grande do Sul	114.197	74,4%	21,8%	3,8%
Região Centro-Oeste	146.685	81,2%	16,0%	2,7%
Mato Grosso do Sul	26.501	69,7%	24,6%	5,7%
Mato Grosso	33.135	78,7%	18,6%	2,7%
Goiás	59.357	83,4%	14,3%	2,3%
Distrito Federal	27.692	90,6%	8,5%	0,9%

Fonte: MEC/Inep/DEED.



Aula de artes em escola de Belo Horizonte (MG)

Muito se fala sobre a valorização dos profissionais de Educação — que é um dos pilares da qualidade de ensino socialmente referenciada, ao lado do financiamento e da gestão democrática. Falar de valorização implica aprimorar a formação inicial, a formação continuada, a definição de um piso salarial e, também, da carreira do professor.

Uma carreira bem estruturada tem uma virtude principal: permite que o profissional de Educação projete o seu futuro, tenha perspectiva de trabalho e de vida. Contudo, há ainda muito a avançar na construção de uma carreira, a começar pelo fato de que temos no Brasil uma estrutura educacional que permite 5.565 sistemas municipais de ensino, 26 sistemas estaduais, mais um do DF e mais um federal. Cada um deles tem autonomia para gerenciar seu pessoal.

A carreira pressupõe que o ingresso se dê por concurso, que o trabalho seja valorizado e que seja levado em conta o que o professor produz, o que ele cria. Precisamos lembrar que as escolas públicas se caracterizam por uma grande diversidade de contextos e as chamadas boas práticas educativas não vêm prontas, precisam ser criadas pelos professores. Isso também deve ser reconhecido para que o professor se sinta valorizado dando aula.

Há outro ponto essencial a ser enfrentado quando a questão é a carreira. Hoje, na maior parte dos planos existentes, para que os professores avancem na carreira, cheguem a postos mais altos e ganhem mais, eles necessariamente têm de sair da sala de aula, tornando-se supervisores, coordenadores ou diretores. Muitas vezes, um ótimo professor alfabetizador deixa a sala de aula para ser um diretor mediano. Seria muito melhor que tivesse continuado como docente. Por isso, um plano de carreira precisa ser aberto, permitindo que todos possam alcançar as referências superiores, mesmo que queiram ficar a vida inteira na sala de aula. Nesse modelo, quem se interessar em mudar, sair da sala, poderá mudar — mas também quem quiser continuar sendo professor poderá assim mesmo progredir. Temos de derubar muitos tabus para que a sociedade compreenda que todos têm papéis importantíssimos na escola, ainda que desempenhem funções diferentes.

Isso vale também para as promoções. O professor tem de ser incentivado a progredir, a criar maneiras de trabalhar que permitam aos alunos melhor aprendizagem, tanto no que se refere ao domínio dos conteúdos curriculares como nos aspectos formativos mais amplos da cidadania. Nesse contexto, a titulação deve, sim, ser valorizada. Na medida em que o professor for buscando aperfeiçoamento, isso precisa ser valorizado. No âmbito do CNTE, defendemos que a diferença salarial entre os professores que têm nível médio e os universitários precisam ser de pelo menos 50% para estimular que haja aperfeiçoamento.

Outro ponto importante a ser considerado na proposição de um bom plano de carreira é a visão sobre todos os profissionais da Educação. Na escola, não é apenas o professor que educa. Cada profissional que atua na escola — a merendeira, o porteiro, o inspetor — possui

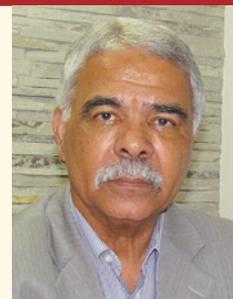
um papel educativo, e seu papel não pode ser equiparado ao de profissionais que exercem funções semelhantes, em outros contextos, como nas empresas. Imagine-se, por exemplo, um segurança que apanhe um garoto pulando o muro da instituição. Na empresa, será tratado como um infrator; na escola, o olhar é o da medida socioeducativa, do diálogo sobre regras, da Educação. É preciso lembrar, inclusive, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação já traz embaçamento legal para que haja uma carreira única na Educação na qual todos os profissionais possam evoluir, na medida de sua qualificação.

O plano de carreira deve ainda levar em conta outro aspecto fundamental para a qualidade de ensino e para a perspectiva profissional do educador: a jornada. O professor divide seu tempo em jornadas. É isso que define o piso salarial, por exemplo. Contudo, uma vez que existe a perspectiva de ampliação do tempo escolar para um número crescente de redes, é preciso ressaltar o quanto é importante que se possa fixar o docente na escola, criando vínculos com o aluno e com a comunidade.

O professor não pode mais ficar sujeito, como fica hoje, aos sobressaltos de uma escolha de aula, sem saber para onde vai, ano a ano. Há unidades da federação que permitem que o mesmo professor dê até 64 aulas semanais, o que obviamente é inviável, desgastante e impede um trabalho mais individualizado com os alunos e um trabalho de longo prazo. Na realidade de hoje, há uma grande rotatividade de professores e muita instabilidade gerada por isso. Se conseguirmos fixar o professor na escola, em uma jornada única, isso permitiria grandes avanços, sobre todos os pontos de vista, inclusive do ponto da gestão democrática. Com muita frequência, o professor participa da construção de um projeto político pedagógico em um ano e no outro está longe, em outra escola.

Em torno de todas essas questões que envolvem o Plano de Carreira, há um tema de fundo: hoje, os professores não têm perspectivas de futuro e vivem aos sobressaltos. Precisamos de tranquilidade, o que não é para nós sinônimo de acomodação. Precisamos ter condições de nos aprimorarmos sempre, e carreira precisa refletir isso. Não há nenhum problema com a avaliação – mas é preciso que se leve em conta todo o contexto em que o ensino é oferecido: as condições materiais de trabalho, a situação social, o papel de todos os gestores da rede e do sistema. Não há mérito nenhum em dizer que o culpado é sempre o professor.

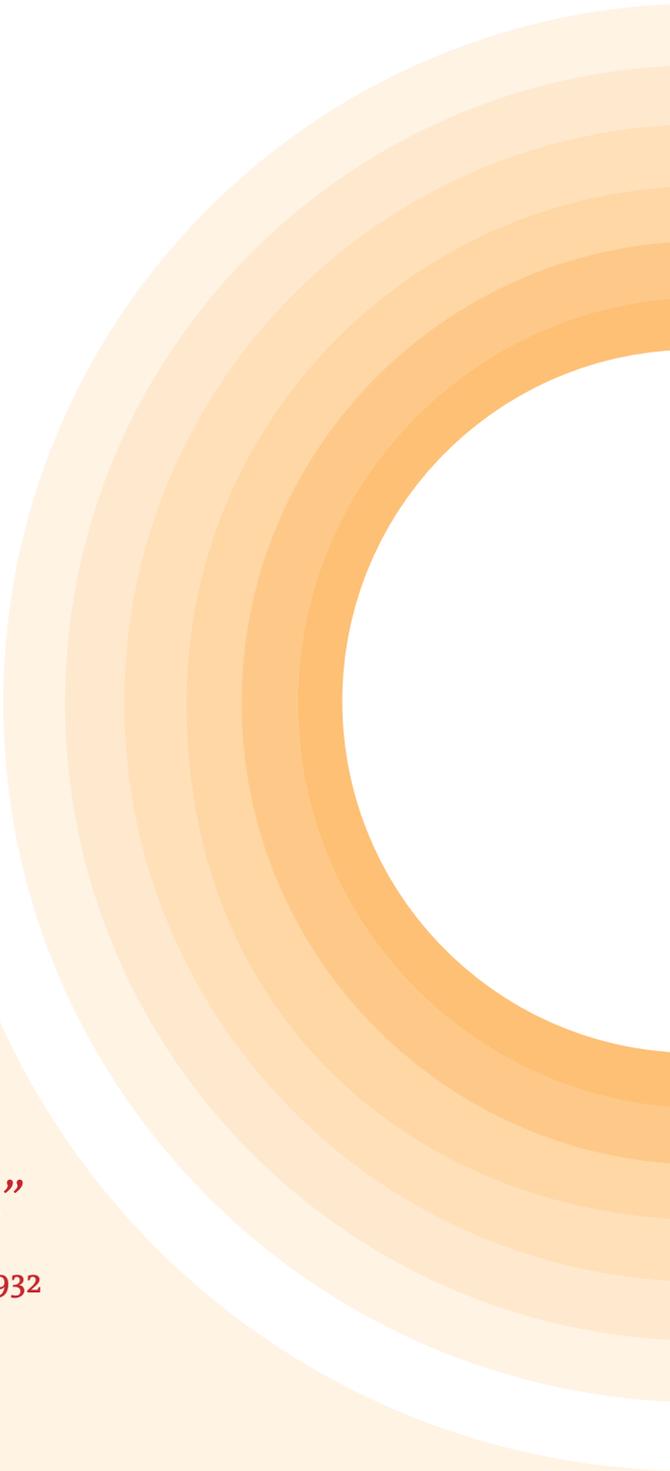
Evidentemente, a discussão da valorização do professor se entrecruza com outras, contempladas no Plano Nacional de Educação — entre elas, principalmente, a do financiamento público. A meta 17 estabelece, por exemplo, que o salário médio deve se equiparar ao de profissionais de mesma formação. Hoje, estamos muito longe disso. Mais do que encontrar fontes de financiamento, como os famosos royalties do petróleo, é preciso definir o seu uso — senão veremos pirâmides, monumentos e pouco investimento de fato em qualidade na Educação.



Roberto Leão

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

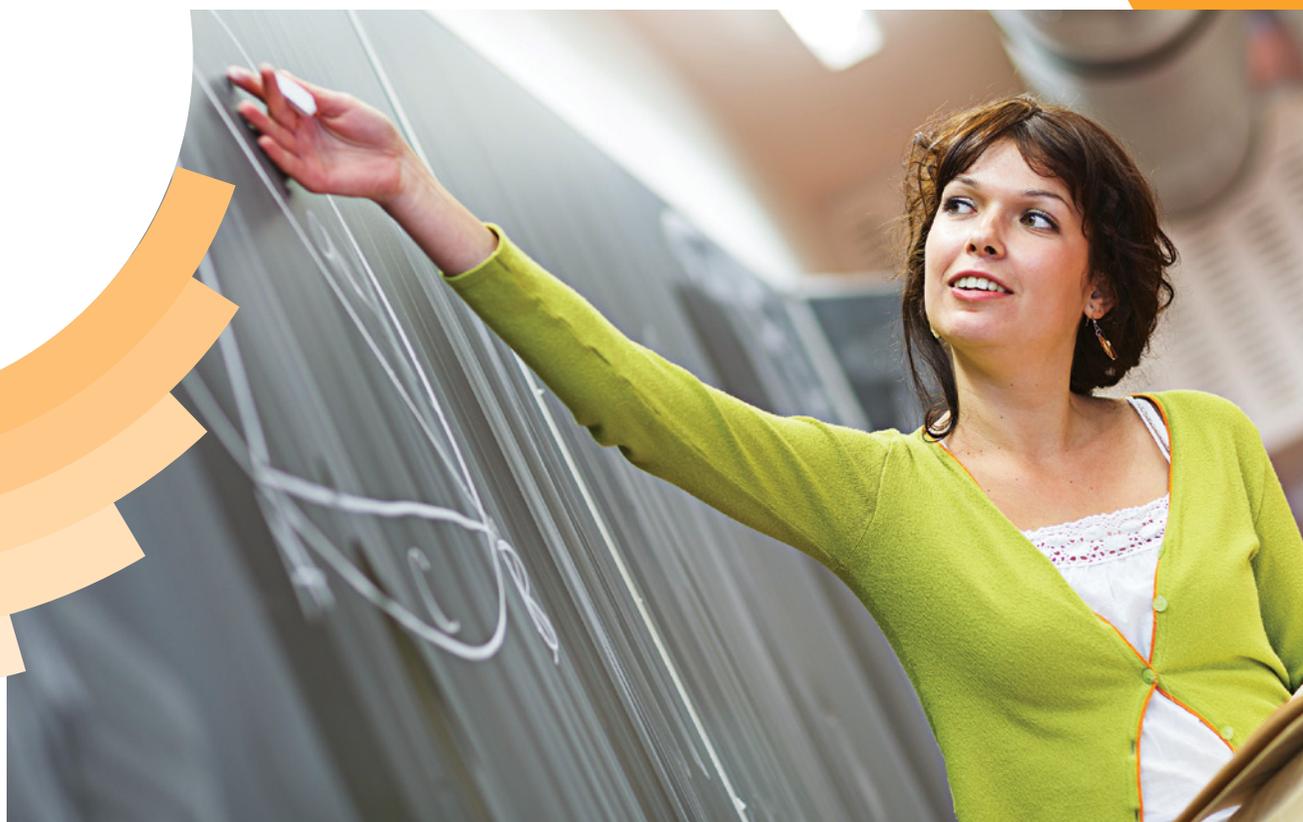
“Se conseguirmos fixar o professor na escola, em uma jornada única, isso permitiria grandes avanços, sobre todos os pontos de vista, inclusive do ponto da gestão democrática.”



“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no País a máquina que prepara as democracias. Esta máquina é a escola pública.”

Anísio Teixeira, no Manifesto dos Pioneiros, 1932

GESTÃO E FINANCIAMENTO



Em seus dois capítulos finais, o PNE trata de dois temas cruciais para o sucesso do plano: a gestão e o financiamento. Sem mecanismos que promovam e consolidem o regime de colaboração entre União, Estados e municípios, estimulem a participação social e garantam a provisão de recursos para as metas estabelecidas, as possibilidades de plena implementação ficarão comprometidas.

GESTÃO

METAS DO PNE

Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

O aprimoramento da gestão democrática das escolas públicas integra o Plano Nacional de Educação. O termo comporta diferentes dimensões: pressupõe a participação efetiva da família, a inserção da comunidade escolar no entorno, a autonomia de gestão da escola, inclusive com a possibilidade de escolha de diretores, a formação de redes intersetoriais, entre outros aspectos. No Brasil, embora haja um claro avanço institucional, com o crescimento dos conselhos municipais de Educação, entre outras instâncias participativas, ainda há pouca eficácia na atuação dessas estruturas.

76,2%
dos municípios
brasileiros possuem
conselhos escolares

48%
dos municípios
não possuem uma
Secretaria exclusiva
para a Educação

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011.

Percentual de municípios com Secretaria Municipal exclusiva para a Educação, segundo as grandes regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2006/2011

	2006	2009	2011
Brasil	26,3	43,1	52
Norte	28,3	53,9	59,5
Nordeste	22,3	44,2	56,4
Sudeste	37,2	51,2	61,6
Sul	19,5	29,4	32,1
Centro-Oeste	17,8	34,3	44,8
População			
Até 5 mil habitantes	16,3	28,6	38,3
De 5.001 a 10 mil habitantes	17,1	34,1	43,7
De 10.001 a 20 mil habitantes	23,6	42,8	51,8
De 20.001 a 50 mil habitantes	36,4	53,7	65,7
De 50.001 a 100 mil habitantes	52,7	70,6	74,4
De 100.001 a 500 mil habitantes	64,9	79,4	82,4
Mais de 500 mil habitantes	66,7	87,5	89,5

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011.

Percentual de municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação, segundo as regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2011

Grandes regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação (%)			
	Conselho de Controle do Fundeb	Conselhos Escolares	Conselho de Alimentação Escolar	Conselho de Transporte Escolar
Brasil	98,1	76,2	95,3	24,6
Norte	97,3	68,2	92,2	20,5
Nordeste	97,9	83,8	96	20,5
Sudeste	98,1	76,7	94,8	22,7
Sul	98,1	63,8	95,3	26,1
Centro-Oeste	99,8	84,8	97,2	47,2
População				
Até 5 mil habitantes.	97,5	70,9	95,2	27,3
De 5.001 a 10 mil habitantes	98,3	72,2	95,2	23,8
De 10.001 a 20 mil habitantes	98,3	76,2	95,4	24,7
De 20.001 a 50 mil habitantes	98	81	95,3	24,4
De 50.001 a 100 mil habitantes	99,7	86,7	95,4	23,1
De 100.001 a 500 mil habitantes	98,8	87,8	95,1	18
Mais de 500 mil habitantes	97,4	94,7	100	7,9

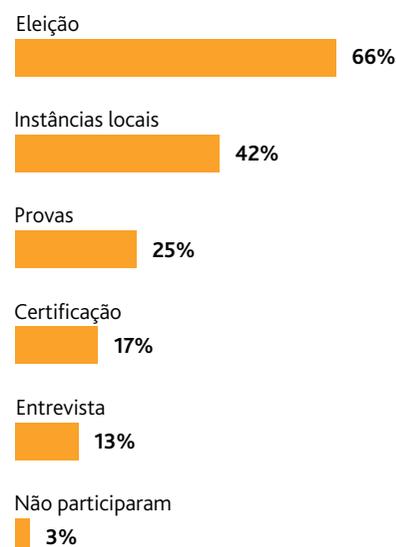
Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011.

Percentual de municípios com Conselho Municipal de Educação, segundo as grandes regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2006/2011

	2006	2009	2011
Brasil	67,6	79,1	84,8
Norte	41,6	58,4	65
Nordeste	59	75,8	84
Sudeste	80,9	87,2	90
Sul	72,4	81,9	88
Centro-Oeste	65,5	76	79,8
População			
Até 5 mil hab.	65,2	78,5	82,3
De 5.001 a 10 mil habitantes	62,4	73,3	80,8
De 10.001 a 20 mil habitantes	64,2	77,4	83,5
De 20.001 a 50 mil habitantes	71,8	82,5	88,6
De 50.001 a 100 mil habitantes	80,4	89,6	92
De 100.001 a 500 mil habitantes	88,7	92,3	96,7
Mais de 500 mil habitantes	94,4	100	100

Fonte: Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2011.

Modalidades de seleção de diretores por sistema estadual de ensino

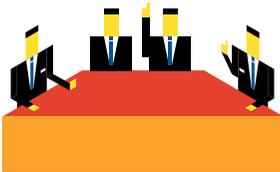


Fonte: Pesquisa "Práticas de Seleção e Capacitação de Diretores Escolares". FVC, 2010. Baseada em respostas de 24 Secretarias de Estado da Educação.

O CAMINHO DE UM PROJETO

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA O SENADO

(pode ocorrer o caminho oposto)



1. O projeto é proposto pelos deputados, senadores, Poder Executivo, Procuradoria Geral da República, Supremo Tribunal Federal (STF) ou por grupos de cidadãos.

2. O texto é analisado por comissões ou por uma comissão especial. Em regime de urgência, vai para votação em plenário. Na tramitação regular, é analisado pelas comissões. Se aprovado nas comissões segue para o Senado (ou Câmara, se iniciou no Senado), ou a partir de requerimento de parlamentares pode seguir para plenário.

3. Aprovado pelo plenário, o projeto segue para o Senado (ou Câmara).

Projetos de iniciativa popular

Há dois caminhos para que os cidadãos apresentem seus projetos:

1. Abaixo-assinado

É preciso reunir assinaturas de 1% dos eleitores do País, cerca de 1,3 milhão de pessoas, em 2011. As assinaturas devem vir de pelo menos cinco unidades da federação, reunindo o mínimo de 0,3% do eleitorado de cada UF.

A Lei da Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados por crimes graves, nasceu de um projeto de iniciativa popular que chegou à Câmara dos Deputados em 2009, subscrito por 1,3 milhão de eleitores, o mínimo da época.

2. Entidades Civis

Associações comunitárias, organizações não-governamentais, órgãos de classe, sindicatos e outras entidades civis podem enviar propostas de leis para a Comissão de Legislação Participativa (CLP). As propostas aprovadas são transformadas em projetos de lei que são apresentados pela CLP à Mesa Diretora da Câmara.

A CLP detalha os requisitos para que entidades enviem propostas em seu *site*, <www.camara.gov.br/clp>. Modelos para redigir propostas também estão disponíveis lá.

Este infográfico explica a tramitação de um Projeto de Lei, mas há outras proposições legislativas importantes, com diferentes caminhos de tramitação, como é o caso da Medida Provisória (MP) e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Pelo caminho da MP, tramitaram, por exemplo, a Lei que instituiu o Fundeb. Já pela via da PEC, foi criado o Fundef.

O EXEMPLO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) é um exemplo da importância das comissões especiais. Na Câmara dos Deputados, a previsão inicial era que o PNE fosse apreciado pelas comissões de Educação e Cultura, Finanças e Tributação e Constitui-

ção e Justiça e de Cidadania. Uma vez criada a comissão especial (em março de 2011), ela passou a ser a única instância de análise.

Outro aspecto a ser observado: cada vez mais as comissões, temáticas ou especiais, exercem seu poder terminativo, ou seja, uma

APROVAÇÃO NO SENADO



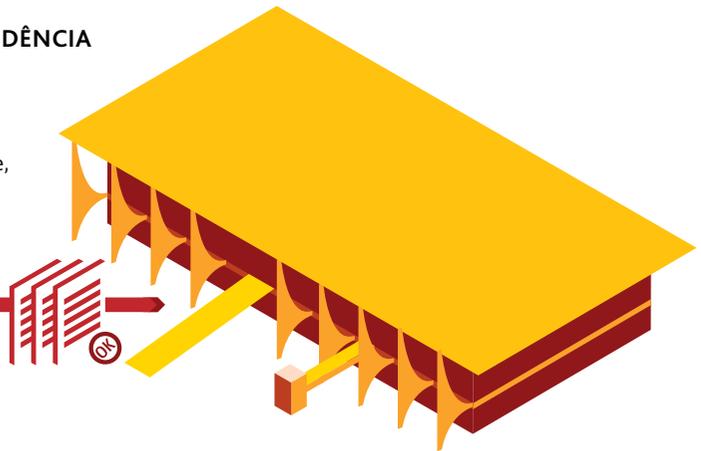
4. O texto passa por comissões do Senado (ou Câmara).

5. Pode ser aprovado em votação terminativa nas comissões e, se não houver mudanças, seguir para sanção presidencial, ou ser submetido a votação no plenário.

6. Caso os senadores façam alterações, o texto volta para análise da Câmara, que aceita ou rejeita as mudanças.

SANÇÃO DA PRESIDÊNCIA

7. Após aprovação no plenário no Senado (ou Câmara), o projeto segue para o presidente, que pode sancionar, vetar parcial ou integralmente.



Votos para aprovação no Congresso



Projetos de lei

Maioria simples de deputados e senadores, em um turno.



Medidas provisórias

Maioria simples de parlamentares, em um turno.



Emenda à Constituição

3/5 de deputados e senadores, em dois turnos.

vez um projeto seja aprovado em caráter terminativo em uma comissão, não precisa ir a plenário. Se isso acontecer em uma comissão da Câmara, o projeto vai direto ao Senado, ou vice-versa. O PNE foi apresentado pelo MEC ao Congresso e é composto

por 20 metas que deverão guiar as ações dos governos municipais, estaduais e federal na próxima década. Na primeira fase de discussões, recebeu quase 3 mil emendas, sugeridas principalmente por grupos e entidades ligadas à Educação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC



Órgãos vinculados

- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- IBC - Instituto Benjamin Constant
- Ines - Instituto Nacional de Educação de Surdos
- Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco
- Colégio Pedro II

- Vinculação
- Subordinação

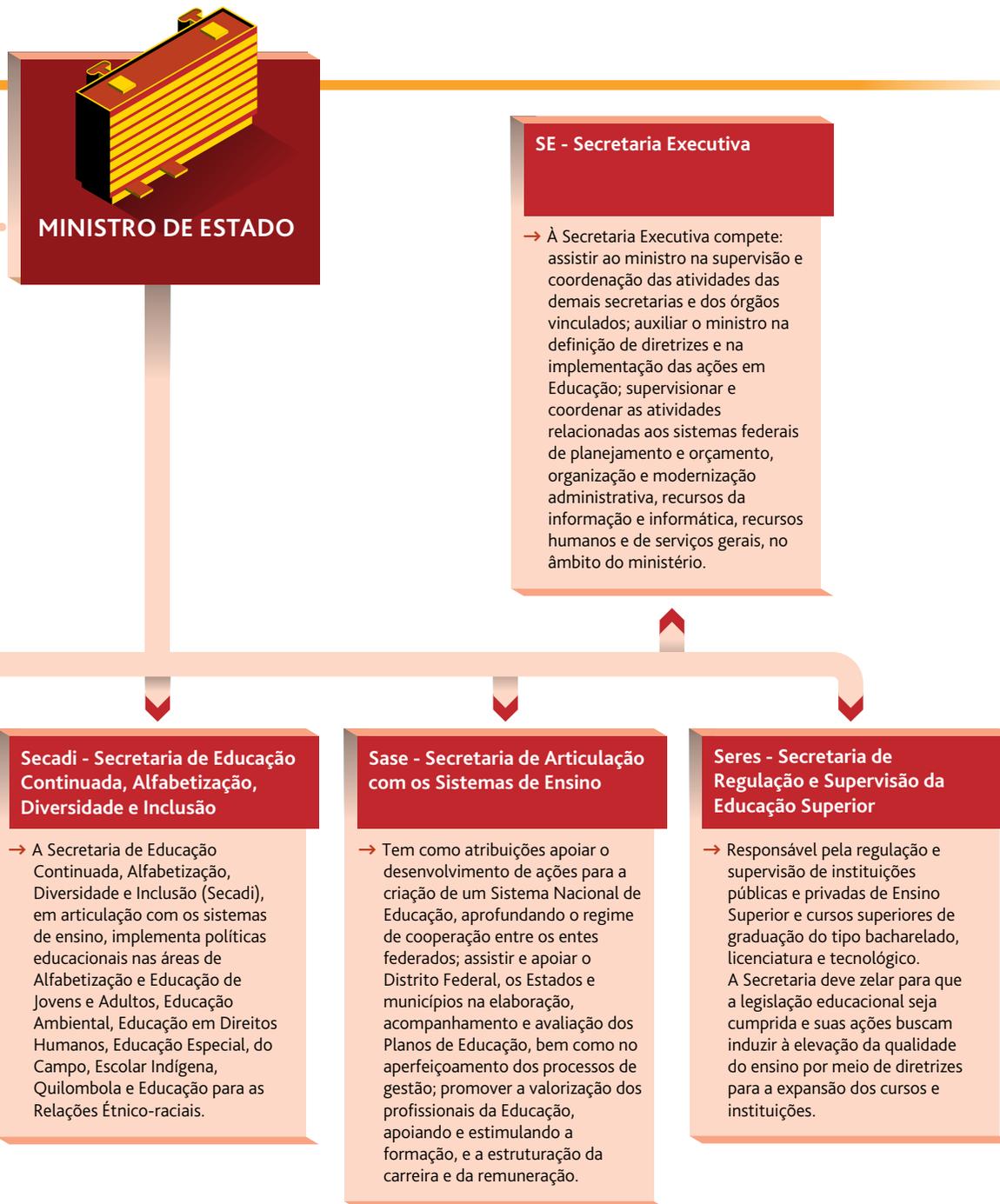


ENTENDA A ESTRUTURA DO MEC

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que só foi ganhar sua sigla atual em 1953. Suas atividades iniciais incluíam saúde, esporte, Educação e meio ambiente. Antes da criação do ministério, a Educação era responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. O MEC atualmente está organizado funda-

mentalmente com base em suas secretarias, por meio das quais exerce suas funções primordiais previstas na Constituição de 1988.

A Secretaria de Educação Básica (SEB) atua em relação à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, principalmente no que diz respeito a políticas públicas orientadoras.



Na outra ponta, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) é responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, supervisão e desenvolvimento das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior (Ifes) e a supervisão das

instituições privadas também são de responsabilidade da Sesu. Destacam-se ainda órgãos vinculados ao MEC, como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Qual a relação entre Educação de qualidade e democracia, aqui entendida como lugar sociopolítico no qual todas as pessoas definem os caminhos da política e da sociedade? A pergunta remete aos processos de constituição da democracia em nosso País.

Espera-se que democracia — o governo do povo — resulte de uma construção popular. No Brasil, porém, ela chegou pronta, outorgada pelos governantes a uma população postada marginalmente. As discussões em torno de justiça social, liberdade e voto sempre interessaram mais a minoritários grupos letrados, influenciados por ideais românticos e libertários importados.

Revisitemos a história. Foram os jesuítas, a partir do século 16, os primeiros a educar brasileiros (apenas os indígenas). Já naquela época, o foco era restrito a uma Educação secundária. Duzentos anos depois, o primeiro retrocesso se deu com a expulsão do grupo religioso.

Somente em 1808, com a vinda da família real, novas instituições surgiram, mas o ensino primário continuava desprezado. Com a independência do país, em 1822, a corte imperial esboçou um plano que contemplava pela primeira vez a Educação primária para todos, mas o projeto não vingou.

Como tentativa de corrigir esse equívoco histórico, o governo imperial impôs às províncias, em 1834, a responsabilidade sobre os primeiros anos de escolaridade, situação que se manteve após a Proclamação da República, em 1889. Mesmo assim, o país permaneceu carente de uma política que visasse universalizar todo o Ensino Fundamental. Ampliou-se o fosso entre os que podiam pagar pela Educação e os que não tinham condições.

Na década de 1920, educadores como Anísio Teixeira e Almeida Júnior tentaram redefinir o papel do Estado na Educação, avanço que seria barrado pelo Estado Novo, imposto em 1937. Só em 1945, com muita dificuldade, aprovou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que criou o Conselho Federal de Educação e abriu espaço para campanhas de alfabetização de adultos e proposições para a educação universal gratuita. O golpe de 1964 frearia esse processo por mais duas décadas. Apenas com a Constituição de 1988, finalmente, se definiu a universalização do Ensino Fundamental e o comprometimento com a erradicação do analfabetismo.

A realidade é que, aos poucos (e recentemente), crescemos com experiências como as Diretas Já e outros momentos que contribuíram para nossa aprendizagem democrática. Mas sempre foi mínima a influência popular nas decisões em torno da Educação pública.

Tal revisão se faz necessária para compreender o conceito e a necessidade da gestão democrática. A definição de gestão é associada à área da administração, com enfoque no monitoramento, no controle e na estruturação dos espaços organizacionais. Ampliamos a visão desse significado quando associamos a ele os contextos democrático e educacional. Gestão democrática é compreendida aqui como processo de mobilização e de engajamento social da comunidade educacional.

Para que se estabeleça esse modelo, é preciso alinhar ações formativas de âmbito pedagógico às estratégias de acompanhamento e à gestão de propostas nascidas em fóruns permanentes de Educação. Tal processo terá de ocorrer por meio da participação de pessoas autônomas, capazes de garantir um processo de construção fomentado pela escola, respeitando e articulando pais, comunidade e governantes. Autonomia, não custa alertar, implica responsabilidade e interdependência.

Sérgio Niza, um dos criadores do Movimento da Escola Moderna, em Portugal, nos incentiva a refletir sobre o lugar do conhecimento e da organização no espaço escolar. Como devemos estruturá-los de forma cooperativa e colaborativa, indaga-nos o autor, na reflexão que faz acerca do espaço público que é a escola. Para responder, é preciso um esforço coletivo de “mistura” de ideias e proposições que não serão nem de um nem do outro, mas que estarão a serviço da comunidade.

O ambiente que proporciona essa “mistura” é a rede colaborativa. Trabalhando em rede, tornamos observável o fio que conecta e inter-relaciona pessoas, profissionais, escolas e municípios em torno do objetivo de aprimorar a qualidade da Educação pública. A rede constitui-se como espaço democrático, de participação, parceria e horizontalidade, que fortalece o coletivo. Nesse sentido, creio ser essencial para o êxito da gestão democrática:

- 1) Partir da mobilização e da convocação de vontades, por meio da busca de afinidades e de intenções objetivas e do anúncio de resultados concretos. Para isso, é preciso organizar fóruns, núcleos, campanhas que mantenham a mobilização viva, envolvendo todos os atores na construção de uma causa.
- 2) Diagnosticar, planejar e criar soluções em conjunto, prevendo a incorporação de novos integrantes. É por esse caminho que as ações respondem às necessidades educativas reais, considerando as características de cada região, município e escola. É também assim que o projeto dá à comunidade a consciência de que os resultados são produto de seu próprio esforço, e não da imposição externa.
- 3) Fortalecer cada elo da rede na sua identidade e capacidade de funcionamento: gestores públicos podem revisar seu papel, secretarias municipais podem aprimorar sua organização e funcionamento.
- 4) Definir procedimentos claros de mediação, gestão, acompanhamento, avaliação permanente e, igualmente importante, investir nas relações, nos momentos presenciais e nas pessoas.
- 5) Legitimar o projeto. A comunicação e o estímulo à participação de pais e comunidade são essenciais. O investimento na cidadania educacional convoca a participação da população independentemente das identidades políticas.



Cybele Amado de Oliveira,
presidente do Instituto
Chapada.

***“Autonomia, não
custa alertar, implica
responsabilidade e
interdependência.”***

FINANCIAMENTO

METAS DO PNE

Ampliar o investimento governamental em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

O tema do financiamento sempre esteve presente nas discussões sobre os rumos da educação no Brasil. Pelo menos desde a Constituição de 1988, aconteceram avanços importantes, seja na fixação de porcentagens obrigatórias do orçamento de investimento em Educação, seja na definição de mecanismos de distribuição de recursos, como o Fundef, em 1996, e o Fundeb, em 2007.

Há um claro consenso da insuficiência dos recursos diante do tamanho dos desafios a serem enfrentados pelo Brasil e, com a construção do novo Plano Nacional de Educação, a discussão voltou com força. Diferentes setores da sociedade civil organizada defendem a elevação da porcentagem do PIB investida em Educação — índice que passou a ser uma determinação constitucional a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

As propostas variam de uma elevação dos atuais 5,3% (segundo dados oficiais) para 7,5%, como defendido pelo governo, até uma meta ambiciosa de 10%, o que provocou uma reação da área econômica do governo e originou a proposta de destinar a totalidade dos *royalties* futuros da exploração do petróleo na camada pré-sal para a Educação (*veja boxe*).

No cenário atual, é preciso haver mudanças de patamares de índices, mas sobretudo da cultura da administração pública. É preciso que, do ponto de vista da formulação das políticas econômicas, a Educação não seja vista mais como despesa, mas sim como um investimento crucial e urgente diante das pretensões de desenvolvimento brasileiro, em todos os campos.

Ao mesmo tempo, é preciso aumentar a racionalidade dos gastos, para garantir que os recursos cheguem até a escola, valorizando o professor, provendo condições adequadas de funcionamento para as instituições de ensino e garantindo todos os insumos necessários para que o aluno efetivamente aprenda.

Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação por nível de ensino em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Brasil – 2000-2010

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Básica	Educação Superior	Todos os Níveis de Ensino
		Da 1ª à 4ª séries ou Anos Iniciais	Da 5ª à 8ª séries ou Anos Finais				
2000	0,3	1,3	1,1	0,5	3,2	0,7	3,9
2001	0,3	1,3	1,1	0,6	3,3	0,7	4,0
2002	0,3	1,5	1,1	0,4	3,3	0,8	4,1
2003	0,3	1,3	1,0	0,5	3,2	0,7	3,9
2004	0,3	1,3	1,1	0,5	3,2	0,7	3,9
2005	0,3	1,4	1,1	0,4	3,2	0,7	3,9
2006	0,3	1,4	1,3	0,6	3,6	0,7	4,3
2007	0,4	1,5	1,4	0,6	3,8	0,7	4,5
2008	0,4	1,5	1,5	0,7	4,0	0,7	4,7
2009	0,4	1,6	1,6	0,7	4,2	0,7	5,0
2010	0,4	1,6	1,5	0,8	4,3	0,8	5,1
2011	-	-	-	-	-	-	5.3*

* Valor divulgado em nota do Ministério da Educação. Acesse: <<http://portal.mec.gov.br>> e digite na busca: investimentos em relação ao PIB crescem a cada ano.

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1 Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras.
- 2 Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado.
- 3 Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado).
- 4 A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu).
- 5 Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- 6 Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados, na área educacional, os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- 7 Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado, como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada Estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- 8 A partir de 2006, utilizou-se, como fonte de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- 9 Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf/STN) para todos os anos.
- 10 Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para compreender a discussão sobre o estágio atual dos investimentos, não basta olhar os números brutos. É preciso também ver o gasto realizado em cada segmento de ensino. Hoje, o investimento na Educação Básica corresponde a 4,3% do PIB, ante os 3,2% registrados no ano de 2000. Nesse período, o gasto no Ensino Superior passou de 0,7% do PIB para 0,8%.

O aumento do volume total de recursos públicos destinados à Educação tem como um dos efeitos positivos a diminuição da distância entre o investimento por aluno da Educação Superior em relação ao gasto da Educação Básica, sem que essa diminuição tenha significado menos recursos para o ensino universitário.

Estimativa do investimento público direto em Educação em R\$ por estudante, por nível de ensino, com valores corrigidos para 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e a proporção do investimento público por estudante da Educação Superior sobre o investimento público por estudante da Educação Básica
Brasil – 2000-2010

Ano	Todos os Níveis de Ensino	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Proporção da Educação Superior sobre a Educação Básica (Estudante)
				Da 1ª à 4ª séries ou Anos Iniciais	Da 5ª à 8ª séries ou Anos Finais			
2000	1.842	1.533	1.753	1.508	1.539	1.462	16.948	11,1
2001	1.907	1.590	1.583	1.491	1.677	1.664	16.750	10,5
2002	1.902	1.575	1.491	1.741	1.616	1.171	15.879	10,1
2003	1.905	1.600	1.716	1.686	1.602	1.344	13.913	8,7
2004	2.016	1.710	1.828	1.810	1.830	1.251	14.085	8,2
2005	2.143	1.815	1.731	2.025	1.929	1.266	14.324	7,9
2006	2.495	2.167	1.873	2.230	2.449	1.732	14.446	6,7
2007	2.886	2.531	2.286	2.660	2.771	2.029	15.313	6,1
2008	3.309	2.908	2.438	3.050	3.254	2.344	16.309	5,6
2009	3.581	3.148	2.411	3.393	3.539	2.474	16.503	5,2
2010	4.087	3.580	2.942	3.859	3.905	2.960	17.972	5,0

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1 Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras.
- 2 Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado.
- 3 Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado).
- 4 A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu).
- 5 Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- 6 Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados, na área educacional, os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- 7 Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado, como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada Estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- 8 A partir de 2006, utilizou-se, como fonte de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- 9 Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf/STN) para todos os anos.
- 10 Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O pré-sal e a Educação

Os recursos do Pré-sal têm sido apontados como uma nova fonte que pode contribuir para o aumento do investimento em Educação em relação ao PIB, para atingir o patamar de 10% ao fim do decênio. É importante entender a discussão que ocorre hoje na Câmara, que acabou por se ligar à distribuição das riquezas do pré-sal, de forma pouco clara para a opinião pública.

Os recursos do petróleo são importantes e contribuiriam para isso, mas não suprem todas as necessidades do financiamento da educação. Considerando que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é da ordem de R\$ 4 trilhões (US\$ 2,5 trilhões), cada ponto percentual corresponde a cerca de R\$ 40 bilhões de reais.

Nos próximos dez anos, estima-se que a produção nacional gere em torno de 400 bilhões de reais em *royalties* e participação — recursos que equivalem a 1% do PIB e

**Estimativa da proporção relativa do investimento público direto em Educação, por nível de ensino
Brasil – 2000-2010**

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Básica	Educação Superior	Todos os Níveis de Ensino
		Da 1ª à 4ª séries ou Anos Iniciais	Da 5ª à 8ª séries ou Anos Finais				
2000	8,6	33,3	26,6	13,0	81,6	18,4	100,0
2001	8,0	31,0	27,8	14,8	81,6	18,4	100,0
2002	7,6	35,5	27,3	10,6	80,9	19,1	100,0
2003	9,0	33,7	26,7	12,5	81,9	18,1	100,0
2004	9,0	33,7	28,4	11,7	82,8	17,2	100,0
2005	8,5	34,8	28,1	11,2	82,5	17,5	100,0
2006	7,7	32,6	31,0	13,2	84,5	15,5	100,0
2007	8,2	32,9	30,5	13,6	85,3	14,7	100,0
2008	7,8	32,5	31,1	13,9	85,2	14,8	100,0
2009	7,2	33,0	31,5	13,4	85,1	14,9	100,0
2010	7,8	32,0	29,9	14,9	84,5	15,5	100,0

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1 Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras.
- 2 Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado.
- 3 Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado).
- 4 A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu).
- 5 Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- 6 Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados, na área educacional, os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- 7 Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado, como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada Estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- 8 A partir de 2006, utilizou-se, como fonte de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- 9 Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf/STN) para todos os anos.
- 10 Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

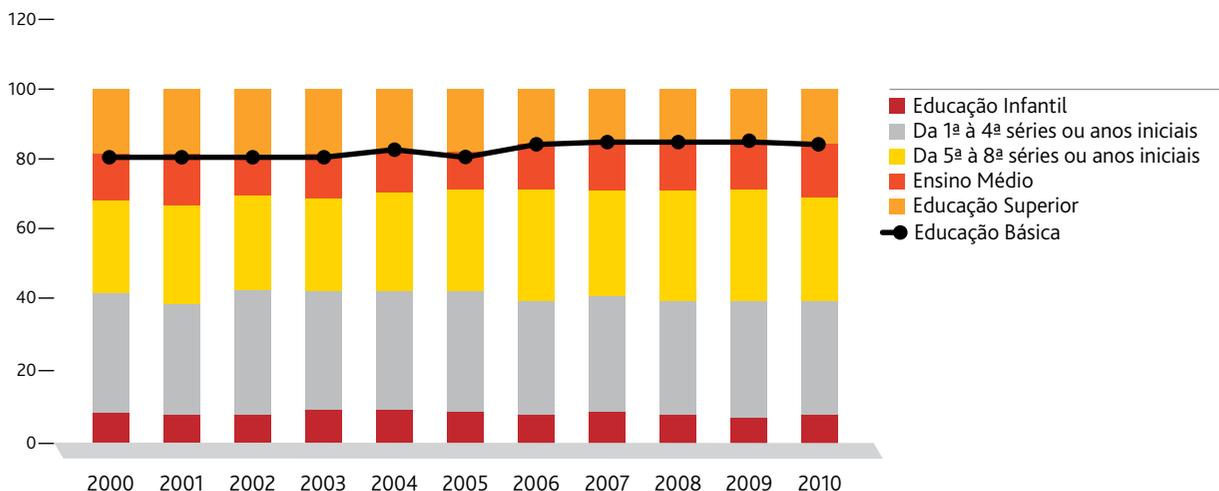
que, sob as regras atuais, não serão direcionados à Educação. O Plano Nacional de Educação, porém, busca o acréscimo de mais 5% do PIB para atingir o patamar de 10%.

Embora não se deva subestimar o fato de que o processo político é cumulativo e é beneficiado pela experiência e construção de acordos políticos na arena legislativa, qualquer definição de distribuição dos recursos do petróleo, parece-nos, deveria ser definida em âmbito constitucional, aprovada por meio de Emenda Constitucional, a partir da fundamentação de que uma distribuição mais equitativa estaria de acordo com os princípios da harmonia e solidariedade federativas.

O pacto federativo é selado pela Constituição. Outro caminho pode se revelar frágil — uma vitória política efêmera, que não garante uma vitória jurídica e sua efetiva concretização.

Paulo Sena, consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Estimativa da proporção relativa do investimento público direto na Educação Básica e no Ensino Superior



Fonte: MEC/Inep/DEED. Elaboração: Todos Pela Educação.

Embora devam ser guardadas ressalvas quanto a generalizações impróprias, as comparações internacionais são importantes para estabelecer parâmetros sobre as prioridades dos países no que se refere à Educação.

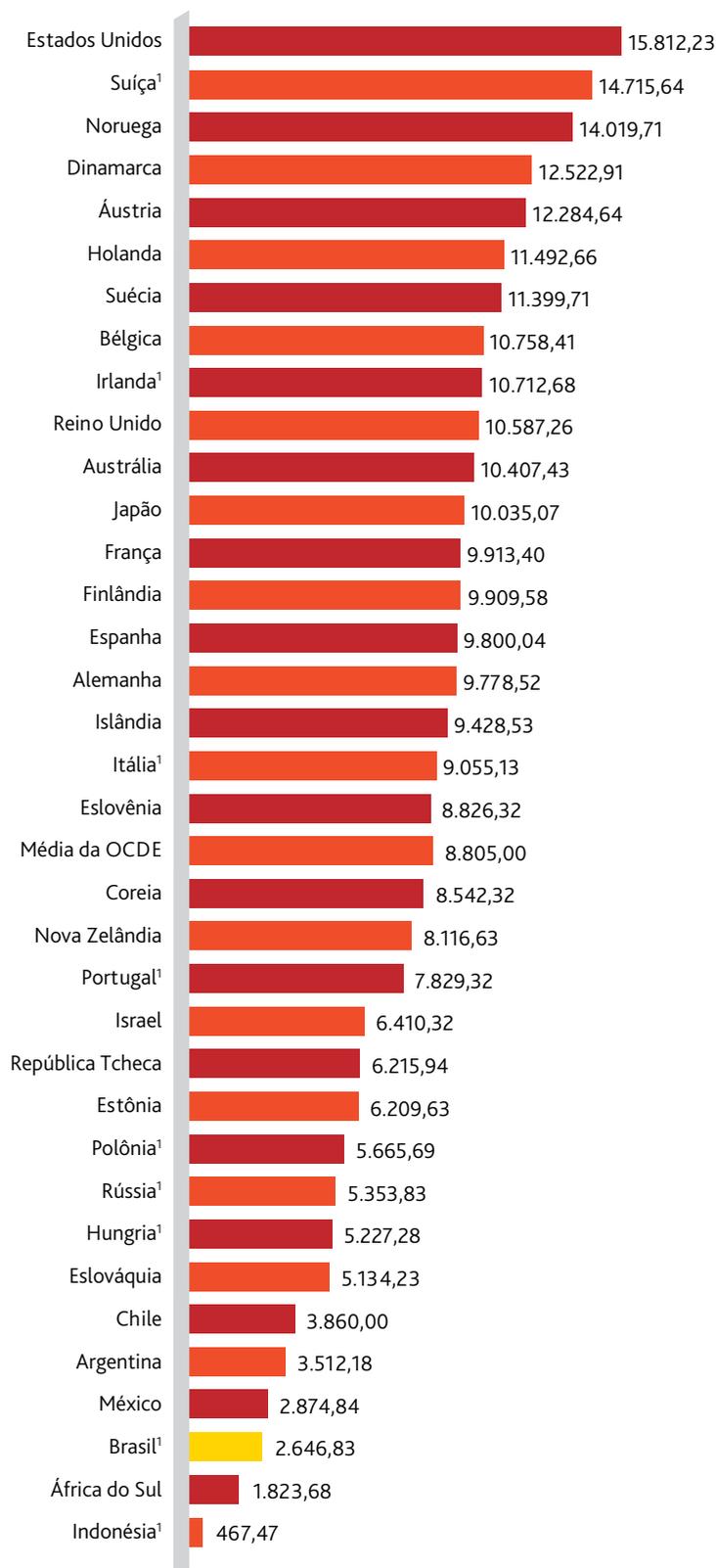
Uma das principais referências nesse campo é o relatório *Education at a Glance*, publicado anualmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que traça uma comparação dos valores investidos por aluno, do Ensino Fundamental ao Superior, em 35 nações.

Embora o Brasil não faça parte dos 34 membros permanentes da OCDE, na maioria formada por países desenvolvidos, o País participa como convidado em determinados feitos pela organização, assim como outras nações relevantes no mundo contemporâneo.

Na tabela da página ao lado, é possível ver que há uma brutal distância entre os valores investidos em Educação, quando se tomam em comparação os países mais bem posicionados no ranking e os últimos — entre eles, o Brasil. Os Estados Unidos são os primeiros colocados, investindo em média US\$ 15.812 ao ano, por aluno. Outros 11 países alocam quantias acima de US\$ 10 mil *per capita* em seus sistemas de ensino. Já o Brasil fica na antepenúltima posição, abaixo de países latino-americanos como Chile, Argentina e México. O Brasil investe menos de um terço do que a média dos países integrantes da OCDE.

São dados impactantes que mostram como o mundo se movimenta em torno da construção de sistemas educativos de alta eficiência.

Gasto anual por estudante, do Ensino Fundamental ao Superior, por serviço em dólares convertidos pela paridade de poder de compra – 2009



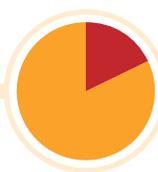
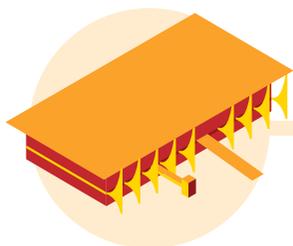
Fonte: Education at a Glance, 2012- OCDE.

¹ Somente instituições públicas

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

De onde saem os recursos

Impostos e o salário-educação alimentam os grandes fundos governamentais que financiam o sistema de ensino público.



Impostos federais

18% dos impostos como IR e IPI são destinados ao financiamento das instituições de ensino público federais, a programas educacionais e para complementar os investimentos em **Educação Básica** de Estados sem arrecadação suficiente.



Impostos estaduais e municipais

Pelo menos **25%** dos recursos arrecadados com impostos municipais e estaduais como IPTU e ICMS, somando-se os repasses federais, são destinados à **Educação Básica**.



Salário-educação

2,5% do recebimento de todos os empregados é destinado ao salário-educação, valor dividido entre União e Estados.

PARA ENTENDER MELHOR

O primeiro passo para acompanhar como se dá o financiamento do ensino público no País é conhecer o que diz a Constituição, que trata do tema no artigo 212: a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Do mesmo modo, o artigo 3º, modificado pela

Emenda Constitucional 59, trata do padrão da qualidade e da equidade, nos termos do Plano Nacional da Educação.

Além de estabelecer percentuais mínimos de investimento na Educação, o texto constitucional introduz um conceito muito importante: as ações de “manutenção e desenvolvimento do ensino”. Encaixam-se nesse conceito, por exemplo, as despesas relacionadas à manuten-

Para onde vão os recursos

→ O Fundeb

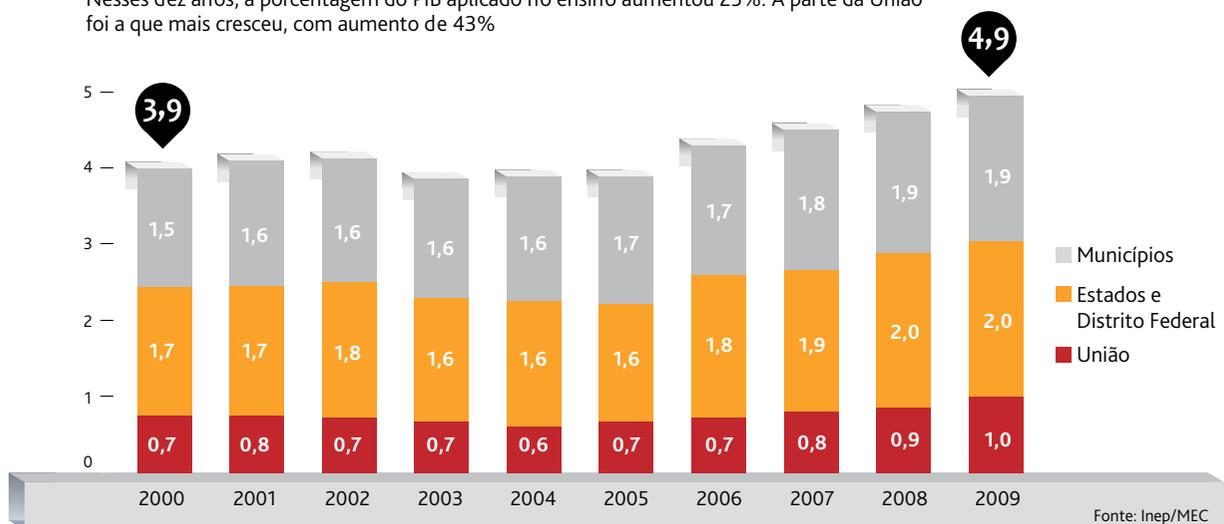
Cada unidade da Federação tem seu Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, para onde vão 20% da receita estadual vinculada à Educação e 20% das receitas municipais de uma cesta de fontes. No mínimo, 60% do Fundeb vai para o pagamento do magistério e o restante financia as atividades das escolas. Quando o Fundo não tem o suficiente para garantir o investimento mínimo por aluno, ele é complementado pela União.

→ O FNDE

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação financia programas como Dinheiro Direto na Escola, Livro Didático e Transporte Escolar.

Investimento Público Direto em Educação por esfera de governo, em % do PIB

Nesses dez anos, a porcentagem do PIB aplicado no ensino aumentou 25%. A parte da União foi a que mais cresceu, com aumento de 43%



ção e ao funcionamento das escolas, à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da Educação e à aquisição de material didático. Não fazem parte, no entanto, programas de alimentação, como a merenda escolar, e de assistência médica.

No esforço de garantir recursos para a Educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é uma

conquista relevante por ter a função de somar e redistribuir, da forma mais equânime possível, entre os Estados e os municípios, parte significativa dos recursos destinados ao ensino. Nesse aspecto, vale lembrar que o grosso dos recursos do Fundeb provém de Estados e municípios, e não da União, como se pensa comumente. A União participa apenas de forma complementar, atendendo a Estados e municípios que não alcancem os valores mínimos.



“Esperar sem esperança é a pior maldição que pode cair sobre um povo. A esperança não se inventa, constrói-se com alternativas à situação presente, a partir de diagnósticos que habilitem os agentes sociais e políticos a serem convincentes no seu inconformismo e realistas nas alternativas que propõem.”

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo

GLOSSÁRIO

A Educação brasileira vem passando por grandes mudanças ao longo das últimas duas décadas. Assim, para compreender melhor os números aqui apresentados, é importante conhecer o significado dos principais termos utilizados. Conceitos como rendimento escolar, alfabetismo funcional, Ideb, Saeb, Prouni, Provinha Brasil, entre outros, fazem parte do contexto atual. Este *Glossário* não tem a finalidade de ser exaustivo, mas sim de apoiar o entendimento das informações contidas neste *Anuário Brasileiro da Educação Básica*.

ABANDONO

Condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo.

ADMITIDO

Aluno recebido por uma escola, por meio de transferência, em determinado ano letivo, após o Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de maio).

ALUNO

Pessoa matriculada que frequenta a escola no Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de maio). O mesmo que educando.

ALUNOS NO TURNO NOTURNO (%)

Percentual de alunos matriculados no turno noturno, cujo horário de início é a partir das 17 horas.

ANALFABETISMO

Estado ou condição de analfabeto, por falta de instrução elementar. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e com o Censo Demográfico decenal, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem; aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram; as que apenas assinam o próprio nome; e aquelas que se declaram “sem instrução” ou que declaram possuir menos de um ano de instrução.

LINHA DO TEMPO

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, durante o primeiro governo Vargas, marca um momento crucial da organização da educação brasileira. Antes disso, a área era responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

1931

Decreto de 11 de abril cria o Conselho Nacional de Educação (CNE).

1937

Primeira iniciativa de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) na gestão do ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema. O trabalho foi interrompido pelo fechamento da Câmara dos Deputados, com o advento do Estado Novo, em 1937.

1930

1940

1950

1932

Divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Capiteado por Anísio Teixeira, um grupo de educadores lança as bases de um “plano de reconstrução” que daria origem a uma nova política educacional. De forma inovadora, o manifesto trata de “escola para todos”.



ALFABETISMO FUNCIONAL

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é um indicador que revela os níveis de alfabetismo funcional da população adulta brasileira. O principal objetivo do Inaf é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de Educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento de seu desempenho.

APROVADO

Aluno que concluiu, com sucesso, determinada série no final do ano letivo, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar no ano seguinte o ano imediatamente posterior.

ÁREA RURAL

Aquela que se localiza fora dos limites definidos legalmente como área urbana.

ÁREA URBANA

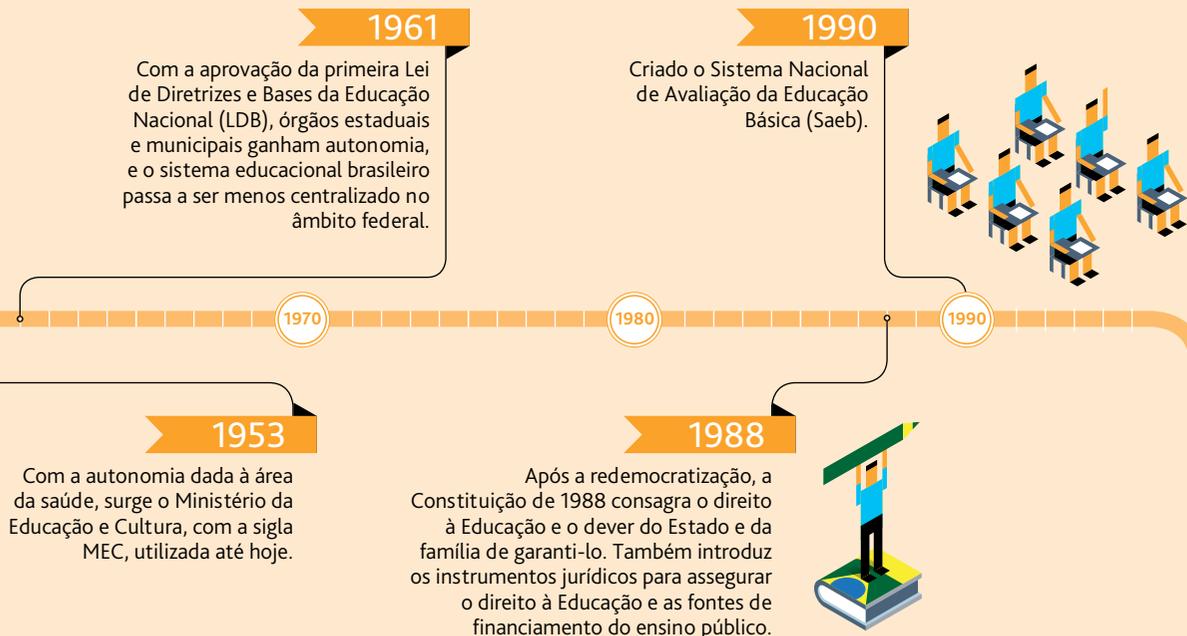
Área interna ao perímetro urbano de uma cidade, vila ou área urbana isolada, definida por lei.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de livre escolha de cada escola que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço ao conteúdo escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, Educação para a cidadania e direitos humanos.

CRITÉRIOS DE ALFABETISMO

Criado nos Estados Unidos, na década de 1930, o conceito de alfabetismo funcional originalmente indicava a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Modernamente, o termo designa a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, que calcula o Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.



CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Capacidade de um estabelecimento de ensino, em termos de instalações, material e pessoal, para acolher um determinado número de alunos.

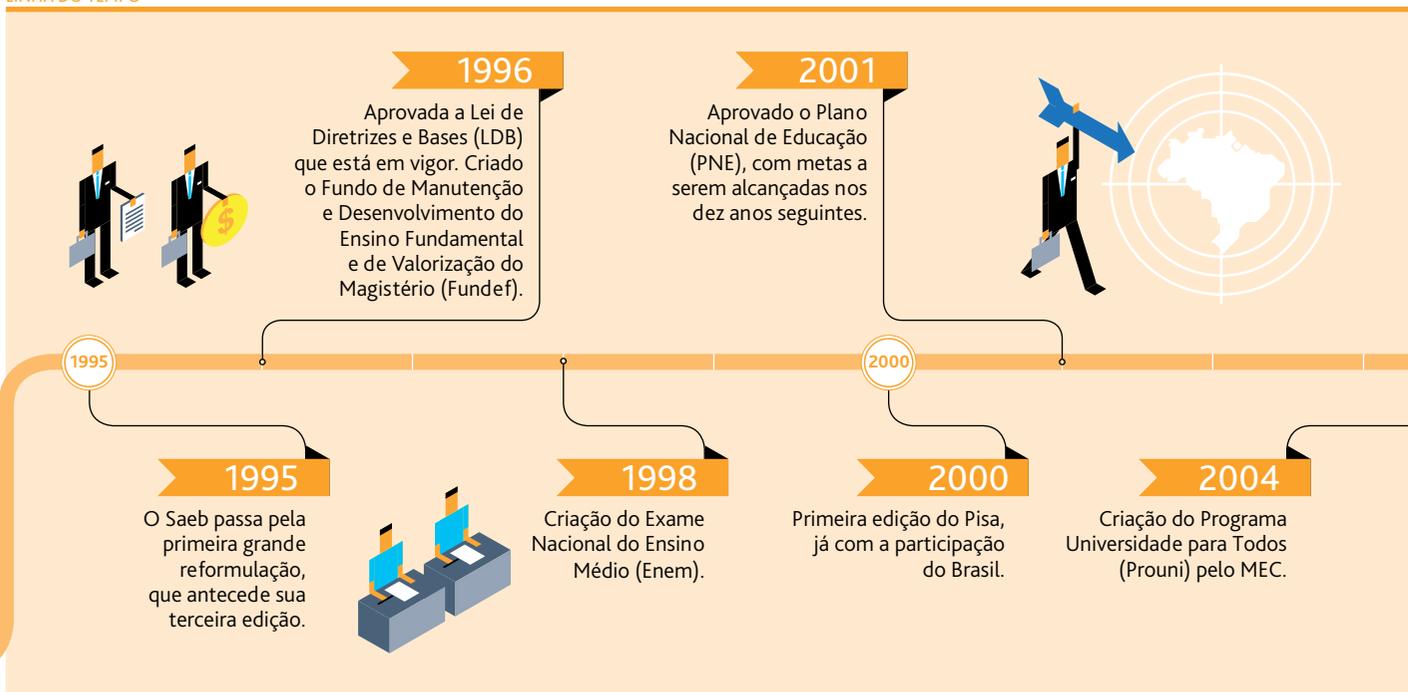
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA

Infraestrutura do estabelecimento de ensino, incluindo o perfil físico (número de salas e capacidade de atendimento, existência ou não de biblioteca, laboratórios, salas com TV/vídeo, microcomputadores, conexão à internet, quadras de esportes, etc.), bem como dados sobre abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, entre outros. O mesmo que “infraestrutura da escola”.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisa educacional, em caráter censitário, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a Educação Básica brasileira; realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias de Educação estaduais e municipais, coleta dados sobre infraestrutura da escola, pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, e é aplicada diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do país por meio de questionário padronizado. Até o ano de 2006, a unidade básica de pesquisa do Censo era a escola. A partir de 2007, o Censo adota o aluno como unidade básica de coleta, incluindo, além dos dados gerais sobre a escola, informações específicas sobre cada aluno, cada professor regente e

LINHA DO TEMPO



cada turma; adota ainda o Sistema Educacenso como instrumento de coleta via internet. O mesmo que “Censo Escolar” e “Censo da Educação Básica”.

As informações coletadas pelo Censo Escolar servem de base para a formulação de políticas públicas e para a distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, livros didáticos e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, programa Dinheiro Direto na Escola e Fundeb, entre outros). São utilizadas também por outros ministérios, como Saúde e Esporte, por organismos internacionais, como a Unesco e o Unicef, por pesquisadores e estudantes, em nível nacional e internacional.

CICLOS

Organização das turmas por faixa etária ou desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, e maior flexibilidade quanto ao tempo necessário à aprendizagem em cada ciclo constituído por mais de um ano letivo.

CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO (CA)

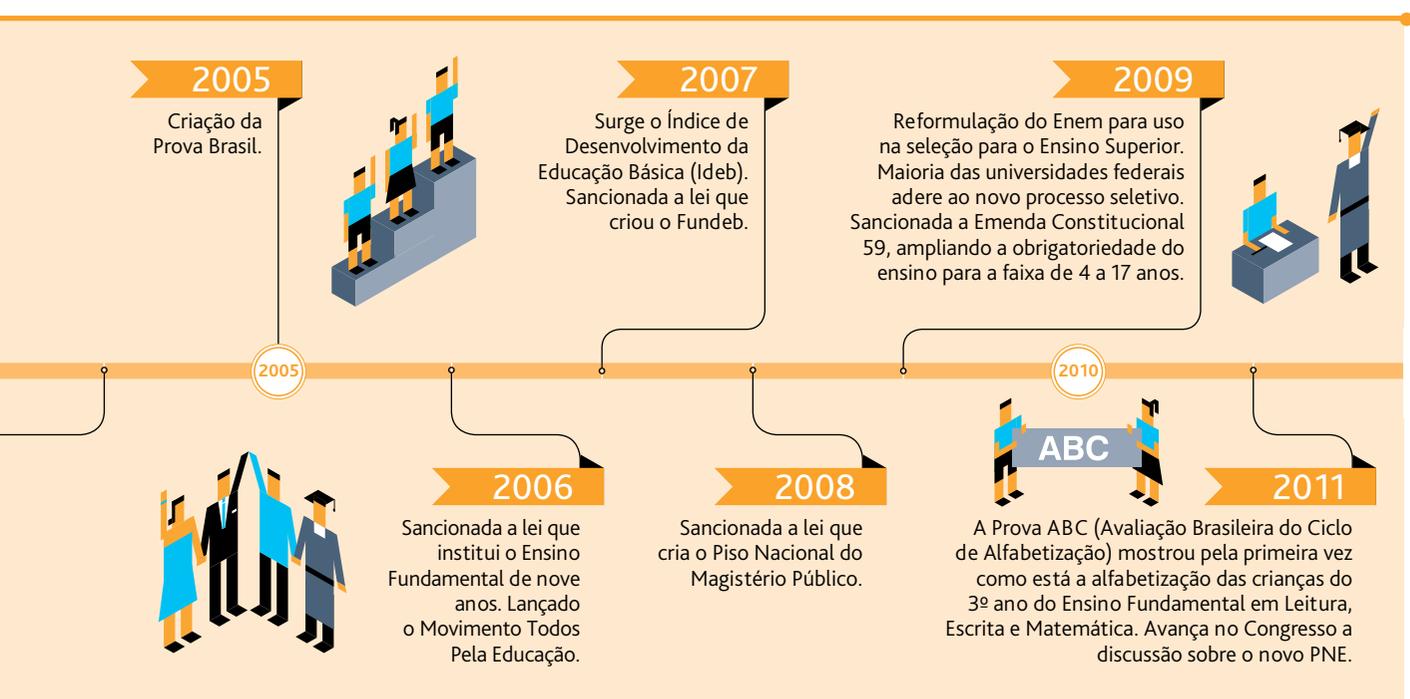
Conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo; formalmente as CAs não pertencem nem à Educação Infantil nem ao Ensino Fundamental e encontram-se em fase de extinção.

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Órgão normativo da Educação nacional, com atos (pareceres e resoluções) que podem ou não ser homologados pelo ministro da Educação.

COMPOSIÇÃO DO CNE

O Conselho Nacional de Educação é composto por duas Câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).



CONCLUINTE

Aluno que finaliza determinado nível de ensino, estando habilitado a receber diploma/certificado de conclusão do curso e, conseqüentemente, apto ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

CONCLUSÃO

Término de determinado nível de ensino formalizado pela expedição de diploma/certificado de conclusão do curso que habilita o estudante ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que representa as secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

CORREÇÃO DE FLUXO

Medidas, estratégias ou programas que objetivam a recuperação dos atrasos escolares, decorrentes, em geral, da repetência e da evasão, tendo em vista a adequação do aluno ao ano recomendado à sua idade.

CRECHE

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de até 3 anos de idade.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Instância administrativa à qual a escola está subordinada, na esfera federal, estadual, municipal ou privada. O agrupamento das escolas de uma mesma esfera denomina-se rede. O agrupamento das dependências administrativas das esferas federais, estaduais e municipais denomina-se rede pública.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Condição do aluno que cursa determinado ano com idade superior à recomendada. Considera-se que o aluno está atrasado se ele tem dois anos a mais que a idade adequada para o ano. O mesmo que “defasagem idade-série”.

DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR (%)

Indicador que expressa o percentual de docentes em exercício com escolaridade em nível superior.

EAD – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Educação a distância é o processo de ensino, mediado por tecnologias, por meio do qual formadores e alunos, fisicamente separados, desenvolvem atividades educativas. Entre as tecnologias mais frequentemente utilizadas estão, atualmente, a internet e a televisão. Contudo, a EAD tem uma longa história, da qual fazem parte o correio, o rádio e outras tecnologias.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Primeiro nível da Educação escolar regular que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A Educação Básica pode organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, tendo por base a idade, a competência e outros critérios, ou de forma diversa, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Educação escolar oferecida para educandos com necessidades especiais, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (LDB, art. 58, § 1º e 2º).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atendimento das pessoas com deficiência no sistema educacional regular, com base no reconhecimento das diferenças e da reestruturação da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender às necessidades de todas as crianças e jovens. Forma de Educação especial, a qual inclui também classes e escolas especiais, e a integração com apoio especializado. No ensino integrado, o aluno com deficiência se adapta, com auxílio da equipe escolar, aos demais estudantes. Por exemplo, um aluno com dificuldades auditivas, integrado numa escola regular, pode usar um aparelho auditivo e geralmente espera-se que aprenda a falar de forma a poder pertencer ao grupo. Na concepção da Educação inclusiva, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais; escolas e sistemas de Educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos, com ou sem deficiência ou necessidade especial. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, 2006, adotada pelo Brasil em 2007).

EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeira etapa da Educação Básica regular, oferecida em Creche e Pré-Escola, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil atende crianças de até 6 anos de idade, mas, com a publicação da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a Educação Infantil passa a atender crianças de até 5 anos de idade.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Oferecida em articulação com o ensino regular ou por Educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de tra-

balho, em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. A Educação Profissional pode ser de nível médio, de graduação e pós-graduação (LDB, arts. 39, § 2º, e 40).

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Abrange a graduação e a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Modalidade de Educação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, em cursos ou exames, habilitando o aluno/candidato ao prosseguimento de estudos em caráter regular (LDB, art. 37).

ENEM – EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Criado em 1998, é uma avaliação voluntária do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso na Educação Superior, complementando ou substituindo o vestibular. Desde 2009, foi reformulado pelo MEC e utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de Educação Superior.

ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório, como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

ENSINO FUNDAMENTAL

Nível de ensino da Educação Básica regular, obrigatório e gratuito na escola pública, que tem por objetivo a formação básica do cidadão. O Ensino Fundamental de oito anos esteve em vigor até 2010, quando era ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Em 2006, a Lei nº 11.24/2006 deu nova redação à LDB e ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos, que passou a ser ofertado para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

ENSINO MÉDIO

Nível final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos. Tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da

autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

ENSINO REGULAR

Modalidade da Educação Básica oferecida sistematicamente e conforme a legislação vigente pelos sistemas de ensino nos diferentes níveis/etapas (Infantil, Fundamental e Médio), não abrangendo as modalidades que requerem um tratamento pedagógico específico (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO

Escolaridade média (em anos) da população com mais de 10 anos de idade; é calculada com base apenas nos anos e níveis concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações.

ESCOLARIDADE BRASILEIRA

O brasileiro com 25 anos ou mais possui, em média, 7,3 anos de estudo.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Unidade organizacional que, sob uma única dependência administrativa e uma única direção, ministra ensino coletivo sistematicamente, podendo ocupar um ou mais prédios e funcionar em um ou mais turnos. O mesmo que “escola”, “estabelecimento escolar”, “unidade de ensino” e “unidade escolar”.

EVASÃO

Condição do aluno que, matriculado em determinado ano, em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado.

FLUXO ESCOLAR

Progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos, em determinado nível de ensino de um sistema seriado. Em relação ao fluxo escolar, o aluno pode assumir as condições de promovido, repetente ou evadido.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pela gestão do Fundeb e dos programas de apoio à Educação Básica.

LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais ações do FNDE. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino, que pode ser: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Criado pela EC 53/06, em substituição ao Fundef, com vigência para o período 2007-2020, com implantação gradativa entre 2007 e 2009, quanto aos novos recursos e matrículas. Regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Entre suas características, estão: natureza contábil e âmbito estadual, complementação da União às unidades da federação com valor por aluno/ano inferior ao mínimo nacional, e subvinculação de no mínimo 60% de cada Fundo ao pagamento dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício. Diferenças em relação ao Fundef: 1ª) além dos impostos e transferências originais do Fundef (FPE/FPM, ICMS, IPI-

Exp, Lei Kandir), outras receitas (ITR, IPVA, ITCM), excluídos apenas IRRF, IPTU, ISS e ITBI; 2^a) redistribuição dos recursos do Fundo entre o governo estadual e os de seus municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de Educação Básica pública presencial, de acordo com (17 diferentes) ponderações quanto ao valor por aluno/ano entre etapas e modalidades da Educação Básica, enquanto no Fundef considerava-se a matrícula do Ensino Fundamental, diferenciada somente em Anos Iniciais e finais, urbano e rural.

FUNDEF – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Criado pela EC 14/96 e vigente entre 1998 e 2006, regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e Decreto nº 2.264/97. Três modificações no financiamento da Educação Básica pública: 1^a) subvinculou ao financiamento do Ensino Fundamental 60% dos 25% de MDE ou (15% do total) dos Estados, DF e municípios; 2^a) criou um fundo de natureza contábil, com automaticidade nos repasses dos recursos, de âmbito estadual (um fundo por estado e DF, num total de 27 fundos), constituído pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPI-Exp) e Lei Kandir, promovendo a redistribuição dos recursos do Fundef no interior de cada unidade federada entre os governos estadual e municipais, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino; e 3^a) subvinculou no mínimo 60% das receitas do Fundo em cada ente federado à remuneração dos profissionais do magistério no exercício de suas atividades. Assegurou complementação financeira da União aos Estados com valor por aluno/ano inferior ao mínimo fixado nacionalmente.

GASTO MÉDIO POR ALUNO

Investimento médio em Educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

GASTO PÚBLICO COMO PORCENTAGEM DO PIB

Investimento direto realizado em Educação em relação ao Produto Interno Bruto.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, assim como das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.

IDADE MEDIANA DE CONCLUSÃO DAS SÉRIES/CURSOS

Idade de referência que divide o total de concluintes, em determinado nível de ensino, em dois grupos de igual tamanho. A idade mediana de conclusão é calculada determinando-se, com base no ano ordenado das idades dos alunos concluintes, em qual idade obtêm-se 50% das matrículas desses alunos.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007, é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep no Saeb, para as unidades da federação e para o país, e na Prova Brasil, para os municípios.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice que sintetiza informações de renda (PIB *per capita*), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Estas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Indicador desenvolvido pelo Unicef, que incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde; oferta de serviços de Educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos. O índice é calculado com base nos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na Pré-Escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

INTERVALO DE CONFIANÇA

O intervalo de confiança é necessário quando se trabalha com dados amostrais. Como a amostra não representa perfeitamente toda a população de interesse, os indicadores baseados em amostras apresentam erro. É possível obter um intervalo dentro do qual o verdadeiro valor do indicador se encontra. Normalmente calcula-se esse intervalo de modo que ele contenha o verdadeiro valor (o de toda a população desejada) com 95% de chance.

ITEM

Denominação adotada para as questões que compõem as provas das avaliações educacionais no País, como a Prova Brasil. Essa nomenclatura deve-se ao entendimento de que o termo item refere-se a questões que abordam com preponderância uma única dimensão do conhecimento.

JORNADA ESCOLAR

Tempo diário de permanência do aluno na escola.

MATRÍCULA

Registro formal da inscrição do aluno em um estabelecimento de ensino em determinado nível/etapa de uma modalidade de ensino.

MATRÍCULA INICIAL

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola, em uma dada série de um determinado ano letivo, no Dia Nacional do Censo Escolar.

MATRÍCULA POR IDADE

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola no Dia Nacional do Censo Escolar, segundo a idade. O conceito de

POSIÇÃO DO BRASIL NO IDH

O Brasil ocupa a 85ª posição entre 187 países avaliados pelo índice. O IDH do País em 2012 ficou em 0,73. O país com mais alto IDH de 2012 foi a Noruega, que alcançou a marca de 0,955. Os cinco primeiros colocados do ranking são, pela ordem, Noruega, Austrália, Estados Unidos, Holanda e Alemanha.

idade utilizado pelo Inep refere-se à idade que o aluno completa no ano de realização da pesquisa. O mesmo que “Matrícula na idade”.

MATRÍCULA TOTAL

Balço do total de alunos matriculados ao fim de um determinado ano letivo, considerando-se os movimentos escolares ocorridos no decorrer do referido ano, em função de transferências, admissões, reclassificações, abandonos e falecimentos.

MÉDIA DE HORAS-AULA DIÁRIA

Tempo médio diário de permanência dos alunos na escola, por ano, grupos de anos e nível de ensino, considerando-se a matrícula no Dia Nacional do Censo Escolar e o início e o fim da jornada escolar.

NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA

Tamanho médio das turmas.

NÚMERO MÉDIO ESPERADO DE ANOS CONCLUÍDOS

Número médio de anos que um aluno conclui com aprovação, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Designa diferentes recursos digitais que possam ser usados para apoiar e estimular a aprendizagem, o que inclui vídeos, animações, sites, programas. Têm como característica o fato de serem utilizáveis em diferentes contextos de ensino.

OFERTA ESCOLAR

Total de vagas oferecidas por estabelecimentos de ensino.

PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), introduzido pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos Estados, municípios e Distrito Federal, instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da Educação, sobretudo da Educação Básica pública, como o Plano de Ações Articuladas (PAR). A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, os Estados, os municípios e o Distrito Federal passaram à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), um novo diagnóstico da situação educacional local com um planejamento de investimento em melhorias.

PDDE – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Criado em 1995, hoje regulado pela Lei nº 11.947/09. É o programa que coordena o repasse de recursos financeiros, em caráter complementar, às escolas públicas e privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, de acordo com o número de alunos do Censo Escolar do ano anterior. Até 2008, apenas esco-

O QUE É HORA-AULA

Parâmetro de duração de uma aula, geralmente com duração inferior a 60 minutos (por exemplo, 50 minutos). Também serve para o cálculo de salários. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê 800 horas em 200 dias de ano letivo em que podem ser cumpridas também atividades educacionais fora da sala de aula. A LDB, porém, refere-se à chamada hora-relógio e não à hora-aula.

las de Ensino Fundamental podiam receber os recursos; a partir de 2009, também escolas de Ensino Médio e Educação Infantil passaram a recebê-los. Tem como objetivos a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático.

PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado a estudantes da faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países; aplicado a cada três anos, desde 2000, em Leitura, Matemática e Ciências, a cada edição, com uma ênfase; cada país com a responsabilidade de participação na prova do Pisa de 80% dos estudantes da amostra. Em 2009, entre 61 países, o Brasil ficou em 53ª posição em Leitura e Ciências e 54ª em Matemática.

O BRASIL NO PISA

Entre 2000 e 2009, o Brasil evoluiu 33 pontos no Pisa, atingindo 401 pontos na média de Leitura, Matemática e Ciências, mas ainda está atrás de outros países latino-americanos.

PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Criado em 1995, garante merenda aos alunos das escolas públicas e filantrópicas. Desde 2010, o valor repassado pela União é de R\$ 0,30 por dia para a Pré-Escola, Ensino Fundamental e Médio e EJA; para Creche, Escolas Indígenas e Quilombolas, R\$ 0,60; para escolas com Ensino Integral pelo programa Mais Educação, R\$ 0,90 por dia.

PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR

Criado em 2004, em substituição ao PNTE de 1993. Originalmente (Lei nº 10.880/04), para alunos do Ensino Fundamental público, hoje (Lei nº 11.947/09), para alunos da Educação Básica pública, residentes em áreas rurais. Promove a transferência legal de recursos financeiros para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte escolar; também pagamento de serviços contratados. Repasses em nove parcelas anuais, de março a novembro, calculadas com base no número de alunos da zona rural transportados informados no Censo Escolar do ano anterior. Estados podem autorizar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual cujo transporte escolar é executado pelas prefeituras diretamente aos respectivos municípios; o governo do Rio Grande do Sul autorizou esse repasse direto em 2007.

PNBE – PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA

Criado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental (Anos

Iniciais) e de Educação de Jovens e Adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de Ensino Fundamental (Anos Finais) e de Ensino Médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de Educação Básica cadastradas no Censo Escolar.

PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Previsto na Constituição Federal (art. 214), fixado por lei, é um plano de duração decenal. O primeiro PNE (Lei nº 10.172/01) teve vigência na década de janeiro de 2001 a janeiro de 2011. O segundo PNE está em tramitação no Congresso Nacional (PL nº 8.035/10, do Poder Executivo).

PNLD – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Criado em 1929, passou por diferentes denominações e formas de execução. Por exemplo, em 1993/94 foram definidos critérios para avaliação dos livros didáticos; a partir de 1995/96 a distribuição do livro no Ensino Fundamental voltou a ser universalizada, contempladas todas as disciplinas do currículo escolar e elaborado o “Guia de Livros Didáticos” para orientar a escolha dos professores; em 2000/01, foi introduzida a distribuição de dicionários e livros didáticos em Braille; e a partir de 2006/07, o programa foi estendido ao Ensino Médio. Hoje, atende às escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio com livros didáticos, dicionários e obras complementares. Atende também aos alunos da EJA das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado. Executado em ciclos trienais alternados — a cada ano são adquiridos e distribuídos livros para todos os alunos de um segmento, Anos Iniciais ou Anos Finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. Cada escola escolhe, entre os livros constantes no Guia do PNLD, aquele que deseja utilizar, segundo seu planejamento pedagógico. São distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy).

TRAMITAÇÃO DO PNE

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados discute a proposta do governo para o PNE. São 20 metas que deverão guiar as ações dos governos municipais, estaduais e federal na próxima década.

PROINFÂNCIA – PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi criado em 2007, para transferir recursos financeiros, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e Municípios visando à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

PROINFO INTEGRADO – PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL

O ProInfo Integrado é um programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

PSE – PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Programa que visa desenvolver atividades de Educação e saúde em territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), por meio da articulação entre escola e unidade básica de saúde, com ações de avaliação das condições de saúde dos alunos da escola pública, de prevenção e promoção da saúde, de Educação permanente e capacitação dos profissionais da Educação e da saúde e de jovens. Desenvolvido por adesão do município, por meio de projeto.

POPULAÇÃO

Número de pessoas que habitam determinada localidade. Em termos estatísticos, define-se população — ou universo de onde são obtidos os dados desejados — como sendo o conjunto dos elementos que têm alguma característica em comum que possa ser contada, medida, pesada ou ordenada de algum modo.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Número de pessoas em idade escolar (4 a 17 anos), matriculadas ou não em um estabelecimento de ensino. Nota: o Todos Pela Educação adota como população em idade escolar a faixa etária de 4 a 17 anos.

POPULAÇÃO ESCOLAR/POPULAÇÃO TOTAL

Percentual de pessoas da população total que têm entre 4 e 17 anos.

PRÉ-ESCOLA

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, segundo a Lei nº 11.274, de 6/2/2006, que altera a LDB. Antes, o atendimento na pré-escola ocorreria na faixa etária de 4 a 6 anos.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região.

PROFESSOR LEIGO

Aquele que leciona sem ter a escolaridade que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua.

PROGRESSÃO CONTINUADA

Restrita ao Ensino Fundamental, é a passagem do aluno ao ano seguinte, com atendimento diversificado e reforço aos que apresentaram dificuldades de aprendizagem; no Ensino Fundamental pode ser adotada na passagem do 1º para o 3º ano, constituindo-se um ciclo de alfabetização.

PROGRESSÃO PARCIAL

Passagem do aluno para o ano seguinte, com aprovação em parte dos componentes curriculares do ano anterior, de acordo com o regimento escolar; antiga dependência.

PROVA ABC

Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização. Avaliação inédita da alfabetização de crianças concluintes do 3º ano/2ª série do Ensino Fundamental em leitura, matemática e escrita, realizada pelo Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, Fundação Cesgranrio e Inep, aplicada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do País, com resultados divulgados em 25/8/11.

PROVA NACIONAL DE CONCURSO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

Criada em 2011, a prova teve de ser aplicada em 2012 de forma descentralizada em todo o País para subsidiar Estados, Distrito Federal e municípios nos concursos públicos ao ingresso na carreira docente das redes de Educação Básica. Cada ente federativo poderá decidir pela adesão e pela forma de utilização dos resultados como única prova, seguida da análise de títulos, ou como primeira prova, seguida de uma prova adicional do próprio município. Prova baseada numa matriz nacional e que tem como ponto de partida o perfil desejado para um ingressante na carreira docente no Brasil.

PROVA BRASIL

Avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, tem como foco a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. É aplicada de forma censitária no Ensino Fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas com no mínimo 20 alunos matriculados no ano avaliado. Oferece resultados por escola, município, unidade da federação e país, utilizados no cálculo do Ideb.

PROVA BRASIL

Os resultados da Prova Brasil compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

PROVINHA BRASIL

Criada em 2008, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas. Em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. Elaborada pelo Inep, é distribuída pelo MEC/FNDE a todas as secretarias de Educação municipais, estaduais e do Distrito Federal.

PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Criado em 2004, institucionalizado pela Lei nº 11.096/05. Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Educação Superior, as quais, em contrapartida, recebem isenção de alguns tributos federais. Contempla estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou particular com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. Possui sistema de seleção informatizado e impessoal, pelas notas obtidas pelos candidatos no Enem.

QUILOMBOLAS

Ao contrário do que o senso comum pode imaginar, comunidades quilombolas não significam apenas antigos redutos de escravos foragidos. Antes, segundo a Antropologia, designam contemporaneamente todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, tais como ocorre nas comunidades de descendentes dos escravos.

RECLASSIFICADO

Aluno que, durante o andamento de determinado ano letivo, é promovido do ano que frequenta a outro mais avançado, após o Dia Nacional do Censo Escolar, com base em critérios pedagógicos de avaliação, observadas as normas curriculares gerais.

REDE

Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

RENDA MÉDIA

Expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

RENDIMENTO ESCOLAR

Condição do aluno ao final de um ano letivo em relação aos requisitos de aproveitamento e frequência; em relação ao rendimento escolar, o aluno pode assumir a condição de aprovado, reprovado ou afastado por abandono.

REPETENTE

Aluno que, em determinado ano letivo, encontra-se matriculado no mesmo ano em que esteve matriculado no ano letivo anterior.

REPROVADO

Aluno que, ao final de um ano letivo, não apresenta os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para ser promovido ao ano posterior.

SAEB – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Avaliação, em caráter amostral, com foco na qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e das unidades federadas (Estados e Distrito Federal); é aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento antes somente do Ensino Fundamental e, após a EC 53/06, de toda a Educação básica pública. Criado em 1964 e inserido na Constituição Federal de 1988 (212, § 5º), regulamentado pelas Leis nºs 9.424/96 e 9.766/98, Decreto nº 6003/2006 e Lei nº 11.494/2007. Corresponde a 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF). Dividido em quota federal, correspondente a um terço do montante de recursos, em quota estadual e municipal, correspondente a dois terços, integralmente redistribuída entre o Estado e seus municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados na Educação Básica nas respectivas redes públicas de ensino, conforme apurado pelo Censo Escolar realizado pelo MEC.

ANOS

Organização das turmas com base no conhecimento dos alunos dos conteúdos curriculares, independentemente de suas idades, e avaliação da aprendizagem para aprovação ou reprovação ao fim do ano letivo.

SISTEMA DE ENSINO

Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na Constituição Federal, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de Educação, a articulação dos níveis e sistemas de ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva (CF, art. 214, caput, redação da EC 59/09, e LDB, art. 8º, § 1º).

TAXA DE ABANDONO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

TAXA DE ANALFABETISMO

Percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária em uma dada região ou no País; usualmente o analfabetismo é avaliado considerando-se a faixa etária de 15 anos ou mais, ou seja, acima da faixa etária em que a escolaridade é obrigatória por lei.

TAXA DE APROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, ao fim do ano letivo, concluíram, com sucesso, determinado ano, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar, no ano seguinte, o ano imediatamente posterior.

A TAXA NA PNAD

A taxa de analfabetismo é levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Sobre os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas da casa.

TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada na escola no Dia Nacional do Censo Escolar; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos; 4 e 5 anos; 6 a 14 anos; e 15 a 17 anos.

TAXA DE CONCLUSÃO

Percentual de alunos que ingressam no ano inicial de determinado nível de ensino e que, independentemente do tempo despendido para a conclusão, conseguem finalizá-lo, estando aptos ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO

Percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino com idade superior à recomendada, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e a de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Percentual de alunos, em cada ano, com idade superior à idade recomendada para aquele ano, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 7 anos como a recomendada para o ingresso no Ensino Fundamental de oito anos, a de 6 anos no caso do Ensino Fundamental de nove anos e a de 15 anos para o ingresso no Ensino Médio.

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO

Percentual da população matriculada em determinado nível de ensino, em relação à população total que se encontra na faixa etária recomendada para esse nível de ensino.

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos, 4 e 5 anos, 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, a Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

TAXA DE EVASÃO

Percentual de alunos da matrícula total de um dado ano, de um determinado ano letivo que, no ano seguinte, não se matriculam na escola.

TAXAS DE FLUXO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam a progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos; é constituído pelas taxas de promoção, de repetência e de evasão.

TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequentam a escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

TAXA LÍQUIDA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequentam a escola no ano adequado, conforme a adequação ano-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

TAXA DE PROMOÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no ano posterior.

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo; é composto pelas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono.

TAXA DE REPETÊNCIA

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no mesmo ano do ano anterior.

TAXA DE REPROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, ao fim do ano letivo, não apresentam os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para serem promovidos ao ano posterior.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

O termo TICs refere-se a tecnologias digitais que se constituem em meios de acesso, de transformação, de produção e de comunicação de informação e de novos conhecimentos. As TICs representam, na visão dos especialistas, uma linguagem de comunicação cujo domínio pelos alunos é essencial, para que não se crie uma nova fonte de desigualdade — os incluídos e os excluídos digitais.

TEMPO MÉDIO ESPERADO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA

É o tempo médio esperado que um aluno permaneça no sistema educacional, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEMPO MÉDIO ESPERADO PARA A CONCLUSÃO

Tempo médio esperado que um aluno deve levar para concluir um nível de ensino, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TRANSFERIDO

Aluno que muda de um estabelecimento de ensino para outro, após o Dia Nacional do Censo Escolar, em conformidade com a regulamentação dos sistemas de ensinos.

TRI – TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM

Segundo o Inep, a TRI é uma modelagem estatística criada nos anos 1950 para mensurar características que não podem ser medidas diretamente por meio de instrumentos físicos apropriados. Como não há nenhum aparelho que possa medir, por exemplo, a proficiência de um estudante em matemática ou a intensidade da depressão de uma pessoa, foram criadas formas de avaliação indireta. Estas características são chamadas de traço latente ou construto. A medida indireta com base em respostas apresentadas a um conjunto de itens, elaborados de modo a formar um instrumento de medida que possa permitir sua quantificação de modo fidedigno. Em provas elaboradas dentro da TRI, o traço latente (proficiência) pode ser inferido com maior precisão.

A TRI

A TRI é utilizada nos sistemas de avaliação educacionais no Brasil, como a Prova Brasil. É reconhecida internacionalmente.

TURMA

Grupo de alunos reunidos em uma sala de aula, que podem receber mesmo conteúdo (turma comum a um ano, ciclo ou disciplina) ou conteúdos distintos (turma multisseriada).

TURMA MULTIETAPA

Turma que reúne alunos de diferentes etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com alunos da Pré-Escola e do Ensino Fundamental.

TURNOS

Cada uma das divisões do horário de funcionamento da jornada escolar, que podem ser agrupadas por horário de início de funcionamento: turno diurno (início antes das 17h); turno noturno (início a partir das 17h); turno matutino (início antes das 12h) e turno vespertino (início a partir das 12h). Eventualmente, a escola oferece turnos intermediários entre os turnos usuais.

UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de Educação, com seções nos Estados.

VAGA

Disponibilidade de matrícula em um estabelecimento de ensino para ingresso de aluno.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABC, Prova 42, 43, 125
 Acesso 36, 37, 65
 Acre 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Alagoas 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Alfabetização
 até 8 anos 42
 Funcional 68, 69, 70, 71, 72, 73
 Amapá 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Amazonas 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Anos
 de estudo 62, 65
 Iniciais e Finais do Ensino Fundamental 18, 19, 22, 23, 26, 27, 44, 46, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 74, 89, 97, 113, 114, 115, 116
 Aprovação, taxa de 48, 49
 Atendimento, taxa de 14, 19, 30, 36, 38, 76
 Atraso Escolar 30, 51, 62
 Avaliação 42, 57, 58, 123, 125

B

Bahia 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Biblioteca 24, 32

C

Carreira 94, 95, 96, 100
 Ceará 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Centro-Oeste 17, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 65, 66, 67, 69, 72, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 97, 98, 104, 105
 Classes comuns 38, 39, 40, 89
 Computador 24
 Concluintes 91
 Conselho
 Escolar 104, 105
 Nacional de Educação 108, 122
 Coordenador pedagógico 24, 89, 100
 Creche 14, 15, 16, 17, 89, 97
 Crianças
 de 0 a 3 anos 14, 20
 de 4 e 5 anos 14, 15, 21, 36

D

Deficiência 24, 32, 37, 38
 Desempenho 42, 43, 55, 56, 58, 60, 95, 104
 Desigualdade 14, 29, 37, 53, 58, 61, 65, 69, 93
 Diretores 104, 105
 Distorção Idade-Série, taxa de 50, 51
 Distrito Federal 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Docentes 90, 92, 93, 94, 97, 98
 Doutores 82, 95

E

Educação
 Básica 14, 18, 19, 26, 27, 36, 37, 44, 48, 52, 53, 54, 60, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 113, 114, 116, 118
 de Jovens e Adultos 18, 19, 31, 64, 74, 75, 76, 89
 em áreas de quilombos 19, 27, 33
 Indígena 18, 26, 33
 Infantil 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 89, 90, 113, 114, 115, 116
 Profissional 18, 19, 32, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 89
 Superior 31, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 114, 115, 116
 Ensino
 Fundamental 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 42, 43, 48, 49, 50, 56, 57, 89, 90, 113, 114, 115, 117
 Médio 18, 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 48, 49, 51, 52, 57, 74, 75, 80, 81, 89, 90, 91, 92, 97, 113, 114, 115, 116
 Superior. Ver Educação Superior
 Escolaridade 62, 63, 66, 90, 92
 Espírito Santo 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 77, 80, 86, 87, 92, 98
 Estabelecimentos 16, 22, 26, 27, 32, 33, 78, 97, 98
 Evasão. Ver Fluxo escolar

F

Financiamento 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118
 Fluxo escolar 48, 49, 50, 51

G

Gestão 100, 101, 104, 108, 110, 111
 Goiás 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98
 Graduação. Ver Ensino Superior

I

Ideb 52, 53, 54, 55
 Informática, laboratório de 24, 32, 45
 Integral, Tempo 44, 45, 46, 47, 81
 Internet, acesso à 24, 32
 Investimento Público. Ver Financiamento

J

Jovens

- de 15 a 17 anos 31, 35, 65
- de 18 anos e mais 31, 65

L

Lei

- de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 18, 38, 88, 101, 110, 123, 124
- do Piso 96, 100, 101

M

Maranhão 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Mato Grosso 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Mato Grosso do Sul 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Matrículas

- Educação em Tempo Integral 44, 46
- Educação Especial 38, 39, 40, 41
- Educação Infantil 16, 17, 18, 19
- Educação Profissional 78, 79, 80
- Educação Superior 83, 84, 86, 87
- EJA 74, 75, 76, 77
- Ensino Fundamental 22, 23, 26, 27, 28, 29
- Ensino Médio 30, 32, 33, 34, 35

Mestres 82

Minas Gerais 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 77, 80, 86, 87, 92, 98

Mobilidade reduzida 24, 32

N

Nordeste 17, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 65, 66, 67, 69, 72, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 97, 98, 104, 105

Norte 17, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 65, 66, 67, 69, 72, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 97, 98, 104, 105

P

Pará 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Paraíba 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Paraná 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Pernambuco 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Piauí 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 58, 59, 60

População 31, 62, 63, 104, 105

Produto Interno Bruto (PIB) 112, 113, 114, 115, 119

Q

Quilombos. Ver Educação em áreas de Quilombos

R

Remuneração e renda 64, 69, 79, 84, 94, 96, 100

Reprovação. Ver Fluxo escolar

Rio de Janeiro 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 77, 80, 86, 87, 92, 98

Rio Grande do Norte 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Rio Grande do Sul 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Rondônia 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Roraima 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

S

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica 57, 123

Santa Catarina 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

São Paulo 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 77, 80, 86, 87, 92, 98

Sergipe 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Sudeste 17, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 65, 66, 67, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 97, 98, 104, 105

Sul 17, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 65, 66, 67, 69, 72, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 97, 98, 104, 105

T

Taxa

de Abandono. Ver Abandono

de Aprovação. Ver Aprovação

de Evasão. ver Fluxo escolar

de Matrículas. ver Matrículas

de Reprovação. Ver Fluxo escolar

Tocantins 20, 21, 28, 29, 34, 40, 41, 46, 47, 54, 66, 67, 72, 76, 80, 86, 87, 92, 98

Fontes importantes de consulta:

Inep: <http://www.inep.gov.br/>

MEC: <http://www.mec.gov.br/>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>

Créditos das fotos:

- Pág. 6** Leo Drumond/Nitro
- Pág. 13** Daniel Laflor/The Agency Collect
- Pág. 15** Juca Martins/Olhar Imagem
- Pág. 25** Paulo Pinto/Agência Estado
- Pág. 31** Delfim Martins/Pulsar Imagens
- Pág. 35** Delfim Martins/Pulsar Imagens
- Pág. 37** Alexandre Ondir
- Pág. 55** Lichtmeister/Shutterstock
- Pág. 61** Acervo pessoal
- Pág. 75** Cláudio Coradini/Futura Press
- Pág. 77** Marcelo Min/Folhapress
- Pág. 81** Eduardo Nicolau/Agência Estado
- Pág. 85** João Prudente/Pulsar Imagens
- Pág. 93** Renato Soares/Pulsar Imagens
- Pág. 95** Alexandre Ondir
- Pág. 99** Leo Drumond/Nitro
- Pág. 101** Divulgação/CNTE
- Pág. 103** Orange Line Media/Shutterstock
- Pág. 111** Divulgação/Instituto Chapada
- Pág. 120** Leo Drumond/Nitro



Ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o universo do ensino público e privado no Brasil, este *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013* reúne os principais indicadores da área. Com base em estatísticas oficiais, a publicação traz os principais números da Educação Básica no País, nas diversas etapas e modalidades de ensino, com artigos de especialistas sobre temas fundamentais, como formação de professores. Trata-se de uma obra de referência para contribuir com as discussões em prol da melhoria da qualidade da Educação.



TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br



MODERNA

www.moderna.com.br